

# **KIT DE FERRAMENTAS PARA A GOVERNANÇA NO SETOR ELÉTRICO**

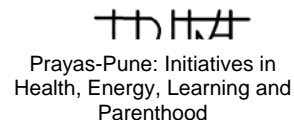
## **Guiando a Prática e Promovendo a Prestação de Contas no Setor Elétrico**

Shantanu Dixit  
Navroz K. Dubash  
Crescencia Maurer  
Smita Nakhooda

**Junho 2007**

## **A INICIATIVA PARA A GOVERNANÇA EM ELETRICIDADE**

<http://electricitygovernance.wri.org>



## ÍNDICE

---

SOBRE A INICIATIVA PARA A GOVERNANÇA EM ELETRICIDADE	3
SOBRE OS AUTORES	4
AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO AO KIT DE FERRAMENTAS PARA A GOVERNANÇA EM ELETRICIDADE	6
EXEMPLO DE UM INDICADOR COMPLETADO	10
RESUMO DOS INDICADORES DA EGI	11
INDICADORES DA ENQUETE BÁSICA	22
INDICADORES DO PROCESSO POLÍTICO	29
INDICADORES DO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO	102
APÊNDICE I: MODELO PARA O RESUMO DO RELATÓRIO	167

## **SOBRE A INICIATIVA PARA GOVERNANÇA EM ELETRICIDADE**

A Iniciativa para a Governança em Eletricidade (EGI – Electricity Governance Initiative) é uma colaboração da sociedade civil, funcionários do governo, reguladores, e outras pessoas relacionadas ao setor elétrico, que busca promover inclusividade, transparência, e responsabilidade sujeita a prestação de contas no processo de decisão dentro o setor para que o futuro energético seja socialmente e ambientalmente sustentável. O EGI é uma cooperação do World Resources Institute e do Prayas Energy Group (Índia). O Instituto Nacional de Finanças e Políticas Públicas também teve participação fundamental no desenvolvimento do Kit de Ferramentas do EGI e na implementação da fase piloto de avaliações na Ásia. A EGI é uma parceria para desenvolvimento sustentável registrada com a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

### **World Resources Institute**

O World Resources Institute (WRI – “Instituto de Recursos Mundiais”) é um instituto de pesquisa ambiental que vai além de dados para criar meios práticos para proteger a terra e melhorar a vida das pessoas. O WRI usa a ciência para catalisar a ação pública e privada para conquistar desafios globais:

- Para reverter o dano já causado nos ecossistemas. Protegemos a capacidade dos ecossistemas para sustentar a vida e prosperidade.
- Para expandir a participação nas decisões ambientais. Colaboramos com parceiros de todo o mundo para aumentar o acesso da população geral à informação e à influência sobre decisões quanto aos recursos naturais.
- Para evitar a mudança climática perigosa. Promovemos medidas públicas e privadas para assegurar um clima seguro e uma economia mundial estável.
- Para aumentar a prosperidade ao mesmo tempo em que melhoramos o meio ambiente. Desafiamos o setor privado a crescer através de melhoras para o meio ambiente e o bem-estar da comunidade.

Em todas as suas pesquisas políticas e trabalho com outras instituições, o WRI busca construir pontes entre ideias e ações, juntando idéias vindas de pesquisas científicas, análises econômicas e institucionais, e experiência prática com a promoção de processos de decisão abertos e com a participação de vários grupos da população. O WRI é o instituto coordenador e o secretariado da EGI.

### **Prayas Energy Group (PEG), Pune**

O Prayas Energy Group (PEG) é uma organização não-governamental independente baseada em Pune, na Índia, que tem atividades nas áreas de saúde, energia, aprendizado e maternidade/ paternidade, e recursos e sustento de vida. O PEG busca proteger e promover o interesse público no setor elétrico, incluindo os interesses dos grupos desfavorecidos e os interesses da sociedade ao longo prazo. Baseando-se em análises e conceitos multidisciplinares, o Grupo trabalha com análise política, advocatura, concientização, e educação pública. Trabalhos anteriores do Grupo incluem a análise de acordos de compras de energia, como a de Dabhol na Índia, Bujagali na Uganda; o desenvolvimento de um plano integrado de recursos (“integrated resource plan” – IRP) com o menor custo para o estado de Maharashtra, Índia; a análise de consumo e subsídio de energia no setor agrícola; o estudo da regulamentação da reforma do setor elétrico na Índia; e uma crítica das atividades e empréstimos dos bancos multilaterais de desenvolvimento também para o setor elétrico indiano. O PEG exerce a sua força para eficazmente interferir no processo regulamentário no nível estadual e nacional.

### **National Institute of Public Finance and Policy (India)**

O National Institute of Public Finance and Policy (NIPFP – “Instituto Nacional de Finanças e Política Públicas”) na Índia é um centro de pesquisa aplicada em finanças públicas e política pública. O Instituto busca contribuir para o processo político em áreas relacionadas à economia pública. O trabalho do NIPFP em governança no setor elétrico é sob um programa focado em governança com relação à infraestrutura.

Para mais informações sobre a Iniciativa de Governança em Eletricidade, por favor visite <http://electricitygovernance.wri.org>

The World Resources Institute  
<http://www.wri.org>  
10 G Street NE Suite 800

Prayas Energy Group  
<http://www.prayaspune.org/peg>  
Amrita Clinic, Athawale Corner, Karve Road

## **SOBRE OS AUTORES**

---

**Shantanu Dixit** é membro fundador do Prayas Energy Group (Pune, Índia) e trabalha com análise e advocacia com relação ao setor elétrico desde 1992. Ele tem experiência com várias áreas relacionadas ao setor energético, de questões técnicas e econômicas à considerações legais e de interesse público. Em nome do Prayas, ele lidera intervenções para a regulamentação em Maharashtra. Trabalhos anteriores incluem a análise do acordo de compras de energia entre Empresa Elétrica Enron Dabhol e a Diretoria de Eletricidade do Estado de Maharashtra; o desenvolvimento de um IRP com o menor custo para o estado de Maharashtra; e um estudo comparando a performance de distribuição privada de serviços de utilidade pública na Índia. Além disso, ele também liderou um estudo baseado em enquetes sobre transparência, recursos, e a participação pública nas comissões de regulamentação do setor elétrico indiano. Atualmente, o foco do seu trabalho é na reforma do setor elétrico e regulamentação da eletricidade. Sr. Dixit é engenheiro elétrico com M.B.A. da Pune University na Índia.

**Navroz K. Dubash** é Professor Associado no Centro para o Estudo de Direito e Governo, Jawaharlal Nehru University, Delhi. Já foi Professor Chefe de Governança e Políticas Públicas no Instituto Nacional de Finança e Política Pública (Nova Delhi), e Associado Sênior do World Resources Institute, Washington, DC. O seu trabalho lida com a economia política de mudanças institucionais e de reformas do governo, com ênfase em recursos naturais e setor de serviços. Este projeto é uma expansão de seu trabalho anterior com a economia política da liberalização e reforma do setor elétrico, com atenção para a exclusão social e problemas ambientais. Dr. Dubash tem um Ph.D. e M.A. em Energia e Recursos da Universidade de Califórnia, Berkeley, e um A.B. em Relações Públicas e Internacionais da Princeton University.

**Crescencia Maurer** contribuiu para o kit de ferramentas EGI através de sua capacidade como associada sênior da World Resources Institute. Na WRI, Sra. Maurer liderou o projeto de Fluxos Financeiros Internacionais e o Meio Ambiente (“International Financial Flows and the Environment” – IFFE) e ajudou a desenvolver o kit de ferramentas de indicadores para a Iniciativa de Acesso, que é usado por um grupo internacional formado por vários pequenos grupos de interesse público que colaboram para promover a implementação de compromissos para o acesso à informação, participação e justiça no processo de decisão ambiental a nível nacional. Suas áreas de experiência incluem participação pública no processo de decisão afetando o meio ambiente, os impactos do financiamento para o desenvolvimento na mudança climática, e problemas ambientais urbanos. Ela também tem experiência profissional em vários países em desenvolvimento, principalmente apoiando autoridades ambientais na América do Sul (Bolívia, Chile, Ecuador, Perú), dando assistência técnica às missões da USAID (“United States Agency for International Development” – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) (Chile, Moçambique, Peru), e analisando a gestão urbana de água (Brasil, China, Honduras, Nicarágua). Atualmente, a Sra. Maurer é consultora independente baseada na Califórnia.

**Smita Nakhooda** é Associada do Programa de Instituições de Governança (“Institutions and Governance Program”), e lidera a EGI na WRI. Ela também trabalha no projeto IFFE, que busca influenciar o financiamento para desenvolvimento para torná-lo mais ambientalmente sustentável. Antes de entrar para a WRI, ela trabalhou no Programa de Desenvolvimento da ONU (“United National Development Program” – UNDP) na Uganda com assuntos ambientais, e completou uma pesquisa sobre o impacto de tecnologias de energia renovável para a eletrificação da Quênia e Uganda no desenvolvimento sustentável. Sra. Nakhooda é formada em Governo e Estudos Ambientais da Dartmouth College.

## AGRADECIMENTOS

---

A criação do kit da Governança em Eletricidade foi resultado de uma colaboração de várias pessoas. Dr. Carlos Rufin e Dr. Thomas Smith foram contribuidores principais para o desenvolvimento de uma estrutura para a governança. Vários colegas dentre as organizações contribuidoras também apoiaram esta iniciativa. Girish Sant e N. Sreekumar, da Prayas, deram comentários muito úteis, enquanto Pradnya Phagre and Abhay Dhamdhare deram apoio administrativo e de informática. Na NIPFP Ashwini Kumar Swain apoiou com a sua pesquisa. Nathalie Eddy, Sarah Paraghamian David Jhirad, Karin Krchnak, Elena Petkova, e Frances Seymour da WRI providenciaram comentários e recomendações importantes. Kristol Das e Aiga Stokenberga ajudaram a editar e finalizar o kit de ferramentas. O kit também recebeu comentários e revisões de vários experts, inclusive o participantes de uma oficina formal em Nova Delhi em julho de 2004. Dentre esses:

Amal-Lee Amin – U.K. Foreign and Commonwealth Office / Renewable Energy and Energy Efficiency Partnership; Albal Akanda – Asian Development Bank; Allan Asher – Energywatch, Minerva Baylon – University of the Philippines; Ruth Bell – Resources for the Future - USA; Bhavna Bhatia – The World Bank Group; John Byrne – University of Delaware Center for Environmental and Energy Policy; Maristela B. dela Cruz-Cardenas – Freedom from Debt Coalition, Philippines; Pramod Deo – Maharashtra State Electricity Regulatory Commission; Maitet Diokono - Kuryente Network, Ellen Dragotto – United States Department for International Development; Tira Foran; Dr. Madhav Godbole, former Union Home Secretary, Government of India; Christopher Greacen – Palang Thai; Chuenchom Sangarasri Greacen – Palang Thai; Mohinder Gulati – World Bank Group; Anjula Gurtoo – Indian Institute of Management; Siswanto Hadiatmo – PLN, Indonesia; Rachmat Harijanto – PLN, Indonesia; Asclepias R. S. Indriyanto – Indonesian Foundation for Energy Economics; Bharat Jairaj – Consumer and civic Action Group, Balawant G. Joshi – Deloitte Touche Tomatsu; Roberto Julian - Preferred Energy Inc., Amit Kapur - J. Sagar Associates, Advocates & Solicitors (Policy and Regulatory Projects); J. D Kulkarni – Tata Power; Priti Malhotra – REEEP Secretariat South Asia; Sudha Mahalingam – Institute for Defense Studies and Analysis; Nepomuceno A. Malaluan – Action for Economic Reforms; Sansana Malaiarison – Thailand Environment Institute; Somrudee Nicro –Thailand Environment Institute; Suphakij Nuntavorakarn - Healthy Public Policy Institute, S. L. Rao, former Chairman of the Central Electricity Regulatory Commission; M. Thimma Reddy – Centre for Environment Concerns; Athena Ronquillo – Greenpeace, Philippines; A. K. Sachan – Central Electricity Regulatory Commission; Leo Saldhana – Environment Support Group; Daljit Singh; Anubut Sangarasri – Palang Thai, Thailand; Samrat Sengupta – Worldwide Fund for Nature, India; N. Seshadri – United States Agency for International Development, India; Subodh Shah – Reliance Energy Limited; Steve Thomas – Public Services International Research Unit, Sairung Thongplon; Confédération of Consumer Organisation; Mr. Fabby Tumiwa – Working Group on Power Sector Restructuring; Dewi Sri Wahyunie – PLN, Indonesia; Bambang Adi Winarso - Directorate General of Electricity and Energy Utilization; Davida Wood – United States Agency for International Development, Hisham Zeriffi – Stanford Program on Energy for Sustainable Development.

*A Iniciativa para Governança em Eletricidade (EGI) recebe apoio da C. S. Mott Foundation, o Ministério de Relações Exteriores da Holanda, a Parceria para Energia Renovável e Eficiência em Energia (“Renewable Energy and Energy Efficiency Partnership”) e o Escritório de Relações Exteriores e da Comunidade Britânica de Nações (“U. K. Foreign and Commonwealth Office”), e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (“U.S. Agency for International Development”), e a Wallace Global Fund.*

## **INTRODUÇÃO AO KIT DE FERRAMENTAS PARA A GOVERNANÇA EM ELETRICIDADE**

---

### **Porque Governança em Eletricidade**

Decisões relacionadas ao setor elétrico têm impactos fundamentais na população geral e seu interesse. A revisão de uma tarifa elétrica afeta o custo da energia elétrica para os consumidores; de fato, aumentos de tarifas por causa de reformas são muitas vezes recebidas com protestos pelo público. A introdução de padrões de eficiência para usinas elétricas pode reduzir a poluição atmosférica para comunidades próximas e diminuir as emissões de carbono da economia. A importância social, ambiental, e econômica do setor elétrico é bem reconhecida, e seu impacto é grande. Entender como decisões são feitas neste setor é de importância crucial, já que um processo de decisão melhor fará com que melhores decisões sejam alcançadas. Muitas vezes, processos políticos fechados e grupos politicamente poderosos dão pouco atenção ao desenvolvimento sustentável e ao interesse público nas suas decisões, especialmente durante o processo de reforma do setor. Para que uma reforma seja politicamente sustentável, é necessário que o público acredite em seus benefícios, fator melhor alcançado através da transparência. Processos exclusivos são alvos para subversão e usados para fins que beneficiam poucos, enquanto um processo aberto obstrui esses tipos de abusos de poder.

### **O Kit de Ferramentas da Iniciativa para Governança em Eletricidade**

O Kit de Ferramentas de Indicadores da Iniciativa para Governança em Eletricidade (EGI) apresenta uma estrutura para avaliar e promover boa governança no setor elétrico. Esta estrutura avalia o quão o processo de decisão no setor elétrico é transparente, dá espaço para a participação pública, e deve prestar contas ao interesse público e permite recorrer. O kit também busca avaliar a capacidade institucional para atender os requisitos para um bom processo.

O kit de ferramentas de indicadores é composto de perguntas de pesquisa qualitativas, cujas respostas geram indicadores que avaliam o processo de decisão e medem a boa governança. Um bom entendimento da hierarquia do processo de decisão e dos possíveis pontos em que a cooperação pode acontecer e gerar benefícios mútuos é indispensável para uma participação eficaz da sociedade civil no setor elétrico. Podemos lidar com estas questões pelas suas raízes se enfrentarmos os desafios sociais, ambientais e econômicos do setor elétrico através de questões de governança.

O kit de ferramentas consiste de uma enquete de características principais do setor elétrico e de 64 indicadores avaliando questões de boa governança no setor. Vários dos indicadores são usados para casos de processos políticos, processos de regulamentação, ou projetos de setor. Para cada pergunta, o valor do indicador pode ser (i) Baixo, (ii) Baixo-Médio, (iii) Médio, (iv) Médio-Alto, ou (v) Alto. Cada valor é baseado em uma explicação documentada de quanto esse atributo de governança em eletricidade é satisfeito. A estrutura dos indicadores busca diminuir a possibilidade de conclusões arbitrárias ou incoerentes. Ao mesmo tempo, cada indicador inclui uma explicação analítica para o valor dado, e grupos são incentivados a utilizar estas explicações para incluir quaisquer limites na qualidade e nas dimensões políticas e socioeconômicas da característica avaliada pelo indicador.

Processos Políticos (PP)	<i>Institucional</i>	<i>Formulação de Política</i>	<i>Implementação</i>	Questões Ambientais e Sociais (AS)
Processos de Regulamentação (PR)	<i>Institucional</i>	<i>Operações</i>	<i>Implementação</i>	

### **Princípios para a Boa Governança**

Os indicadores vêm dos quatro elementos básicos de boa governança: participação pública, transparência, prestação de contas, e capacidade, e o quanto estes são alcançados na política e regulamentação elétrica. A ênfase é em processos políticos e de regulamentação que têm impactos ambientais e sociais.

*Transparência e Acesso à Informação:* Transparência é o processo em que se deixa atos e informações à mostra para que terceiros possam criticá-las. Algumas características da transparência são a abrangência, o tempo adequado, a disponibilidade, a informação compreensível, e as medidas tomadas para que dados alcancem grupos afetados e vulneráveis.

*Participação:* Escutar variadas opiniões públicas ajuda aqueles tomando decisões a levar questões, perspectivas, e opiniões diferentes em consideração. Para providenciar acesso, deve-se providenciar um espaço formal para participação em fóruns, o uso de mecanismos adequados para incentivar a participação, a inclusão e abertura desses processos, e levar as opiniões recebidas em consideração.

*Sistemas para Prestação de Contas e Apelações:* O acesso à justiça e à possibilidade de recorrer é necessário para que governos e pessoas do setor privado e público prestem contas à população. O papéis das várias instituições responsáveis pelas decisões devem estar claros; as operações e o processo do setor devem ser sistematicamente monitorados; a base das decisões deve estar clara ou ser justificada; e sistemas de justiça para defender interesses públicos são necessários para que haja prestação contas.

*Capacidade:* Capacidade refere-se à habilidade social, educacional, tecnológica, legal, e institucional do governo para praticar boa governança, e a habilidade da sociedade civil para participar no processo de decisão. Isto inclui a capacidade do governo e de instituições oficiais para agirem com autonomia e independência, a disponibilidade de recursos (tanto humanos quanto financeiros) para facilitar o acesso, e a capacidade da sociedade civil (especialmente de ONGs e da mídia) para analisar questões e participar eficazmente.

### **Desenvolvimento dos Indicadores**

A Iniciativa para Governança em Eletricidade é baseada no conceito de que processos de decisão melhores são condições necessárias, mesmo se não suficientes, para obter resultados melhores. Já que a ênfase é nos processos de governança, como as decisões são tomadas, ao invés de quais decisões são tomadas está no centro da metodologia da EGI. Por exemplo, indicadores sobre processo de seleção de membros para os comitês de regulamentação buscam averiguar se existe um processo “independente” e “transparente,” e não quais mecanismos de regulamentação são

adotados. O kit de ferramentas estuda o processo de decisão no setor elétrico no nível legislativo, executivo, e regulamentário, reconhecendo que a energia é ligada a processos políticos maiores. O kit busca balancear a necessidade de ser abrangente e capturar todas as dimensões de governança com a necessidade de manter o número de indicadores razoavelmente pequeno para que seja simples e fácil de gerenciar. O kit de ferramentas é aplicável à maioria dos países e pode ser usado para avaliar a governança em setores com diferentes condições proprietárias e estruturas industriais e institucionais diferenciadas. Os resultados quantitativos do kit, porém, não são comparáveis entre países. Esta comparação não seria relevante, já que há muitas diferenças nas tradições e padrões sociais e políticas entre países.

A criação da estrutura do EGI tem sido um processo interativo, baseado em pesquisas e análises anteriores da World Resources Institute (EUA), Prayas Energy Group (Índia), e o Instituto Nacional de Finanças e Políticas Públicas (Índia). Em dezembro de 2003, organizamos uma reunião preliminar de ONGs, experts, e outras profissionais trabalhando com setor de energia para discutir a abrangência desta iniciativa e caminhos que poderíamos tomar. A primeira versão do kit de ferramentas de indicadores foi lançada em outubro de 2004, baseada em comentários e opiniões colhidas da sociedade civil, experts e outros profissionais relacionados ao setor, e depois de um processo de revisão abrangente que concluiu com uma oficina de revisão que durou dois dias e reuniu mais de 40 profissionais e experts em julho de 2004. Este kit de ferramentas foi usado nas avaliações piloto da governança no setor elétrico da Índia, Indonésia, Tailândia, e as Filipinas entre janeiro de 2005 e março de 2006. A versão 2007 deste kit incorpora várias revisões para incluir lições aprendidas através das fases piloto, novos comentários recebidos e opiniões de experts.

### **Usando o Kit de Ferramentas**

Estas avaliações são feitas por colaborações nacionais e times interdisciplinários compostos de grupos com experiências diversas e complementárias em áreas como economia, assuntos ambientais, direito, e o bem-estar social. O trabalho dos times da EGI é apoiado por um ‘Painel Consultivo,’ que é convocado pelo time de avaliação que inclui membros do governo relacionados ao setor e outros profissionais importantes como experts de setor e acadêmicos. O papel do Painel Consultivo é dar orientação global, revisar a avaliação final antes de disponibilizá-la ao público, e ajudar o time a desenvolver uma estratégia, baseada na avaliação completa, para alcançar e engajar as pessoas.

Os grupos de implementação usarão o kit de ferramentas de acordo com as suas metas. O tempo adequado para a implementação fica a critério dos grupos nacionais. Times nacionais normalmente fazem assuntos e casos que estão de acordo com as suas prioridades o foco de seu trabalho. Para manter a coerência, um grupo de 16 indicadores Políticos e 15 indicadores de Regulamentação foi escolhido como “indicadores prioritários” que devem ser completados por todos os grupos utilizando o kit da EGI. Os times nacionais de avaliação devem ter cuidado quando documentando e justificando as suas respostas aos indicadores (quais valores foram escolhidos) seguindo as explicações e notas detalhadas em cada formulário de indicadores.

Pesquisa e documentação corretas são as chaves para uma avaliação confiável e transparente. Times de avaliação devem documentar extensivamente todos os cases studies, detalhes de entrevistas, e documentos de referência, etc. e explicações detalhadas (e.g. sobre a base de escolha para o case study e dos valores dados) devem ser incluídas na seção de ‘Explicação e Justificação’ e ‘Fontes de Informação’ nos formulários dos indicadores. Outras orientações para a documentação e compilação dos resultados das avaliações estão no *Guia para a Avaliação da Governança em Eletricidade* que acompanha este kit de ferramentas.

Comitês nacionais vão decidir como usar os indicadores e as avaliações relacionadas, já que o seus usos devem ser complementares ao trabalho da sociedade civil em assuntos relacionados ao setor elétrico. Estes incluem o relacionamento com membros do governo e outros de um modo sistemático para defender a formalização do acesso à informação; e a participação, não como favor mas como princípio e como um processo para governança considerado cada vez mais básico em padrões internacionais.

Além de atualizações frequentes sobre as atividades da EGI e dos seus parceiros, o nosso site <http://electricitygovernance.wri.org> também tem os seguintes materiais disponíveis:

**Resultados de Avaliação e Indicadores Completos:** Todas as avaliações de governança em eletricidade e formulários de indicadores preenchidos, incluindo as avaliações piloto da governança em eletricidade na Tailândia, Índia, Indonésia, e nas Filipinas.

**‘Dando Poder as Pessoas,’ Uma Análise de Governança em Eletricidade:** Apresenta uma análise comparativa dos resultados das avaliações piloto na Tailândia, Índia, Indonésia, e nas Filipinas, e dá mais razão para a necessidade de governança no setor elétrico.

**Guia para a Avaliação de Governança em Eletricidade:** Um guia detalhado explicando como fazer a avaliação da governança no setor elétrico usando o kit de ferramentas de indicadores da EGI, incluindo detalhes operacionais, tais como métodos para criar um grupo de implementação e um painel consultivo, metodologia de pesquisa para preencher os formulários, planejamento de trabalho, etc.

*A Iniciativa para Governança em Eletricidade é baseada nestes projetos do WRI e do Prayas Energy Group:*

**A Iniciativa para o Acesso (“The Access Initiative”):** Uma iniciativa global coordenada pela World Resources Institute com parceiros do mundo inteiro para avaliar a governança (nas leis e na prática) ambiental em vários países utilizando uma única metodologia baseada em indicadores. <http://www.accessinitiative.org>

**Política de Poder (“Power Politics”):** Um estudo em seis case studies que compara os processos e a economia política das reformas no setor de energia de países em desenvolvimento e em transição. O estudo mostrou que vários assuntos de interesse público, como o acesso à eletricidade, tarifas justas, e impactos ambientais, não são levados em consideração na criação de reformas já que seu processo não é aberto ou democrático. <http://www/wri.org/governance/powerpolitics.html>

**Avaliação Prayas da Regulamentação da Eletricidade na Índia:** Em 2002, o Prayas Energy Group fez uma avaliação detalhada de 13 comitês de regulamentação da eletricidade na Índia. Este trabalho, baseado em enquetes detalhadas e um estudo das ordens de regulamentação e relatórios, traz resultados sobre a transparência, os recursos, e a participação pública no processo de regulamentação na Índia. [http://prayaspune.org/peg/publications/erc\\_survey\\_042A01.pdf](http://prayaspune.org/peg/publications/erc_survey_042A01.pdf)

## EXEMPLO DE UM INDICADOR COMPLETADO

PR19 PROCESSO PARA ACESSO PÚBLICO AOS DOCUMENTOS DA AGÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO		
Elemento de Qualidade		Explicação
Banco de dados dos documentos bem catalogado	N	<i>Não existe um banco de dados bem catalogado dos documentos e outras informações disponíveis com o Comitê. O caso é o mesmo para as Ordens do Comitê. Algumas ordens importantes estão no site do Comitê.</i>
Procedimento simples e bem definido para inspecionar/ obter documentos	S	<i>Deve-se escrever ao Secretário do Comitê para pedir cópias dos documentos.</i>
Custo razoável	S	<i>Para a inspeção de documentos deve-se pagar Rs. 700 para documentos em grande quantidade e Rs. 100 para outros documentos. Para documentos autenticados, o custo é de Rs. 1 por página. Isso pode ser considerado um custo razoável. Antes custava Rs. 2 por página.</i>
Ampla divulgação de informações	N	<i>O Comitê não faz esforço nenhum para divulgar ou disseminar as informações que tem. Até mesmo o seu site de internet não é fácil de usar.</i>
<p><b>Continuação da Explicação:</b></p> <p><i>Não existe um banco de dados bem catalogados dos documentos e outras informações disponíveis com o Comitê. O caso é o mesmo para as Ordens do Comitê. Algumas ordens importantes estão no site do Comitê, mas estes não estão em ordem, o que faz com que sejam difíceis de localizar. No momento o escritório do Comitê está refazendo o seu site de internet, que talvez faça com que torne-se mais fácil de usar e que tenha informações mais completas.</i></p> <p><i>A Secção 20 (3) de Conduta de Regulamentações de Negócios 1999 garante que, pagando uma taxa, toda pessoa tem direito a obter cópias autenticadas de documentos do Comitê. Deve-se escrever ao Secretário do Comitê para pedir cópias dos documentos.</i></p> <p><i>A Regulamentação de Taxas para Vários Serviços Feitos pelo Comitê 2005 estipula que a taxa a ser paga para obter e inspecionar cópias de documentos. Para inspeção de documentos deve-se pagar Rs. 700 para documentos em grande quantidade e Rs. 100 para outros documentos. Para documentos autenticados, o custo é de Rs. 1 por página. Isso pode ser considerado um custo razoável. Antes custava Rs. 2 por página.</i></p> <p><i>O Comitê não faz esforço nenhum para divulgar ou disseminar as informações que tem. Até mesmo o seu site de internet não é fácil de usar.</i></p> <p><i>Dois elementos do qualidade: um processo simples e bem definido e um custo razoável são cumpridos..</i></p>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não avaliado		
Acesso público aos documentos da agência de regulamentação não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade.		Baixo <input type="checkbox"/>
Acesso público aos documentos da agência de regulamentação satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade.		Baixo-Médio
Acesso público aos documentos da agência de regulamentação satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade.		<b>Médio</b> <input checked="" type="checkbox"/>
Acesso público aos documentos da agência de regulamentação satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade.		Médio-Alto <input type="checkbox"/>
Acesso público aos documentos da agência de regulamentação satisfaz todos os <b>quatro</b> elementos de qualidade.		Alto <input type="checkbox"/>
<i>Avaliação do Comitê de Regulamentação da Eletricidade em Andhra Pradesh feita pela EGI Índia, 2005.</i>		

**INDICADORES BÁSICOS:  
MAPEAMENTO DO SETOR ELÉTRICO**

<b>INDICADORES BÁSICOS: MAPEAMENTO DO SETOR ELÉTRICO</b>	
<p style="text-align: center;"><b>PROCESSO POLÍTICO</b></p> <p><i>Institucional</i> Comitê Legislativo Executivo Relatórios Independentes sobre a Eletricidade Ministério/ Departamento Agências de Planejamento Capacidade da Sociedade Civil</p> <p><i>Formulação Política</i> Processos de reforma e mudanças políticas Disponibilidade de informações básicas Papel dos Consultores Qualidade de participação e debate, e clareza do processo político Cobertura pela Mídia Agências doadoras</p> <p><i>Implementação</i> Avaliação de bens Privatização Subsídios Poder Independente Competição</p>	<p style="text-align: center;"><b>PROCESSO REGULAMENTÁRIO</b></p> <p><i>Estrutura</i> Autoridade e Autonomia Seleção e Remoção Recursos Financeiros e Humanos Função e Jurisdição Conflitos de Interesse Divulgação de informação e transparência Apelos</p> <p><i>Processos de Decisão</i> Proatividade Clareza do processo Disseminação das decisões Participação público Capacidade da sociedade civil Relacionamento com a sociedade civil Base para ordens e decisões</p> <p><i>Operações</i> Treinamento Uso de consultores Relatório de desempenho Filosofia de Tarifas Licenciamento Atendimento ao consumidor e qualidade do produto fornecido</p>
<b>AMBIENTAL E SOCIAL (AS)</b>	
<p>Mandato e capacidade Executivo Mandato e capacidade do comitê Legislativo Jurisdição para aprovações ambientais Definição de padrões ambientais mínimos Consideração do meio ambientes no planejamento e na reforma de setor Avaliação do Impacto Ambiental (“Environmental Impact Assessment”) Pessoas afetadas pelo projeto Impactos no emprego Tecnologias de Baixo Impacto ao Meio Ambiente e Renováveis</p>	<p>Mandato e capacidade do corpo regulamentário para levar questões ambientais e sociais em consideração Capacidade para responder à questões ambientais e sociais Custo razoável Representação dos grupos envolvidos mais fracos</p>

**PROCESSO POLÍTICO**

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
<b>INSTITUIÇÕES</b>				
PP1	Capacidade do comitê legislativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso ao conhecimento e informação</li> <li>• Crescimento de conhecimento</li> <li>• Recursos financeiros</li> <li>• Autoridade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	30
PP2	Capacidade de comitê legislativo para avaliar questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência relevante</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	32
PP3	Capacidade do comitê legislativo para avaliar questões sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência relevante</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre assuntos sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	34
PP4	Funcionamento eficaz do comitê legislativo para a eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação de interesses</li> <li>• Comitê ativo</li> <li>• Relatórios fundamentados</li> <li>• Comitê proativo</li> <li>• Consultas públicas</li> <li>• Transparência de documentos enviados ao comitê</li> <li>• Transparência dos relatórios do comitê</li> <li>• Relatório do executivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	36
PP5	Regulamentos da escala de trabalho do ministério/ departamento de energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios claros</li> <li>• Direito de posse previsível</li> <li>• Divulgação de interesses</li> <li>• Regras sobre conflito de interesses</li> </ul>		38
PP6	Clareza e transparência do mandato ambiental do executivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição das responsabilidades ambientais</li> <li>• Cooperação com outras autoridades</li> <li>• Disponível no site da internet e em repartições locais</li> <li>• Relatórios regulares</li> <li>• Inclusão de grupos mais fracos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• AS</li> </ul>	40

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PP7	Clareza e transparência do mandato social do executivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidades sociais definidas</li> <li>• Cooperação com outras autoridades</li> <li>• Disponível no site da internet e em repartições locais</li> <li>• Relatórios regulares</li> <li>• Inclusão de grupos mais fracos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• AS</li> </ul>	42
PP8	Capacidade do executivo para avaliar questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Acesso à experiência</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	44
PP9	Capacidade do executivo para avaliar questões sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Acesso à experiência</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> <li>• Ver indicador básico E.6</li> </ul>	46
PP10	Relatórios anuais do departamento/ ministério de eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório financeiro</li> <li>• Avaliação de progresso</li> <li>• Fácil disponibilidade</li> <li>• Línguas locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	48
PP11	Comitês consultivos para o ministério/ departamento de energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mandato claro</li> <li>• Composição balanceada</li> <li>• Recursos financeiros</li> <li>• Reuniões regulares</li> <li>• Divulgação pública das atas</li> <li>• Divulgação pública de documentos</li> <li>• Transparência nas respostas e informações dadas pelo executivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> </ul>	50
PP12	Funcionamento eficaz da agência distinta responsável pelo planejamento/ pela política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriedade de consulta com a agência de planejamento</li> <li>• Mecanismo para avaliar a resposta do executivo</li> <li>• Autoridade para buscar informação</li> <li>• Recursos adequados</li> <li>• Transparência no funcionamento</li> <li>• Procedimentos consultivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicador básico F.5</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	52

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PP13	Capacidade das organizações da sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de análise tecnoeconômica</li> <li>• Envolvimento proativo e capacidade estratégica</li> <li>• Análise de impactos ambientais e sociais pela OSC</li> <li>• Apoio aos grupos mais fracos e relações com grupos populares</li> <li>• Capacidade de aprendizado contínuo</li> <li>• Networking</li> <li>• Credibilidade ampla</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para ser avaliada pela painel consultivo</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	54
<b>FORMULAÇÃO POLÍTICA</b>				
PP14	Qualidade do debate legislativo sobre leis referentes à eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duração do debate</li> <li>• Presença de membros</li> <li>• Composição dos discursantes</li> <li>• Disponibilidade de transcritos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	56
PP15	Qualidade de cobertura da política e da reforma elétrica pela mídia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume da cobertura</li> <li>• Qualidade da cobertura</li> <li>• Equilíbrio da cobertura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> </ul>	58
PP16	Clareza do processo para a participação pública na criação política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade pela decisão</li> <li>• Horizonte temporal para decisão definido</li> <li>• Horizonte temporal para opiniões e críticas definido</li> <li>• Prestação de contas para opiniões e críticas</li> <li>• Documentação do processo consultivo</li> <li>• Distribuição de informação sobre o processo em tempo adequado</li> <li>• Ampla distribuição de informação sobre o processo</li> <li>• Divulgação de informações destinada a grupos afetados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	60
PP17	Divulgação pública de informações sobre a base e os objetivos da reforma política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amplitude da disponibilidade de documentos</li> <li>• Facilidade de acesso</li> <li>• Disponibilidade em tempo adequado</li> <li>• Acessível para pessoas envolvidas de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	62
PP18	Eficácia do processo de participação pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de participação</li> <li>• Abrangência da participação</li> <li>• Resumo da participação pública</li> <li>• Resposta à participação pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesmo case study que PP 17</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	64

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PP19	Consideração de questões ambientais nas leis e políticas sobre reformas do setor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratado em documentos prévios</li> <li>• Incluso nas políticas e leis de reforma</li> <li>• Atenuando os impactos diretos do setor energético</li> <li>• Efeitos globais e econômicos de impactos ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesmo case study que PP 17</li> <li>• AS</li> </ul>	66
PP20	Avaliação da perda de empregos relacionada às mudanças políticas ou reformas no setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de impactos no desemprego</li> <li>• Avaliação foi conduzida antes da implementação de reformas</li> <li>• Alívio de impactos adversos</li> <li>• Mecanismos para reparações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesmo case study que PP 17</li> <li>• AS</li> </ul>	68
PP21	Transparência na formulação da política para produtores independentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação legislativa</li> <li>• Consultas públicas durante a criação política</li> <li>• Propostas para licitação</li> <li>• Análise adequada de demanda</li> <li>• Divulgação do contrato de compra e venda</li> <li>• Análise do impacto financeiro</li> <li>• Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicadores básicos D.3, H</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	70
PP22	Divulgação pública quanto à contratação de consultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detalhes do acordo de consultoria</li> <li>• Detalhes do relatório final</li> <li>• Período de comentários sobre o relatório dos consultores</li> <li>• Obrigatoriedade de revisão depois dos comentários públicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> </ul>	72
PP23	Transparência no envolvimento de doadores através de empréstimos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência sobre a postura política</li> <li>• Transparência sobre as condições</li> <li>• Transparência sobre os desembolsos</li> <li>• Transparência sobre os sistemas de avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	74
<b>IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA</b>				
PP 24	Transparência no envolvimento de doadores através da assistência técnica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência sobre os detalhes da assistência técnica</li> <li>• Transparência quanto ao resultado final</li> <li>• Ampla divulgação do trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• Ver indicador básico F.4</li> </ul>	76
PP 25	Processo de implementação da política/ legislação referente aos Produtores Independentes de Energia transparente e com prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propostas para licitação</li> <li>• Divulgação do contrato de compra e venda</li> <li>• Análise adequada de demanda</li> <li>• Análise do impacto financeiro</li> <li>• Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• Ver indicador básico D.3, H</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	78

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PP 26	Transparência na seleção de provedores privados de serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência no convite para propostas</li> <li>• Informações passadas aos licitantes estão disponíveis ao público</li> <li>• Transparência nos critérios e no processo de decisão</li> <li>• Justificativa para a decisão</li> </ul>		80
PP 27	Transparência na valorização de bens/ reestruturação de balanços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação e justificação da metodologia</li> <li>• Explicações quanto ao uso da metodologia</li> <li>• Estudo independente</li> <li>• Divulgação do estudo à população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> </ul>	82
PP 28	Transparência e prestação de contas quanto à criação e à implementação de subsídios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios transparentes</li> <li>• Justificativa quanto à distribuição</li> <li>• Acompanhamento e relatórios</li> <li>• Avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> </ul>	84
<b>QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS</b>				
PP29	Clareza sobre a autoridade e a jurisdição quanto à emissão de aprovações ambientais para projetos do setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provisões quanto à autoridade e à jurisdição</li> <li>• Clareza sobre como a autoridade é dividida</li> <li>• Baixo custo ou acesso através da internet</li> <li>• Formato acessível</li> <li>• Disponível em repartições ou bibliotecas públicas</li> <li>• Divulgação das aprovações em tempo adequado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	86
PP30	Participação pública na decisão quanto ao padrão mínimo de desempenho ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Base para os padrões</li> <li>• Índícios de consulta pública</li> <li>• Mecanismos variados para a participação pública</li> <li>• Explicações quanto ao uso da opinião pública</li> <li>• Relatórios sobre a observância dos padrões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	88
PP31	Participação pública na criação de regulamentações que buscam reduzir o impacto ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferentes abordagens foram consideradas</li> <li>• Índícios de consulta</li> <li>• Esforços sistemáticos para consultar comunidades afetadas</li> <li>• Uso de diferentes mecanismos para a participação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	90

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PP32	Inclusão de questões ambientais no plano nacional para o setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questões ambientais levadas em consideração</li> <li>• Consideração abrangente dos impactos</li> <li>• Mecanismos variados de participação pública</li> <li>• Esforços sistemáticos para buscar as opiniões de diferentes grupos de interesse</li> <li>• Divulgação de comentários</li> <li>• Explicação de como os comentários foram incorporados na decisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• AS</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	92
PP33	Abrangência das leis, políticas, e procedimentos das Avaliações de Impactos Ambientais (“environmental impact assessment” – EIA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriedade das EIAs</li> <li>• Consideração abrangente dos impactos</li> <li>• Diretrizes para avaliações estratégicas</li> <li>• Condução de avaliações estratégicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	94
PP34	Participação Pública nas Avaliações de Impactos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação pública no esboço</li> <li>• Vários mecanismos de participação pública</li> <li>• Período adequado para comentários</li> <li>• Relatórios das EIAs disponíveis ao público</li> <li>• Diretrizes para a consulta pública</li> <li>• Divulgação de comentários públicos sobre as EIAs</li> <li>• Comentários públicos inclusos no relatório final da EIA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• AS</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	96
PP35	Espaço para as pessoas afetadas pelos projetos exercerem seus direitos quanto ao licenciamento e à aprovação de projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultas aderem aos procedimentos/ às diretrizes</li> <li>• Esforços sistemáticos para educar pessoas possivelmente afetadas</li> <li>• Mais de um mecanismo de participação pública</li> <li>• Os esforços para obter consulta foram guiados pelo princípio do consentimento prévio, livre, e informado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesmo case study que PP 34</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	98
PP36	Participação no processo de decisão sobre o acesso a serviços elétricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indícios de mais de uma consulta</li> <li>• Esforços sistemáticos para consultar grupos socioeconômicos mais vulneráveis</li> <li>• Existem mais de dois mecanismos de participação pública</li> <li>• Opinião pública levada em consideração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• AS</li> </ul>	100

## **PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO**

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
<b>ESTRUTURA DE REGULAMENTAÇÃO</b>				

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PR1	Estrutura institucional para decisões de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma agência reguladora independente existe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	103
PR2	Autoridade da agência reguladora	<p><b>Autoridade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações e provas</li> <li>• Investigações</li> <li>• Impõe respeito</li> <li>• Penalidades para a violação de ordens</li> </ul> <p><b>Prática</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercício de autoridade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicador básico C.2</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	105
PR3	Jurisdição da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clareza sobre a jurisdição</li> <li>• Agência reguladora responsável por todas as funções críticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicador básico C.2</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	107
PR4	Extensão e transparência do mandato ambiental da agência reguladora	<p><b>Extensão do Mandato:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio ambiente incluso no mandato</li> <li>• Responsabilidades específicas</li> </ul> <p><b>Divulgação de Informação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicado no diário do governo</li> <li>• Disponível no site de internet</li> <li>• Baixo custo</li> <li>• Disponível em diferentes formatos</li> <li>• Divulgação ampla</li> <li>• Grupos representando questões ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	109
PR5	Extensão e transparência do mandato social da agência reguladora	<p><b>Extensão do Mandato:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Questões sociais inclusas no mandato</li> <li>• Responsabilidades específicas</li> </ul> <p><b>Divulgação de Informação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicado no diário do governo</li> <li>• Disponível no site de internet</li> <li>• Baixo custo</li> <li>• Disponível em diferentes formatos</li> <li>• Grupos representando questões sociais e comunidades oprimidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	111
PR6	Seleção dos reguladores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Independência do processo de seleção</li> <li>• Processo bem definido</li> <li>• Transparência sobre os candidatos</li> <li>• Critérios de composição e elegibilidade</li> <li>• Direitos de posse diferentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	113
PR7	Prevenção de conflitos de interesse por parte dos reguladores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesses financeiros</li> <li>• Período de espera</li> <li>• Re-nomeação proibida</li> <li>• Representação proibida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicador básico C.2</li> </ul>	115
PR8	Autonomia da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direitos de posse fixos</li> <li>• Autonomia fixa</li> <li>• Controle sobre os recursos humanos</li> </ul>		117

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PR9	Mecanismo de apelos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualquer partido afetado pode apelar a decisão</li> <li>Apelos podem ser feitos em resposta ao processo</li> <li>Apelos podem ser referentes a questões substantivas</li> <li>O mecanismo de apelos afetou decisões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prioritário</li> </ul>	119
PR10	Qualidade dos tribunais de justiça ou fóruns administrativos que lidam com questões ambientais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decisões devem ser obrigatoriamente seguidas</li> <li>Independência</li> <li>Capacidade para lidar com questões específicas para o setor</li> <li>Acesso à informação para os partidos</li> <li>Base para queixas</li> <li>Reconhecimento dos partidos afetados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Case study</li> <li>AS</li> </ul>	121
PR11	Treinamento dos membros e empregados da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>Certeza</li> <li>Treinamento multi-disciplinar</li> <li>Diversidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prioritário</li> </ul>	123
PR12	Capacidade da agência reguladora para avaliar questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos financeiros designados</li> <li>Acesso à experiência</li> <li>Pessoa encarregada</li> <li>Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>AS</li> </ul>	125
PR13	Capacidade da agência reguladora para avaliar questões sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos financeiros designados</li> <li>Acesso à experiência</li> <li>Pessoa encarregada</li> <li>Crescimento de conhecimento sobre questões sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>AS</li> </ul>	127
PR14	Informações disponíveis ao público sobre a contratação de consultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Detalhes do acordo de consultoria</li> <li>Relatórios e recomendações dos consultores</li> </ul>		129
<b>PROCESSO DE DECISÃO</b>				
PR15	Clareza sobre os procedimentos de regulamentação e a base substantiva das decisões	<ul style="list-style-type: none"> <li>Certeza quanto aos procedimentos</li> <li>Clareza sobre a base substantiva das decisões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Case study</li> <li>Prioritário</li> </ul>	131
PR16	Resposta da agência reguladora a questões ambientais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Explicações dadas em resposta à questão</li> <li>Exercício do mandato ambiental e social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Case study</li> <li>AS</li> </ul>	133
PR17	Iniciativas proativas da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>Casos de iniciativa própria</li> <li>Trabalhos de discussão, estudos, congressos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ver indicador básico C.2</li> </ul>	135

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PR18	Divulgação dos documentos em posse da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presunção que os documentos estão disponíveis ao público a não ser que sejam classificados como confidenciais</li> <li>• Procedimentos e regras claras para definir quais documentos podem ser 'confidenciais'</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	137
PR19	Procedimento para o acesso público a documentos da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banco de dados dos documentos bem catalogado</li> <li>• Procedimento simples e bem definido para inspecionar/ obter documentos</li> <li>• Custo razoável</li> <li>• Ampla divulgação de informações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	139
PR20	Espaço para a participação pública no processo de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussões de regulamentação abertas ao público por lei</li> <li>• O público tem direito a participar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	141
PR21	Acesso público aos documentos e às audiências de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de pedidos de documentos feitos pelo público</li> <li>• Quantidade de participações em audiências públicas</li> </ul>		143
PR22	Mecanismos institucionais para a representação de grupos mais fracos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes de consumidores</li> <li>• Comentários/ queixas em nome de grupos mais fracos</li> <li>• Representação no governo</li> <li>• Representação no executivo pela unidade de desenvolvimento social</li> <li>• Outros mecanismos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	145
PR23	Apoio à capacidade dos grupos mais fracos para participar no processo de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações destinadas aos grupos mais fracos</li> <li>• Apoio aos grupos mais fracos para que possam representar-se</li> </ul>		147
PR24	Intervenções no processo de regulamentação pela sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de organizações da sociedade civil envolvidas</li> <li>• Natureza dos casos trazidos diante da agência</li> <li>• Número de casos trazidos diante da agência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	149
PR25	Relacionamento do provedor de eletricidade com organizações da sociedade civil e populações possivelmente afetadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Departamento designado</li> <li>• Relacionamento com a comunidade ditado pela política corporativa</li> <li>• Criação e operação de um grupo consultivo</li> <li>• Apoio aos grupos mais fracos</li> <li>• Informações sobre como grupos podem trazer queixas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> </ul>	151

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Anotações</b>	<b>Pág. No.</b>
PR26	Ordens e decisões da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A agência é obrigada por lei a justificar suas ordens/ decisões</li> <li>• Qualidade da justificativa na prática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário</li> </ul>	153
PR27	Divulgação das decisões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fácil disponibilidade</li> <li>• Disponibilidade em tempo adequado</li> <li>• Língua local</li> <li>• Vários meios de divulgação</li> <li>• Ajuda na compreensão das ordens</li> </ul>		155
<b>QUESTÕES OPERACIONAIS</b>				
PR28	Filosofia tarifária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise detalhada</li> <li>• Alívio de impactos adversos</li> <li>• Facilmente compreensível</li> <li>• Tarifas recentes de acordo com a filosofia/ os princípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicador básico F.6</li> </ul>	157
PR29	Participação no processo de decisão relacionado aos preços da eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os princípios/ a filosofia tarifária dá atenção ao poder de compra</li> <li>• Participação pública nas revisões</li> <li>• Educação de grupos de baixa renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AS</li> <li>• Case study</li> </ul>	159
PR30	Licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos bem definidos para a consideração de pedidos de licenças</li> <li>• Critérios bem definidos para a consideração de pedidos de licenças</li> <li>• Clareza sobre a base das alterações/ revogações/ suspensões de licenças</li> <li>• Resoluções de disputas</li> <li>• Monitoramento da observância e do desempenho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Case study</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	161
PR31	Relatórios periódicos sobre o desempenho dos licenciados e dos serviços de utilidade pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriedade da entrega de relatórios</li> <li>• Fácil disponibilidade</li> <li>• Disponibilidade em tempo adequado</li> <li>• Disponível em línguas locais</li> <li>• Coerência e clareza dos parâmetros dos relatórios</li> <li>• Relatórios abrangentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicadores básicos C.8 e C.9</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	163
PR32	Serviço ao consumidor e qualidade do fornecimento	<p><b>Presença de Padrões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrões de serviço ao consumidor e de qualidade do fornecimento</li> <li>• Obrigatoriedade dos padrões de fornecimento</li> </ul> <p><b>Qualidade dos Padrões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento de desempenho</li> <li>• Revisões de cumprimento</li> <li>• Informações/ conclusões das revisões de cumprimento disponíveis ao público</li> <li>• Queixas dos consumidores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver indicadores básicos C.8, C.9, E.8</li> <li>• Prioritário</li> </ul>	165

## **INDICADORES DA ENQUETE BÁSICA**

---

Para que a nossa avaliação qualitativa tenha sentido, é necessário obtermos um conjunto de indicadores quantitativos mapeando fatos chave sobre o setor elétrico, já que o processo de governança do setor deve ser avaliado no contexto das realidades de hoje. Para isso, o kit de ferramentas inclui um conjunto de indicadores de uma enquete de base que mapeia fatos chave sobre o setor elétrico nacional para dar uma idéia da situação atual. Esta parte apresenta fatos chave sobre:

- A. A estrutura do setor elétrico nacional
- B. Processo político e legislativo
- C. Regulamentação
- D. Geração
- E. Acesso, transmissão e distribuição
- F. Importância econômica
- G. Investimento
- H. Privatização

A coleta de dados sobre o processo e o desempenho do setor possibilitará o mapeamento de características chave do setor elétrico nacional, e facilitará a avaliação da qualidade da governança no setor. Por favor dê explicações adequadas se as respostas forem relacionadas a certas condições/geografia, etc. Por exemplo, se para uma questão a informação só é dada em um certo estado, inclua isto nas anotações.

- A. **ESTRUTURA:** Por favor escreva os nomes das instituições/ agências relevantes nas lacunas abaixo

POLÍTICA:		REGULAMENTAÇÃO:	
UTILIDADES PÚBLICAS:			
PRODUTORES/ GERADORES DE ENERGIA:	DISTRIBUIDORES:	TRANSMISSÃO:	
CONSUMIDORES:			

*Nota:* Inclua o histórico da formação das várias instituições.

## INDICADORES DA ENQUETE BÁSICA

---

Os 5 acontecimentos mais importantes no setor durante os últimos cinco anos	Os 5 acontecimentos atuais mais controversos no setor
1.	1.
2.	2.
3.	3.
4.	4.
5.	5.

### B. POLÍTICA/ LEGISLAÇÃO:

B.1. Lei de Liberdade de Informação (“Freedom of Information Act”):  Sim  Não

B.2. Legislação em Eletricidade:  Federal  Estadual  Outro

Sistema legislativo:  Parlamentar  Outro

B.3. Instituições legislativas e grupos políticos responsáveis pela criação / recomendação legislativa

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_

B.4. Agências do governo estadual responsáveis pela implementação e execução da política em relação ao setor elétrico

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_
- 4) \_\_\_\_\_

B.5. Instituição do governo encarregado do planejamento do setor: \_\_\_\_\_

B.6. Principal fonte das leis do setor: \_\_\_\_\_

B.7. Instituição do governo que fiscaliza o setor: \_\_\_\_\_

B.8. Instituição do governo que fiscaliza a energia renovável: \_\_\_\_\_

B.9. Instituição do governo que fiscaliza a eletrificação rural: \_\_\_\_\_

B.10. Tarifas elétricas fixadas por: \_\_\_\_\_

B.11. Monitoramento da Emissão de Carbono do Setor

B.12. Avaliação do Impacto Ambiental ('Environmental Impact Assessment' - EIA) obrigatória por lei para o setor

### **INDICADORES DE ENQUETE BÁSICA**

---

B.13. Regulamentos EIA existem para a:

- Geração
- Transmissão
- Distribuição
- Nenhum

Outras características importantes da estrutura política e legislativa do país:

---

### **C. REGULAMENTAÇÃO:**

C.1. Federal  Estadual  Outras  \_\_\_\_\_

C.2. Responsabilidades:

- Tarifa
- Permissão
- Licenciamento
- Emissão de concessões
- Adjudicação
- Outra

C.3. Mandato de serviço universal<sup>1</sup>  Sim  Não

C.4. Regulamentação por Contrato<sup>2</sup>  Companhias: 1) \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_

Responsabilidades:

- Tarifas
- Permissão
- Licenciamento
- Emissão de concessões
- Adjudicação
- Outra

C.5. Programas de eficiência do usuário final<sup>3</sup>  1) \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_

C.6. Índice de eficiência do setor<sup>4</sup>: \_\_\_\_\_

---

<sup>1</sup> mandato de serviço universal: todos cidadãos têm o mesmo acesso a serviços de energia

<sup>2</sup> regulamentação por contrato: pré-especificação, através de um ou mais acordos formais ou explícitos, com fórmulas que determinam os preços que a companhia de distribuição pode cobrar pela eletricidade

<sup>3</sup> programas de eficiência do usuário: programas que buscam aumentar a eficiência no sistema de fornecimento de energia inteiro através da fase de varejo, quando a energia é vendida ao consumidor

<sup>4</sup> índice de eficiência: razão entre a produção de energia para o uso do consumidor e a entrada de energia

C.7. Estimativa do índice de perdas não-técnicas / roubo de eletricidade: \_\_\_\_\_ por cento

C.8. Responsabilidade das Utilidades Públicas para Relatar sobre seu Trabalho:

Abrangente  Limitada  Nenhuma

---

#### INDICADORES DA ENQUETE BÁSICA

---

C.9. Relato de Desempenho Ambiental?  Sim  Não

Outras características importantes de regulamentação no seu setor elétrico:

---

#### D. GERAÇÃO:

D.1. Capacidade de Geração Total Instalada<sup>5</sup> (MW): \_\_\_\_\_

D.2. Mistura de combustíveis:

Óleo	_____ %	Vento	_____ %
Carvão	_____ %	Solar	_____ %
Petróleo / Diesel	_____ %	Hidroelétricas pequenas	_____ %
Gás Natural / LPG	_____ %	Biomassa	_____ %
Hidroelétricas grandes	_____ %	Cogeração	_____ %
Renováveis novos	_____ %	Hidrogênio	_____ %
		Outros	_____ %

D.3. Produtores Independentes de Energia (PIEs) permitidos

Quem emite contratos de PIE \_\_\_\_\_

Quantidade de contratos de PIE \_\_\_\_\_

Porcentagem de PIEs em Renováveis/ Cogeração \_\_\_\_\_ %

Outras características importantes sobre a geração de energia no setor:

---

#### E. ACESSO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

E.1. População com acesso à eletricidade: \_\_\_\_\_ %

E.2. População urbana com acesso à eletricidade: \_\_\_\_\_ %

E.3. População rural com acesso à eletricidade: \_\_\_\_\_ %

E.4. Perdas na distribuição e transmissão: \_\_\_\_\_ %

---

<sup>5</sup> Capacidade de geração total instalada: soma da capacidade máxima de MW de todas as unidades de geração quando foram instaladas

E.5. Rede Nacional  Cobertura: \_\_\_\_\_%

E.6. Já existe um Programa de Eletrificação Rural

E.7. Subsídios para a eletrificação rural? De que tipo?

#### INDICADORES DA ENQUENTE BÁSICA

---

E.8. Confiabilidade do serviço elétrico:

Confiável  Apagões ocasionais  Despejos de carga planejados

Interrupções de serviço frequentes

Outras características importantes sobre o acesso, a transmissão e a distribuição no setor elétrico:

---

#### F. ECONÔMICO:

F.1. Contribuição do Setor pra o PIB: US\$ \_\_\_\_\_ = \_\_\_\_\_%

F.2.  Exporta Eletricidade  Importa Eletricidade

F.3. Estado financeiro do Setor:

Renda em relação ao custo<sup>6</sup>: \_\_\_\_\_

Nível de dívida (como % da renda anual): \_\_\_\_\_

F.4. Fonte Principais de Projetos de Assistência Técnica (ADE/ BMD<sup>7</sup>):

\_\_\_\_\_

F.5. Uso de Estratégias Integradas de Planejamento de Recursos no Setor:

F.6. Tarifa Elétrica:

Doméstica Urbana \_\_\_\_\_ Renda Mensal: \_\_\_\_\_ Uso médio: \_\_\_\_\_

Doméstica Rural \_\_\_\_\_ Renda Mensal: \_\_\_\_\_ Uso médio: \_\_\_\_\_

Comercial \_\_\_\_\_ Uso médio: \_\_\_\_\_

Média de porcentagem de mudança na tarifa do setor elétrico durante o último ano:

\_\_\_\_\_%

Variação= (Tarifa atual – Tarifa na mesma época do ano passado) / Tarifa atual

---

<sup>6</sup> renda em relação ao custo: razão entre dólares (ou valor equivalente em Real) arrecadados pelo setor de energia e dólares (ou valor equivalente em Real) gastos na provisão de energia

<sup>7</sup> ADE/BMD: Assistência para o Desenvolvimento no Exterior (“Overseas Development Assistance”)/ Banco Multilateral de Desenvolvimento (“Multilateral Development Bank”)

Tarifa constante       Tarifa varia frequentemente       Tarifa bem volúvel

F.7. Intensidade de Energia<sup>8</sup> (\$US): \_\_\_\_\_

F.8. Projeção do Crescimento de Demanda<sup>9</sup>: \_\_\_\_\_%

#### INDICADORES DA ENQUETE BÁSICA

---

Outras características importantes sobre o perfil econômico do seu setor elétrico:

---

#### G. INVESTIMENTO

G.1. Investimento anual no setor durante os últimos três anos: (1) US\$ \_\_ (2) US\$ \_ (3) US\$ \_\_\_\_\_

G.2. Investimento doméstico: \_\_\_\_\_%      Investimento estrangeiro: \_\_\_\_\_%

G.3. Maiores Investidores Públicos      Maiores Investidores Privados

1) \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_  
3) \_\_\_\_\_  
4) \_\_\_\_\_  
5) \_\_\_\_\_

1) \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_  
3) \_\_\_\_\_  
4) \_\_\_\_\_  
5) \_\_\_\_\_

G.4. Fontes de Financiamento Público do Setor:  Obrigações<sup>10</sup>  
 Taxas  
 Tarifas  
 Outros: \_\_\_\_\_

G.5.  Empréstimos para Ajustes Estruturais (“Structural Adjustment Lending”) /  
Empréstimos para Política de Desenvolvimento para o setor elétrico

G.6. Quais **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs)** e agências bilaterais já financiaram projetos no setor elétrico? Se estes bancos estiveram envolvidos em qualquer um dos 5 acontecimentos mais controversos da seção (i), assinale a caixa ao lado da agência.

---

<sup>8</sup> intensidade de energia: razão entre a energia consumida e a renda nacional total (PIB)

<sup>9</sup> projeção de crescimento de demanda: porcentagem do aumento na quantidade da demanda de eletricidade projetada para o ano que vem em comparação a quantidade de demanda de eletricidade deste ano

<sup>10</sup> obrigação: contrato de dívida emitida pelo governo para cidadãos para arrecadar dinheiro. O valor da dívida é pago aos cidadãos depois de um certo período estipulado pelo contrato.

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_
- 4) \_\_\_\_\_
- 5) \_\_\_\_\_
- 

**INDICADORES DA ENQUETE BÁSICA**

---

G.7. Quais são os principais financiadores dentre os **Bancos Privados**?

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_
- 4) \_\_\_\_\_
- 5) \_\_\_\_\_
- 

Outras características importantes sobre o investimento no seu setor elétrico:

\_\_\_\_\_

**H. PRIVATIZAÇÃO:**

H.1.  Privatizado Quando (Ano): \_\_\_\_ Sob consideração  Nenhum

H.2.  Transmissão e Geração separadas?

H.3.  Distribuição e Transmissão separadas?

H.4.  Existem Geradores Particulares?

Companhias de Geração:

1) _____	Participação no Mercado: _____ %
2) _____	Participação no Mercado: _____ %
3) _____	Participação no Mercado: _____ %

H.5.  Existem Distribuidores Particulares?

Companhias de Distribuição:

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_

Participação no Mercado: \_\_\_\_\_ %

Participação no Mercado: \_\_\_\_\_ %

Participação no Mercado: \_\_\_\_\_ %

H.6.  Transmissão Privatizada?

Companhias de Transmissão:

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_

Participação no Mercado: \_\_\_\_\_ %

Participação no Mercado: \_\_\_\_\_ %

Participação no Mercado: \_\_\_\_\_ %

## **PROCESSO POLÍTICO (PP)**

---

### **Resumo**

Processos políticos definem os parâmetros para o funcionamento e o desempenho do setor elétrico, e são de importância crítica para a governança no setor elétrico. A qualidade do processo político afeta os processos de regulamentação, e também os aspectos sociais e ambientais do desempenho do setor elétrico.

Esta seção do kit de ferramentas de indicadores examina a capacidade e a integridade das instituições envolvidas com o desenvolvimento da política do setor elétrico, incluindo os poderes legislativos e executivos do governo, ministérios responsáveis pela operação e planejamento do setor, instituições internacionais de financiamento, e a sociedade civil. Estes indicadores buscam entender questões sobre o critério de seleção para a representação nestas instituições, padrões que devem ser seguidos e questões sobre as quais relatórios devem ser feitos obrigatoriamente, a clareza do papel e do mandato das instituições, e se existe um espaço para a consulta e participação pública. Os indicadores estudam como políticas, especialmente a respeito das principais iniciativas para reforma do setor, são formuladas e implementadas depois de adotadas. Neste contexto, levamos em consideração questões como as condições sob as quais os produtores independentes de energia são incluídos no setor, a transparência na alocação de subsídios, e a transparência na valorização dos bens do setor elétrico.

Também estudamos várias questões ambientais e sociais relacionadas à política do setor elétrico, como a capacidade de várias instituições para trabalhar com questões ambientais e sociais, o quanto questões ambientais e sociais são incluídas no planejamento do setor, atenção aos impactos de reformas no trabalho e emprego, a extensão da participação pública na definição de padrões ambientais para o setor, o quanto comunidades afetadas participam nas decisões referentes a novos projetos de infraestrutura, e a integridade das avaliações de impacto ambiental para projetos do setor.

### **Orientações para a Avaliação**

Use estes indicadores para o nível adequado do processo de decisão sobre a eletricidade: federal ou estadual. Se a política do setor elétrico é determinada tanto através de decisões do nível federal e do nível estadual, use estes indicadores para o nível federal.

Alguns indicadores têm o processo legislativo como foco, enquanto outros são mais relevantes para o processo executivo. Então, identifique um processo legislativo e outro executivo para que estes indicadores sejam aplicáveis. Onde o setor elétrico estiver em meio de reformas estruturais, é provável que legislação de reforma e decisões executivas importantes baseadas na reforma sejam boas escolhas.

Escolha o foco institucional adequado para cada decisão. Para decisões legislativas, é provável que seja o Comitê de Energia ou instituição equivalente. Para decisões executivas, provavelmente será o Ministério de Energia ou a agência de planejamento. O Ministério do Meio Ambiente estará envolvido na emissão de permissões ambientais e na definição de padrões ambientais. Vários indicadores necessitam a escolha de case studies. Para selecionar case studies, os times devem equilibrar vários critérios. Primeiro, os casos devem ser relativamente recentes, para que sejam representativos da prática atual. Segundo, medidas devem ser tomadas para evitar casos atípicos. Apesar dos melhores esforços para escolher um case study representativo, é possível que cada um tenha características únicas, e, portanto, os times de avaliação devem justificar a sua escolha de case studies.

### PP1 Capacidade do comitê legislativo

#### **Relevância do indicador:**

Em qualquer estrutura política democrática, as instituições legislativas têm um papel crítico definido macro políticas que o poder executivos, instituições de regulamentação e outros põem em operação. Já que nem todos os membros do legislativo dão o mesmo peso para todas as questões, vários parlamentos usam sub-comitês de Parlamentares que se especializam no estudo de certas questões diante do legislativo. Estes comitês legislativos normalmente têm audiências, consideram vários pontos de vista, e finalmente fazem recomendações e críticas à legislatura. Assim, o processo do comitê legislativo é um mecanismo importante que cria um espaço para o estudo de setores e questões específicas. Dependendo do país, pode haver diferentes nomenclaturas para comitês legislativos responsáveis pelo setor elétrico (comissão permanente, sub-comitês, etc.). Já que o setor elétrico é tecnicamente e economicamente complexo, membros de comitês legislativos e aqueles que trabalham com eles deve ter um capacidade adequada para satisfazer seu papel na definição da direção política e na fiscalização. Podem vir a ser necessários mais esforços para capacitar membros do poder legislativo para esta função.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

O primeiro passo é ver se existe um comitê responsável pela fiscalização do setor. Depois de encontrá-lo, o time de avaliação terá que obter documentos formais através dos quais um comitê legislativo para a eletricidade foi criado, para ver o seu papel, os recursos destinados ao comitê, e a sua autoridade. Além disso, é importante que esta informação seja complementada através de entrevistas com legisladores e outras pessoas trabalhando para o comitê para avaliar na prática a capacidade dos membros, as oportunidades para o crescimento de conhecimento, a disponibilidade de recursos financeiros, e a autoridade formal para alcançar representantes eleitos ou membros. Se os elementos de qualidade existem no papel mas não na prática, isto deve ser anotado na secção para explicações e o elemento de qualidade correspondente não deve ser considerado alcançado.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Acesso ao Conhecimento:* Membros do comitê legislativo e outras pessoas trabalhando para o comitê têm acesso aos documentos relevantes e a recursos para examinar questões políticas relevantes para o setor elétrico.
- *Crescimento de Conhecimento:* Oportunidades periódicas para o crescimento de conhecimento (como cursos de treinamento, congressos, etc.) estão disponíveis aos membros e outras pessoas trabalhando para o comitê.
- *Recursos Financeiros:* Recursos financeiros adequados estão disponíveis para contratar experts e fazer pesquisas. Estes recursos financeiros devem ser previsíveis e sob o controle do comitê.
- *Autoridade:* Comitês legislativos têm a autoridade para contatar representantes eleitos e outros empregados do governo para obter informações e respostas, e exercem esta autoridade na prática.

PP1 CAPACIDADE DO COMITÊ LEGISLATIVO		
Elementos de Qualidade		Explicações
Acesso ao conhecimento	—	
Crescimento de conhecimento	—	
Recursos financeiros	—	
Autoridade	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
Não existe <b>nenhum</b> mecanismo de fiscalização legislativa através do sistema de comitês, ou existe um comitê mas nenhum dos quarto elementos de qualidade são satisfeitos		Baixo —
Existe um mecanismo de fiscalização legislativa através do sistema de comitês mas só <b>um</b> dos elementos de qualidade é satisfeito		Baixo-médio —
Existe um mecanismo de fiscalização legislativa através do sistema de comitês e <b>dois</b> dos elementos de qualidade são satisfeito		Médio —
Existe um mecanismo de fiscalização legislativa através do sistema de comitês e <b>três</b> dos elementos de qualidade são satisfeito		Médio-alto —
Existe um mecanismo de fiscalização legislativa através do sistema de comitês e <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade são satisfeito		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p>   <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP2 Capacidade do comitê legislativo para avaliar questões ambientais

#### **Relevância do indicador:**

Comitês legislativos ou parlamentares responsáveis pela criação e/ou a aprovação de reformas no setor elétrico ou reavaliando a política do setor elétrico têm um papel crítico na criação de instituições e estruturas políticas que governam o setor elétrico. As instituições e políticas criadas através de processos legislativos determinam as prioridades do setor. Além disso, as instituições legislativas servem como um contrapeso para o ou garantem a fiscalização do processo de decisão do poder executivo. Porém, a capacidade da instituição legislativa ou parlamentar para fiscalizar e efetivamente servir como contrapeso para o poder executivo em questões ambientais é definida em parte pela qualidade e disponibilidade de recursos e do conhecimento dos representantes.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

“Comitê legislativo relevante” refere-se ao principal comitê legislativo responsável pela criação e/ou a aprovação da legislação sobre o setor elétrico (ou reavaliando a política no setor elétrico).

Os times de avaliação vão ter que usar diferentes fontes de informação, incluindo diretorias ou listas de empregados, entrevistas com membros anteriores e atuais do comitê legislativo ou parlamento ou outros empregados relacionados ao comitê. À medida do possível, times devem estudar documentos detalhando os gastos de orçamento e recursos humanos do comitê. O foco da avaliação deve ser na verificação dos recursos orçamentários e no conhecimento, treinamento, e as responsabilidades do comitê, para obter uma idéia do estado da capacidade do comitê durante um período relativamente recente (dentro dos últimos cinco anos).

#### **Elementos de capacidade:**

- *Experiência relevante:* Membros do comitê **ou** aqueles que trabalham com eles têm conhecimentos relevantes, como um ensino superior especializado ou experiência/ trabalho com questões/ problemas ambientais.
- *Pessoa encarregada:* Certos membros do comitê ou empregados legislativos têm a responsabilidade explícita de lidar com questões ambientais relacionadas à política e ao desempenho do setor elétrico.
- *Recursos financeiros designados:* Recursos orçamentários específicos são disponíveis explicitamente para o apoio de pesquisa ou investigação do questões ambientais.
- *Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais:* Existem provas de que houve treinamento/ crescimento de conhecimento sobre questões ambientais nos últimos dois anos.

PP2 CAPACIDADE DO COMITÊ LEGISLATIVO PARA AVALIAR QUESTÕES AMBIENTAIS		
Elementos de Qualidade		Explicações
Experiência relevante	—	
Pessoa encarregada	—	
Recursos financeiros designados	—	
Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais	—	
<b>Outras / Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Comitê legislativo relevante não demonstra <b>nenhum</b> elemento de capacidade para avaliar questões ambientais		Baixo —
Comitê legislativo relevante demonstra <b>pelo menos um</b> elemento de capacidade para avaliar questões ambientais		Médio —
Comitê legislativo relevante demonstra <b>dois ou mais</b> elementos de capacidade para avaliar questões ambientais		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP3 Capacidade do comitê legislativo para avaliar questões sociais

#### **Relevância do indicador:**

Comitês legislativos ou parlamentares responsáveis pela criação e/ou a aprovação de reformas no setor elétrico ou reavaliando a política do setor elétrico têm um papel crítico na criação de instituições e estruturas políticas que governam o setor elétrico. As instituições e políticas criadas através de processos legislativos determinam as prioridades do setor. Além disso, as instituições legislativas servem como um contrapeso para o ou garantem a fiscalização do processo de decisão do poder executivo. Porém, a capacidade da instituição legislativa ou parlamentar para fiscalizar e efetivamente servir como contrapeso para o poder executivo em questões sociais é definida em parte pela qualidade e disponibilidade de recursos e do conhecimento dos representantes.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

“Comitê legislativo relevante” refere-se ao principal comitê legislativo responsável pela criação e/ou a aprovação da legislação sobre o setor elétrico (ou reavaliando a política no setor elétrico).

Os times de avaliação vão ter que usar diferentes fontes de informação, incluindo diretorias ou listas de empregados, entrevistas com membros anteriores e atuais do comitê legislativo ou parlamento ou outros empregados relacionados ao comitê. À medida do possível, times devem estudar documentos detalhando os gastos de orçamento e recursos humanos do comitê. O foco da avaliação deve ser na verificação dos recursos orçamentários e no conhecimento, treinamento, e as responsabilidades do comitê, para obter uma idéia do estado da capacidade do comitê durante um período relativamente recente (dentro dos últimos cinco anos).

#### **Elementos de capacidade:**

- *Experiência relevante:* Membros do comitê **ou** aqueles que trabalham com eles têm conhecimentos relevantes, como um ensino superior especializado ou experiência/ trabalho com questões/ problemas sociais.
- *Pessoa encarregada:* Certos membros do comitê ou empregados legislativos têm a responsabilidade explícita de lidar com questões sociais relacionadas à política e ao desempenho do setor elétrico.
- *Recursos financeiros designados:* Recursos orçamentários específicos são disponíveis explicitamente para o apoio de pesquisa ou investigação de questões sociais.
- *Crescimento de conhecimento sobre questões sociais:* Existem provas de que houve treinamento/ crescimento de conhecimento sobre questões sociais nos últimos dois anos.

PP3 CAPACIDADE DO COMITÊ LEGISLATIVO PARA AVALIAR QUESTÕES SOCIAIS		
Elementos de Qualidade		Explicações
Experiência relevante	—	
Pessoa encarregada	—	
Recursos financeiros designados	—	
Crescimento de conhecimento sobre questões sociais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Comitê legislativo relevante não demonstra <b>nenhum</b> elemento de capacidade para avaliar questões sociais		Baixo —
Comitê legislativo relevante demonstra <b>pelo menos um</b> elemento de capacidade para avaliar questões sociais		Médio —
Comitê legislativo relevante demonstra <b>mais de dois</b> elementos de capacidade para avaliar questões sociais		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP4 Funcionamento eficaz do comitê legislativo para a eletricidade

#### **Relevância do indicador:**

PP1 estudou a importância da capacidade do comitê legislativo. Este indicador avaliar o quão eficaz é o funcionamento do comitê legislativo com respeito aos processos internos. Para serem eficazes, comitês legislativos devem ser ativos, ter mecanismos que garantem a sua independência, e utilizar processos que garantem que diferentes pontos de vista serão levados em consideração. Todos estes fatores são necessários para assegurar que o comitê legislativo tenha a capacidade de providenciar informações e sua perspectiva à assembleia legislativa de uma forma bem informada, bem pensada, e útil.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

O time de avaliação terá que obter documentação detalhada relacionada ao funcionamento dos comitês legislativos. Documentos importantes incluem atas e documentos apresentados em reuniões, documentos entregues ao comitê e relatórios produzidos pelo comitê. Para avaliar se o comitê está ativo, veja a quantidade de reuniões do comitê, o propósito destas reuniões, e avalie se acontecimentos importantes no setor elétrico foram proativamente discutidos nas reuniões do comitê legislativo.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Divulgação de interesses:* Membros do comitê são obrigados a divulgar as suas relações com e interesses comerciais anteriores no setor elétrico antes de juntar-se ao comitê.
- *Comitê ativo:* O comitê está ativo no seu funcionamento. Atividade pode ser medida através da frequência de suas reuniões em comparação às de outros comitês, e se relatórios são feitos dentro, digamos, duas ou três semanas depois das reuniões.
- *Relatórios fundamentados:* O comitê prepara relatórios fundamentados sobre assuntos discutidos e apresentações feitas, e estes estão disponíveis dentro duas semanas depois da reunião. Relatórios fundamentados são aqueles que explicam a lógica e o raciocínio por trás das declarações públicas.
- *Comitê proativo:* O comitê é proativo na identificação e consideração de diferentes questões relevantes para o setor.
- *Consultas públicas:* O comitê faz consultas públicas periódicas que incluem um leque amplo de opiniões, interesses, e vozes. Convidando somente “experts” para uma audiência não conta como uma consulta pública.
- *Transparência de documentos enviados ao comitê:* Documentos trazidos diante do comitê tornam-se disponíveis ao público através de um processo bem definido.
- *Transparência de relatórios do comitê:* Relatórios e recomendações feitas pelo comitê tornam-se disponíveis ao público através de um processo bem definido.
- *Relatório do executivo:* O poder executivo (departamento/ ministério da energia) é obrigado a apresentar um relatório sob um certo limite de tempo comprovando a ação tomada ou resposta similar para as recomendações do comitê, e faz isso regularmente.

PP4 FUNCIONAMENTO EFICAZ DO COMITÊ LEGISLATIVO EM ELETRICIDADE		
Elementos de Qualidade		Explicações
Divulgação de interesses	—	
Comitê ativo	—	
Relatórios fundamentados	—	
Comitê proativo	—	
Consultas públicas	—	
Transparência de documentos enviados ao comitê	—	
Transparência de relatórios do comitê	—	
Relatório do executivo	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Não existe <b>nenhum</b> mecanismo de fiscalização legislativa através do sistema de comitês ou o processo não possui nenhum elemento de um processo eficaz		Baixo —
Um comitê legislativo que examina o setor elétrico existe mas só satisfaz <b>um-dois</b> elementos de um processo eficaz		Baixo-Médio —
Um comitê legislativo que examina o setor elétrico existe mas só satisfaz <b>três-quat</b> ro elementos de um processo eficaz		Médio —
Um comitê legislativo que examina o setor elétrico existe mas só satisfaz <b>cinco-seis</b> elementos de um processo eficaz		Médio-Alto —
Um comitê legislativo que examina o setor elétrico existe e satisfaz <b>sete-oito</b> elementos de um processo eficaz		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP5 Regulamentos da escala de trabalho do ministério / departamento

#### **Relevância do indicador:**

Os empregados de um ministério/ departamento de energia são encarregados da execução das decisões legislativas. Frequentemente, eles têm um espaço relativamente amplo na interpretação dos mandatos, o que aumenta a chance de que alguns grupos envolvidos tenham influência indevida sobre eles. Regulamentos na escala de trabalho podem prevenir a representação indevida de algumas instituições, assim resguardando a independência do ministério de energia. Em alguns países, os regulamentos de trabalho podem não ser específicos para o ministério de energia, mas são os mesmos para todos os servidores públicos. Este indicador examina o padrão mínimo necessário para que o departamento ou ministério de energia seja considerado livre de influência causada pelo processo de contratação.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser usado para os regulamentos dos três níveis mais altos dentro o ministério ou departamento de eletricidade ou energia. Times de avaliação terão que obter as regulamentações que governam o funcionamento do departamento/ ministério relevante. Estas regras são a base para a pontuação deste indicador. Times de avaliação devem levar em consideração o quão estas regras de trabalho são seguidas na prática. Se existem provas suficientes de que estas regras não são aderidas na prática, o elemento de qualidade não deve ser considerado satisfeito e uma explicação detalhada deve ser dada.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Crítérios claros:* Existem critérios (públicos) bem definidos e transparentes para a nomeação de cargos e a contratação de empregados dentro o departamento/ ministério de energia.
- *Direito de posse previsível:* Os cargos docentes são fixos/ pré-determinados e existe um processo bem definido (incluindo critérios) para a remoção antes do término do período.
- *Divulgação de interesses:* Pessoas nomeadas para cargos dentro do ministério/ departamento são obrigadas a divulgar as suas relações anteriores e atuais com a indústria energética, tais como a posse de ações de companhias relacionadas ou uma relação de emprego/ comercial / consultiva.
- *Regras sobre conflito de interesses:* Existem regras claras para prevenir o conflito de interesse, como a proibição de empregados começarem relações comerciais com qualquer negócio relacionado à energia por pelo menos alguns anos depois de sair do ministério/ executivo.

PP5 REGULAMENTOS DA ESCALA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO/ DEPARTAMENTO DE ENERGIA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Critérios claros	—	
Direito de posse previsível	—	
Divulgação de interesses	—	
Regras sobre conflito de interesses	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
As regras de trabalho do departamento/ ministério de energia não satisfazem <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
As regras de trabalho do departamento/ ministério de energia satisfazem <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
As regras de trabalho do departamento/ ministério de energia satisfazem <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
As regras de trabalho do departamento/ ministério de energia satisfazem <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
As regras de trabalho do departamento/ ministério de energia satisfazem <b>todos os quatro</b> elemento de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO POLÍTICO

---

### PP6 Clareza e transparência do mandato ambiental do executivo

#### **Relevância do indicador:**

Apesar de normalmente existirem ministérios e agências dedicadas ao meio ambiente, na prática é importante que ministérios de energia também prestem atenção para questões ambientais e coordenem com autoridades ambientais. Sem essa consideração e consideração explícita, assuntos ambientais provavelmente se tornarão subordinadas a outras questões como a capacidade de geração e rendimentos econômicos. Assim, o quão os processos políticos do setor elétrico formalmente reconhecem as responsabilidades ambientais do ministério da energia, e como estas interagem com outras autoridades relacionadas, é indicação da importância destas questões para o executivo. Isto também é um jeito de medir o quão instituições ou estruturas importantes no setor elétrico integram questões ambientais no seu trabalho. Este indicador, “agência executiva,” é referente à instituição executiva responsável pela criação e execução da política do setor energético, normalmente um ministério de energia ou eletricidade.

A palavra “mandato” é usada para descrever os propósitos ou parâmetros legais dentre as quais a organização deve providenciar seu serviço e é usada para indicar o quão questões ambientais são incluídas. Este indicador verifica se os documentos que descrevem o papel e as responsabilidades da agência executiva definem responsabilidades ambientais, incluindo orientações sobre onde e como a agência deve cooperar com outras instituições de regulamentação ou autoridades (tais como agências governamentais responsáveis pelo meio ambiente, pela saúde, etc.). A frequência na qual aqueles tomando decisões políticas levantam questões ambientais publicamente também demonstra o compromisso do setor com a qualidade ambiental.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Times de avaliação devem estudar legislações de reforma e documentos principais de política e planejamento. O foco principal deste indicador é o grau de clareza sobre o papel do executivo separado do papel do regulador de energia. Papéis importantes para o executivo que podem ser definidos pelos documentos incluem:

- Definição de padrões de desempenho ambiental para usinas elétricas
- Decisões sobre a infraestrutura dos serviços de distribuição e transmissão
- Desenvolvimento da política e de orientações para a avaliação do impacto do setor ou de projetos
- Escolha dos critérios para a avaliação dos custos ou benefícios ambientais de certas ações/ propostas políticas

Os exemplos acima são ilustrativos e vão variar de país para país. Não espera-se que os times de avaliação analisem a qualidade das responsabilidades ambientais tomadas pelo executivo ou a instituição reguladora; os times só precisam avaliar o quão estas responsabilidades são claramente comunicadas ao público.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Responsabilidades ambientais definidas:* Documentos descrevendo o papel da agência executiva define responsabilidades sociais específicas do executivo. Para decidir se este elemento de qualidade é satisfeito, os documentos devem fazer referência a pelo menos dois papéis possíveis do ministério listados acima.
- *Cooperação com outras autoridades:* Existem sistemas claros e orientações de quando e como o ministério coopera com outras autoridades e instituições de regulamentação.
- *Disponível no site da internet e em repartições locais:* Documentos relacionados às responsabilidades ambientais do executivo estão no seu site de internet e nas bibliotecas ou outras agências voltas à informação pública.
- *Relatórios regulares:* Aspectos de desempenho ambiental no setor elétrico são relatados ao público regularmente, incluindo informações sobre a mistura de combustíveis, emissão gases de efeito estufa, impactos no ecossistema marinho, etc.

- *Inclusão de grupos mais fracos:* Esforços especiais e sistemáticos são tomados pra dar informação a grupos mais fracos sobre os deveres e as responsabilidades do ministério.

<b>PP6 CLAREZA E TRANSPARÊNCIA DO MANDATO AMBIENTAL DO EXECUTIVO</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Responsabilidades ambientais definidas	—	
Cooperação com outras autoridades	—	
Disponível no site de internet e em repartições locais	—	
Relatórios regulares	—	
Inclusão de grupos mais fracos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Nenhum</b> elemento de qualidade do mandato ambiental está satisfeito		Baixo —
<b>Um</b> elemento de qualidade do mandato ambiental está satisfeito		Baixo-Médio —
<b>Dois</b> elementos de qualidade do mandato ambiental estão satisfeitos		Médio —
<b>Três</b> elementos de qualidade do mandato ambiental estão satisfeitos		Médio-Alto —
<b>Quatro ou mais</b> elementos de qualidade do mandato ambiental estão satisfeitos		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP7 Clareza e transparência do mandato social do executivo

#### **Relevância do indicador:**

A eletricidade tem impactos sociais significativos, e é portanto importante que os ministérios responsáveis pela eletricidade coordenem seu trabalho com agências e organizações voltadas a questões sociais. Sem essa consideração e consideração explícita, assuntos sociais provavelmente se tornarão subordinadas a outras questões como a capacidade de geração e rendimentos econômicos. O quão os processos políticos do setor elétrico formalmente reconhecem as responsabilidades sociais do executivo – e como estas interagem com outras autoridades relacionadas – é indicação da importância destas questões para o executivo. Isto também mede o quão instituições ou estruturas importantes no setor elétrico integram questões sociais no seu trabalho. Este indicador, “agência executiva,” é referente à instituição executiva responsável pela criação e execução da política do setor energético.

A palavra “mandato” é usada para descrever os propósitos ou parâmetros legais dentre as quais a organização deve providenciar seu serviço. Este indicador verifica se os documentos que descrevem o papel e as responsabilidades da agência executiva definem responsabilidades sociais, incluindo orientações sobre onde e como a agência deve cooperar com outras instituições de regulamentação ou autoridades (tais como agências governamentais responsáveis pela saúde, educação, etc.). A frequência na qual aqueles tomando decisões políticas levantam questões ambientais publicamente também indica os seus compromissos com questões de interesse público.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Times de avaliação devem estudar legislações de reforma e documentos principais de política e planejamento. O foco principal deste indicador é o grau de clareza sobre o papel do executivo separado do papel do regulador de energia. Papéis importantes para o executivo que podem ser definidos pelos documentos incluem:

Definição de padrões para que usinas elétricas levem em consideração queixas feitas pelas pessoas afetadas pelos seus projetos

Decisões sobre a infraestrutura dos serviços de distribuição e transmissão

Desenvolvimento da política e de orientações para a avaliação do impacto do setor ou de projetos

Escolha dos critérios para a avaliação dos custos ou benefícios sociais de certos atos/ certas propostas políticas

Expansão do acesso à eletricidade para outras áreas e casas

Apoio para manter o custo da eletricidade suficientemente baixo para as pessoas mais carentes

Os exemplos acima são ilustrativos e vão variar de país para país. Não espera-se que os times de avaliação analisem a qualidade das responsabilidades sociais tomadas pelo executivo ou a instituição reguladora; os times só precisam avaliar o quão estas responsabilidades são claramente comunicadas ao público.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Responsabilidades sociais definidas:* Documentos descrevendo o papel da agência executiva define responsabilidades sociais específicas do executivo. Para decidir se este elemento de qualidade é satisfeito, os documentos devem fazer referência a pelo menos dois papéis possíveis do ministério listados acima.
- *Cooperação com outras autoridades:* Existem sistemas claros e orientações de quando e como o ministério coopera com outras autoridades e instituições de regulamentação.
- *Disponível no site da internet e em repartições locais:* Documentos relacionados às responsabilidades sociais do executivo estão no seu site de internet e nas bibliotecas ou outras agências voltas à informação pública.

- *Relatórios regulares:* Aspectos de desempenho social no setor elétrico são relatados ao público regularmente.
- *Inclusão de grupos mais fracos:* Esforços especiais e sistemáticos são tomados pra dar informação a grupos mais fracos sobre os deveres e as responsabilidades do ministério.

<b>PP7 CLAREZA E TRANSPARÊNCIA DO MANDATO SOCIAL DO EXECUTIVO</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Responsabilidades sociais definidas	—	
Cooperação com outras autoridades	—	
Disponível no site da internet e em repartições locais	—	
Relatórios regulares	—	
Inclusão de grupos mais fracos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
<b>Nenhum</b> elemento de qualidade do mandato social está satisfeito		Baixo ___
<b>Um</b> elemento de qualidade do mandato social está satisfeito		Baixo-Médio ___
<b>Dois</b> elementos de qualidade do mandato social estão satisfeitos		Médio ___
<b>Três</b> elementos de qualidade do mandato social estão satisfeitos		Médio-Alto ___
<b>Quatro ou mais</b> elementos de qualidade do mandato social estão satisfeitos		Alto ___

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO POLÍTICO

---

### PP8 Capacidade do executivo para avaliar questões ambientais

#### **Relevância do indicador:**

O compromisso e a capacidade do executivo para lidar com a questão de sustentabilidade são medidos através da existência de recursos financeiros e do conhecimento necessário por parte dos empregados para trabalhar com questões ambientais dentro da instituição executiva responsável pela eletricidade ou na da execução de sistemas e processos claros para utilizar os recursos e empregados dos ministérios/ departamentos relacionados (e.g. Saúde, Meio Ambiente, Água, etc.). Neste indicador, “agência executiva” refere-se à instituição executiva responsável pela política do setor elétrico.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Times de avaliação deverão usar diversas fontes de informação, incluindo listas de empregados, entrevistas com executivos anteriores ou atuais, e, à medida do possível, documentos de planejamento ou outros que detalham gastos orçamentários e cursos humanos. O objetivo deve ser obter uma idéia da situação geral da capacidade do executivo durante um período relativamente recente (dentro os últimos cinco anos).

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Recursos financeiros designados:* Recursos orçamentários específicos são expressamente marcados ou dirigidos para o apoio à pesquisa ou à investigação de questões ou problemas ambientais.
- *Acesso à experiência:* Sistemas em funcionamento para que o executivo utilize os seus empregados e o conhecimento das instituições governamentais relacionadas. Sistemas específicos existem para facilitar a colaboração com a agência responsável pelo meio ambiente e pelo menos uma das seguintes agências: saúde, água, desenvolvimento rural/ agricultura, óleo/ gás/ petróleo (se separado).
- *Pessoa encarregada:* Pelo menos um membro tem a responsabilidade explícita de lidar com questões de política e desempenho ambiental do setor elétrico.
- *Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais:* Existem provas de que houve treinamento/ crescimento de conhecimento sobre assuntos ambientais para empregados durante os últimos dois anos.

<b>PP8 CAPACIDADE DO EXECUTIVO PARA AVALIAR QUESTÕES AMBIENTAIS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Recursos financeiros designados	—	
Acesso à experiência	—	
Pessoa encarregada	—	
Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O executivo não tem <b>nenhum</b> elemento de capacidade para avaliar questões ambientais do setor elétrico		Baixo —
O executivo tem <b>um</b> elemento de capacidade para avaliar questões ambientais do setor elétrico		Médio —
O executivo tem <b>dois ou mais</b> elementos de capacidade para avaliar questões ambientais do setor elétrico		Alto —

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

### PP9 Capacidade do executivo para avaliar questões sociais

#### **Relevância do indicador:**

O compromisso e a capacidade do executivo para lidar com a questão de sustentabilidade são medidos através da existência de recursos financeiros e do conhecimento necessário por parte dos empregados para trabalhar com questões sociais dentro da instituição executiva responsável pela eletricidade ou na da execução de sistemas e processos claros para utilizar os recursos e empregados dos ministérios/departamentos relacionados (e.g. Saúde, Meio Ambiente, Água, etc.). Neste indicador, “agência executiva” refere-se à instituição executiva responsável pela política do setor elétrico.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Times de avaliação deverão usar diversas fontes de informação, incluindo listas de empregados, entrevistas com executivos anteriores ou atuais, e, à medida do possível, documentos de planejamento ou outros que detalham gastos orçamentários e cursos humanos. O objetivo deve ser obter uma idéia da situação geral da capacidade do executivo durante um período relativamente recente (dentre os últimos cinco anos).

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Recursos financeiros designados:* Recursos orçamentários específicos são expressamente marcados ou dirigidos para o apoio à pesquisa ou à investigação de questões ou problemas sociais.
- *Acesso à experiência:* Sistemas em funcionamento para que o executivo utilize os seus empregados e o conhecimento das instituições governamentais relacionadas. Sistemas específicos existem para facilitar a colaboração entre duas das seguintes agências: saúde, água, da mulher, desenvolvimento rural/ agricultura, educação.
- *Pessoa encarregada:* Pelo menos um membro tem a responsabilidade explícita de lidar com questões de política e desempenho social do setor elétrico.
- *Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais:* Existem provas de que houve treinamento/ crescimento de conhecimento sobre assuntos sociais para empregados durante os últimos dois anos.

PP9 CAPACIDADE DO EXECUTIVO PARA AVALIAR QUESTÕES SOCIAIS		
Elementos de Qualidade		Explicações
Recursos financeiros designados	—	
Acesso à experiência	—	
Pessoa encarregada	—	
Crescimento de conhecimento sobre questões sociais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
O executivo não tem <b>nenhum</b> elemento de capacidade para avaliar questões sociais do setor elétrico		Baixo —
O executivo tem <b>um</b> elemento de capacidade para avaliar questões sociais do setor elétrico		Médio —
O executivo tem <b>dois ou mais</b> elementos de capacidade para avaliar questões sociais do setor elétrico		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO POLÍTICO

---

### PP10 Relatórios anuais do departamento/ ministério de eletricidade

#### **Relevância do indicador:**

A produção de um relatório anual pelo departamento/ ministério garante a prestação de contas do poder executivo. Bons relatórios anuais devem ajudar tanto as pessoas diretamente afetadas quanto o público em geral a entenderem as atividades do ministério no último ano e os seus planos para o futuro. Relatórios anuais também ajudam na avaliação do progresso feito para alcançar objetivos/ metas importantes para o ministério, assim providenciando informações necessárias para fazer com que o ministério preste suas contas.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Times de avaliação devem obter o relatório anual mais recente através do ministério. Caso existam indicações substantivas de que o ano mais recente é uma exceção, o time pode optar por suplementar a sua análise com o estudo de relatórios anuais de um ou dois anos anteriores. Examine o relatório anual para avaliar os elementos de qualidade descritos abaixo.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Relatório financeiro:* O relatório financeiro, que inclui informações sobre a porcentagem da renda pública que foi gasta na operação do ministério, é apresentado detalhadamente, dividido em várias subcategorias tais como administração/ despesas de estabelecimento, despesas com equipamento, despesas com consultoria, etc., e inclui detalhes de subsídios e outros pagamentos feitos para grupos/ companhias.
- *Avaliação de progresso:* Relatórios incluem uma avaliação detalhada do progresso feito em relação a iniciativas políticas e decisões passadas do ministério, e a direção das iniciativas, projetos e decisões futuras.
- *Fácil disponibilidade:* O relatório está disponível ao público de uma maneira acessível dentro um mês depois de publicado, tanto eletronicamente através do site de internet quanto impresso por um custo simbólico.
- *Línguas locais:* O relatório está disponível em línguas locais.

PP10 RELATÓRIOS ANUAIS DO MINISTÉRIO/ DEPARTAMENTO DE ENERGIA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Relatório financeiro	—	
Avaliação de progresso	—	
Fácil disponibilidade	—	
Línguas locais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O departamento/ ministério de energia <b>não</b> prepara um relatório anual ou o relatório não satisfaz nenhum elemento de boa qualidade		Baixo —
O relatório anual preparado pelo departamento/ ministério de energia satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
O relatório anual preparado pelo departamento/ ministério de energia satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
O relatório anual preparado pelo departamento/ ministério de energia satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O relatório anual preparado pelo departamento/ ministério de energia satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP11 Comitês consultivos para o ministério/ departamento de energia

**Relevância do indicador:**

O ministério de eletricidade pode nomear um ou vários comitês consultivo para avaliar questões específicas do processo político. Quando utilizados corretamente, os comitês consultivo podem servir como veículos de mais conhecimento ou perspectivas de pessoas afetadas. Mas quando utilizadas de forma incorreta, os comitês consultivo podem perpetuar o conselho ruim, servir como veículo para influência desequilibrada, ou simplesmente dar legitimidade à decisões já tomadas. Deve-se olhar para as características inerentes dos comitês, e ver o quão eles funcionam de uma maneira transparente e prestam contas, para ver se eles têm um papel produtivo, que é essencial já que os comitês consultivo frequentemente participam do processo de decisão.

**Orientações para os times de avaliação:**

Para o estudo, os times de avaliação devem primeiro escolher um processo importante, político ou de decisão, para o qual o comitê consultivo foi nomeado. O time deve balancear vários critérios na escolha deste processo político. Primeiramente, o processo deve ser relativamente recente, para ser representativa da prática atual. Segundo, o painel consultivo considerado neste caso deve ter completado seu trabalho, tanto porque assim seus membros estão mais dispostos a falar, quanto porque assim o time terá uma base para julgar se e como recomendações foram usadas. Terceiro, o time deve evitar casos que tenham características que os façam atípicos. Apesar dos melhores esforços para encontrarem um caso representativo, cada caso em que um comitê consultivo foi usado provavelmente será diferente. Portanto, em suas anotações, o time deve mencionar outros casos notáveis ou interessantes, e explicar como estes desviam do caso usado.

**Elementos de Qualidade:**

- *Mandato claro:* Comitê consultivo tem um papel claro e um mandato suficientemente amplo, que o permite fazer comentários/ dar sugestões sobre tanto o processo político quanto a política em si. Em particular, o mandato deve dar discricção suficiente ao comitê para que ele não acabe só servindo para carimbar decisões já tomadas.
- *Composição balanceada:* Membros do comitê são de diversos grupos, incluindo especialmente os de interesse público. Comitês consultivos estão sujeitos a serem saqueados, como qualquer outro processo governamental. Para prevenir isso, o comitê deve ter a representação de diferentes grupos relacionados.
- *Recursos financeiros:* O comitê tem acesso a recursos financeiros e analíticos para fazer estudos. Para que o seu trabalho seja confiável, o comitê consultivo precisa de recursos para fazer pesquisas e inquéritos independentes.
- *Reuniões regulares:* Reuniões regulares são um sinal de que o comitê está realmente deliberando uma questão, e faz mais do que simplesmente carimbar decisões já tomadas.
- *Divulgação pública das atas:* Atas do comitê são divulgadas publicamente dentre duas semanas depois das suas reuniões. A divulgação de atas é um mecanismo importante para garantir a prestação de contas, já que ela permite que o público saiba o que foi decidido pelo comitê consultivo, e também que o comitê não tenha sido saqueado por interesses pessoais.
- *Divulgação pública de documentos:* Documentos disponíveis ao o comitê tornam-se disponíveis para o público ao mesmo tempo. Esta transparência ajuda o público a medir se as conclusões do comitê foram substanciadas pela informação disponível ou se decisões foram tomadas sem estudos.
- *Feedback transparente do executivo:* Respostas do executivo às deliberações do comitê consultivo são divulgadas junto com as atas. A inclusão da resposta do executivo dá ao público a informação completa de como as deliberações e conclusões do comitê consultivo são usadas.

PP11 COMITÊS CONSULTIVOS PARA O MINISTÉRIO/ DEPARTAMENTO DE ENERGIA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Mandato claro	—	
Composição balanceada	—	
Recursos financeiros	—	
Reuniões regulares	—	
Divulgação pública das atas	—	
Divulgação pública de documentos	—	
Feedback transparente do executivo	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O comitê consultivo no caso escolhido não tem <b>nenhum</b> elemento de qualidade para o funcionamento eficaz		Baixo —
O comitê consultivo no caso escolhido tem <b>um</b> elemento de qualidade para o funcionamento eficaz		Baixo-Médio —
O comitê consultivo no caso escolhido tem <b>dois-três</b> elementos de qualidade para o funcionamento eficaz		Médio —
O comitê consultivo no caso escolhido tem <b>quatro-cinco</b> elementos de qualidade para o funcionamento eficaz		Médio-Alto —
O comitê consultivo no caso escolhido tem <b>seis-sete</b> elementos de qualidade para o funcionamento eficaz		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP12 Funcionamento eficaz da agência distinta responsável pelo planejamento/ pela política

#### **Relevância do indicador:**

Qualquer que seja a estrutura da indústria elétrica, é importante existir uma agência separada responsável pelo planejamento do setor. O planejamento nacional de eletricidade consegue lidar com questões para os quais os monopólios públicos e/ou operadores privados não dão atenção adequada. Uma agência separada que está fora de tanto o processo político e estruturas operacionais é essencial para dar foco as questões de longo prazo. Estas incluem, por exemplo, se o investimento na capacidade de geração e transmissão é adequado dadas as necessidades projetadas, e se a mistura da capacidade de geração responde adequadamente a riscos (como o risco nos preços de combustíveis) e a segurança energética. Este indicador olha para o quão questões ambientais e sociais são levadas em consideração no planejamento elétrico.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação devem primeiro ver se existe uma agência distinta de planejamento elétrico. É possível que este papel seja dentro de uma agência mais ampla, como a de planejamento econômico. Daí então, o time deve avaliar o grau e a forma de comunicação entre a agência de planejamento e o executivo, estudando a legislação e outros instrumentos através do qual a agência de planejamento foi estabelecida. Para avaliar os elementos de qualidade para o funcionamento eficaz, o time deve obter as regras de operação da agência de planejamento, e suplementar a informação formal destas regras com entrevistas com empregados da agência de planejamento.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Obrigatoriedade de consulta com a agência de planejamento:* Existe um requisito explícito de que o executivo deve consultar a agência de planejamento. Esta obrigatoriedade pode ser em forma de um requisito estatutário para a consulta ou um sistema de reuniões periódicas do executivo com a agência de planejamento.
- *Mecanismo para avaliar a resposta do executivo:* Existe um mecanismo para avaliar como o executivo responde às recomendações ou decisões da agência de planejamento. Por exemplo, pode ser que o relatório anual do ministério discuta as recomendações ou decisões feitas pela agência de planejamento e as respostas do executivo para as mesmas.
- *Autoridade para buscar informação:* A agência de planejamento tem autoridade para buscar informação do executivo e de outras agências do setor elétrico, e exerce esta autoridade na prática. Esta informação deve estar inclusa no instrumento legal (estatuto ou lei) que estabelece a agência de planejamento. Para avaliar se esta autoridade é usada na prática, deve-se usar entrevistas com membros da agência de planejamento e pedir exemplos específicos de vezes em que eles pediram informação, e o que receberam.
- *Recursos adequados:* Recursos adequados estão disponíveis à agência para a coleta de informação e estudos. Examine o orçamento da agência de planejamento para verificar se existem recursos para a análise independente, e se estes têm crescido ou diminuído com o tempo.
- *Transparência no funcionamento:* A agência de planejamento é obrigada a divulgar análises, estudos e recomendações publicamente, e isto é feito na prática. Examine as regras de operação da agência.
- *Procedimentos consultivos:* A agência de planejamento é obrigada a consultar diversas pessoas afetadas e outros membros do público antes de fazer recomendações ou tomar decisões políticas importantes. Discuta com as pessoas relacionadas sobre as suas percepções da agência de planejamento e o quão ela está aberta para ouvir e atender às questões de interesse para as pessoas fora da agência.

<b>PP12 FUNCIONAMENTO EFICAZ DA AGÊNCIA DISTINTA RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO/ PELA POLÍTICA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Obrigatoriedade de consulta com a agência de planejamento	—	
Mecanismo para avaliar a resposta do executivo	—	
Autoridade para buscar informação	—	
Recursos adequados	—	
Transparência no funcionamento	—	
Procedimentos consultivos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Não existe uma agência de planejamento distinta, ou existe uma agência mas ela não tem <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
Uma agência de planejamento distinta existe mas satisfaz só <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
Uma agência de planejamento distinta existe e satisfaz <b>dois-três</b> elementos de qualidade		Médio —
Uma agência de planejamento distinta existe e satisfaz <b>quatro</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
Uma agência de planejamento distinta existe e satisfaz <b>cinco-seis</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO POLÍTICO

---

### PP13 Capacidade das organizações da sociedade civil

#### Relevância do indicador:

Organizações da sociedade civil (OSCs) podem ter um papel crítico para a governança em eletricidade. Já que o setor elétrico é frequentemente dominado por questões financeiras e técnicas, outros assuntos de interesse público, tais como o serviço ao consumidor, igualdade de acesso e impactos ambientais, normalmente recebem mesmo atenção nos debates políticos. As OSCs têm um papel importante, trazendo estas questões para o debate. Porém, para atuar com sucesso neste papel, as organizações da sociedade civil precisam ter capacidades necessárias para que o seu ponto de vista seja reconhecido: técnica – incluindo o conhecimento dos aspectos ambientais e econômicos do setor, - financeira, organizacional, e política. Este indicador avalia a capacidade das organizações da sociedade civil ativas na política energética.

#### Orientações para os times de avaliação:

Já que este indicador pode vir a ser um tipo de auto-avaliação para o time, para garantir a credibilidade da avaliação os times devem consultar o Painel Consultivo para ver as suas impressões sobre a capacidade das OSCs. Assim sendo, este indicador deve ser completado pelo Painel Consultivo (ou um representante do painel), com assistência do time.

Para implementar este indicador, comece identificando as OSCs ativas em questões energéticas. As OSCs podem ser organizações não governamentais, instituições acadêmicas, e movimentos sociais. Para este indicador, as OSCs devem estar envolvidas na política (e não só na regulamentação). Para avaliar as capacidades, o time de pesquisa terá que juntar documentos escritos pelas OSCs que serão estudadas, comentários dados como parte do processo político, informação sobre oficinas e outros eventos organizados, recursos de aprendizagem disponíveis às OSCs, e informação sobre convites para eventos, painéis consultivos e outros documentos de credibilidade. Assim que o Painel Consultivo estudar o material, o resto da informação pode ser obtido através de uma entrevista em pessoa entre o Painel Consultivo e membros das OSCs.

#### Elementos de Qualidade:

- *Capacidade de análise tecnoeconômica:* As OSCs devem ser capazes de participar no debate político em uma posição bem informada e através de uma análise completa. Na opinião do painel consultivo, existem pelo menos três OSCs que regularmente dão comentários de boa qualidade sobre os processos de formulação política importantes?
- *Envolvimento proativo e capacidade estratégica:* Mesmo que muitas OSCs têm experiência na reação e crítica de propostas políticas, para que haja mudanças ao longo prazo, normalmente é necessário ter um plano mais concreto ao invés de simplesmente reagir aos planos dos outros. Existem pelo menos duas OSCs que têm um papel na definição de planos, através de, por exemplo, trabalho atrás dos bastidores para introduzir legislação ou políticas novas?
- *Análise de impactos ambientais e sociais pela OSC:* Existe uma avaliação independente feita pela OSC sobre o impacto ambiental e/ ou social de propostas, decisões regulamentares, ou legislação do setor elétrico.
- *Apoio aos grupos mais fracos e relações com grupos populares:* Existe alguma evidência de que OSCs que especializam em questões energéticas ou grupos que regularmente fazem representações legais de graça facilitam ou apoiam os interesses de grupos populares e populações vulneráveis, especialmente populações sem acesso à eletricidade, comunidades indígenas/ aborígenes, organizações de mulheres ou populações miseráveis.
- *Capacidade de aprendizado contínuo:* O setor elétrico é um setor dinâmico. Grupos da sociedade civil deve ter relacionamentos com fontes de aprendizado contínuo – acadêmicos, recursos de aprendizado, contatos internacionais – para que possam estar sempre se atualizando.
- *Networking:* Já que não todas as OSCs têm as mesmas competências e experiências, a eficácia geral da sociedade civil normalmente ganha bastante através da coordenação eficiente e estável entre grupos através de a rede de contatos. Este elemento está satisfeito se existe uma rede eficaz que serve como base para a troca de informações, criações conjuntas de estratégias e trabalho cooperativo.
- *Credibilidade ampla:* A credibilidade com várias instituições envolvidas – governo, setor privado, e outras OSCs – é importante para certas estratégias de apoio ao interesse público. Credibilidade pode ser medida através da participação em redes de contato, convites para participar em eventos oficiais e outros eventos, e convites para participar em comitês e painéis oficiais.

PP13 CAPACIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL		
Elementos de Qualidade		Explicações
Capacidade de análise tecnoeconômica	—	
Envolvimento proativo e capacidade estratégica	—	
Análise de impactos ambientais e sociais pela OSC	—	
Apoio aos grupos mais fracos e relações com grupos populares	—	
Capacidade de aprendizado contínuo	—	
Networking	—	
Credibilidade ampla	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
As OSCs envolvidas na criação política não têm <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
As OSCs envolvidas na criação política têm <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
As OSCs envolvidas na criação política têm <b>três-quatro</b> elementos de qualidade		Médio —
As OSCs envolvidas na criação política têm <b>cinco-seis</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
As OSCs envolvidas na criação política têm <b>todos os sete</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## INDICADOR CASE STUDY

---

### PP14 Qualidade do debate legislativo sobre leis referentes à eletricidade

#### **Relevância do indicador:**

Este indicador avalia um dos aspectos mais importantes da governança no setor elétrico: a qualidade do debate na legislatura durante o processo de aprovação de leis do setor elétrico. A implementação de uma nova lei normalmente vem com a decisão de reformar/ reestruturar o setor, e esta é uma oportunidade para garantir que a direção política geral leva em consideração questões de interesse para todos aqueles envolvidos. Se a legislatura geral não dá espaço para o debate sobre o interesse público através da obrigatoriedade da transparência e de audiências durante o processo regulamentar, por exemplo, será bem difícil adotar essas medidas para melhorar a governança no futuro. Em geral, a natureza e as características do debate sobre uma reforma/ reestruturação a ser implementada são normalmente indicadores da qualidade de governança no país.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser aplicado à legislação elétrica principal que foi aprovada como parte de esforços para a reestruturação do setor elétrico. Este indicador também pode ser aplicado se a legislação já foi iniciada mas ainda não completada por tanto que já houve um debate substantivo. Se nenhuma legislação principal foi passada, o indicador deve ser aplicado a outra legislação recente do setor elétrico. Na seção para outras informações, por favor comente sobre a amplitude da legislação estudada, e se esta legislação já foi de fato aprovada e quando.

O time de avaliação terá que acessar registros parlamentares para obter as informações necessárias para este indicador. Já que os procedimentos parlamentares são diferentes de país para país, por favor relate e justifique quaisquer desvios na pontuação das orientações abaixo, especialmente referentes ao tempo de duração (e.g. duração do debate sendo mais de um mês mas menos do que um ano, disponibilidade de transcritos dentre dois meses, etc.). Além disso, entrevistas com legisladores de opiniões políticas diversas também são necessárias para entender as suas percepções da eficácia do processo de debate na prática. Estas percepções também devem ser incluídas a seção para outras informações.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Duração do debate:* Qualquer legislação de um setor dinâmico e complexo como o elétrico requer um bom tempo para análise. Assim sendo, é importante avaliar o tempo disponível para os legisladores estudarem e entenderem todas as questões relacionadas à legislação. Ao mesmo tempo, se este tempo durar mais do que o necessário para entender as questões, isto é um sinal de que o processo legislativo é ineficiente. De uma forma geral, o tempo razoável para a análise é entre um mês e um ano, sujeito as condições específicas do país. Já que o tempo necessário para debate varia bastante entre países e contextos, conclusões sobre a duração do debate devem ser justificadas.
- *Presença de membros:* A presença de vários membros da legislatura, tanto do partido da situação como o da oposição, no debate é desejável, especialmente para legislações importantes como aqueles relacionadas à reforma elétrica. A presença de membros deve ser considerada satisfatória se significativamente mais membros, tanto do partido da situação como o da oposição, do que o requisito mínimo ou quorum estiverem presentes. Especifique o número de pessoas e a porcentagem acima do quorum presentes durante o debate sobre a legislação na seção de explicações abaixo.
- *Composição dos discursantes:* Debates eficazes são aqueles que permitem várias perspectivas e idéias sobre a legislação a serem apresentadas. A composição dos discursantes durante os debates parlamentares pode indicar o quão perspectivas diversas são apresentadas e também a importância dada pelos legisladores à legislação elétrica. Por exemplo, se só membros do partido da situação falarem, isto pode indicar que não houve a apresentação de opiniões diversas. A amplitude adequada é alcançada se houverem discursantes de diferentes partidos.
- *Disponibilidade de transcritos:* A disponibilidade de transcritos do debate é importante para a análise posterior das posições tomadas pelos legisladores e partidos políticos. Isto é essencial para aumentar os seus compromissos com a prestação de contas. Este elemento de qualidade deve ser considerado satisfeito se transcritos estão disponíveis dentre dois meses depois do debate.

PP14 QUALIDADE DO DEBATE LEGISLATIVO SOBRE LEIS REFERENTES À ELETRICIDADE		
Elementos de Qualidade		Explicações
Duração do debate	—	
Presença de membros	—	
Composição dos discursantes	—	
Disponibilidade de transcritos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A estrutura legal foi implementada <b>sem aprovação legislativa</b> (através de outros meios, tais como ordenação/ decretos presidenciais, etc.)		Baixo —
A estrutura legal foi implementada através de um processo legislativo, mas este satisfaz <b>só um</b> elemento de qualidade de debates legislativos eficazes		Baixo-Médio —
A estrutura legal foi implementada através de um processo legislativo, mas este satisfaz <b>só dois</b> elementos de qualidade de debates legislativos eficazes		Médio —
A estrutura legal foi implementada através de um processo legislativo, mas este satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade de debates legislativos eficazes		Médio-Alto —
A estrutura legal foi implementada através de um processo legislativo, mas este satisfaz <b>quatro</b> elementos de qualidade de debates legislativos eficazes		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PP15 Qualidade de cobertura da política e da reforma elétrica pela mídia

### **Relevância do indicador:**

A abrangência e o tipo de cobertura da mídia é um bom indicador da possibilidade da participação pública e debate amplo nos processos de reforma. Quanto melhor a informação dada pela mídia, o mais provável que as opiniões públicas alcancem os parlamentares e/ou o executivo. De modo inverso, a falta de cobertura pela mídia exclui um meio importante de transparência. Porém, uma cobertura deficiente ou oblíqua também é problemática, já que esta pode não revelar todas as diversas opiniões quanto a um assunto.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser aplicado a mudança política principal avaliada em indicadores anteriores. Os times de avaliação devem examinar uma amostra de artigos de jornal publicados durante uma semana – cobrindo três dias antes e depois da data em que a política foi adotada – para ver a discussão antes do evento e imediatamente depois para avaliar a cobertura dada pela mídia. Os times também devem obter cópias dos dois jornais com a maior circulação (ilimitadamente da língua) publicados nos sete dias escolhidos.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Volume da cobertura:* Cada jornal tem quatro ou mais artigos ou itens (ao todo, não por dia) sobre a decisão política durante o período de sete dias.
- *Qualidade da cobertura:* A cobertura é detalhada, discute sobre os debates envolvidos na decisão, e examina as implicações da decisão. Se houverem mais de oito artigos, escolha os oito mais detalhados para uma análise mais profunda. Se houverem menos de oito ao todo, use todos os artigos para a análise. Através destes artigos escolhidos para a análise profunda, procure citações de documentos específicos e citações de pessoas envolvidas, oficiais, e analistas independentes, e use estes para avaliar a qualidade da cobertura. Já que esta avaliação é qualitativa, as anotações devem incluir a base para esta decisão.
- *Equilíbrio da cobertura:* Usando os mesmos artigos examinados para a avaliação de qualidade, avalie o equilíbrio da cobertura da decisão política. Veja se os artigos mostram só um ponto de vista ou vários. Explique a base da sua decisão.

PP15 QUALIDADE DA COBERTURA DA POLÍTICA E REFORMA ELÉTRICA PELA MÍDIA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Volume da cobertura	—	
Qualidade da cobertura	—	
Equilíbrio da cobertura	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
A cobertura da mídia não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo __
A cobertura da mídia satisfaz <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Médio __
A cobertura da mídia satisfaz <b>todos os três</b> elementos de qualidade		Alto __

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PP16 Clareza do processo para a participação pública na criação política

### **Relevância do indicador:**

Tradicionalmente, o processo de decisão do executivo acontece por trás de portas fechadas, envolvendo apenas alguns experts. Mas hoje está crescendo o entendimento de que um governo responsivo, que aceita as opiniões, idéias, e críticas da população geral durante o processo de formação política pode atingir melhores resultados. A participação pública pode garantir que as políticas sejam baseadas em um conhecimento real dos obstáculos que podem ser encontrados durante a implementação, inclusive obstáculos políticos, e é capaz de receber um apoio mais amplo para as novas políticas. Mas a utilidade e a qualidade da participação depende do processo através da qual a participação é solicitada. Se o objetivo for a consideração de vários interesses diferentes relacionados à mudança política, todas as pessoas relacionadas ao assunto devem ser informadas com bastante antecedência sobre a estrutura do processo para a participação pública e como elas podem contribuir para o processo de decisão.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Para usar este indicador, primeiro escolha uma decisão política bem definida e importante que foi implementada recentemente ou que já está em andamento. Os times podem optar por usar o mesmo case study que foi usado para o PP15 e PP17. Outras opções podem ser a implementação de uma legislação pró-reforma, ou sub-decisões tais como a decisão de desagrupar ou privatizar os serviços de utilidade pública, definir condições de mercado, ou criar agências reguladoras. Para verificar os detalhes do processo, busque documentos governamentais que expõem o processo de reforma, e também estude as páginas de internet dos ministérios. Pode também ser construtivo entrar em contato com os “webmasters” do governo para buscar mais detalhes sobre as publicações nas páginas de internet (como a data em que certos documentos foram publicados). Além disso, entreviste funcionários públicos de alto cargo responsáveis pela criação política, executivos da indústria elétrica, e grupos da sociedade civil, cobrindo comunidades desamparadas, para avaliar as suas percepções da clareza do processo e a abrangência dos esforços feitos para a inclusão.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Responsabilidade pela decisão:* O público tem informações claras sobre qual agência (ou agências) são responsáveis pela coordenação do processo consultivo e pela decisão final.
- *Horizonte temporal para decisão definido:* O público tem informações claras sobre o horizonte temporal em que uma decisão política será tomada.
- *Horizonte temporal para opiniões e críticas definido:* O público está claramente informado sobre o horizonte temporal durante o qual opiniões e críticas públicas são buscadas.
- *Prestação de contas para opiniões e críticas:* O público está informado sobre como as suas opiniões e críticas serão usadas, e como e quando observações sobre o uso de opiniões públicas estarão disponíveis para aqueles envolvidos.
- *Documentação do processo consultivo:* O processo consultivo é documentado adequadamente para garantir a prestação de contas para o uso de opiniões e críticas públicas, e a maneira em que este é documentado deve estar clara para os participantes.
- *Distribuição de informação sobre o processo em tempo adequado:* Informações sobre o processo de consulta pública são circuladas antes da consulta começar, com pelo menos um mês de antecedência.
- *Ampla distribuição de informação sobre o processo:* Informações sobre o processo de consulta pública são distribuídas extensivamente, no mínimo por meios eletrônicos, através do email e da internet.
- *Divulgação de informações destinada a grupos afetados:* Um esforço maior e deliberado é feito para que as informações sobre o processo de consulta pública alcancem grupos afetados, indo além da publicação na internet.

<b>PP16 CLAREZA DO PROCESSO PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA CRIAÇÃO POLÍTICA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Responsabilidade pela decisão	—	
Horizonte temporal para decisão definido	—	
Horizonte temporal para opiniões e críticas definido	—	
Prestação de contas para opiniões e críticas	—	
Documentação do processo consultivo	—	
Distribuição de informação sobre o processo em tempo adequado	—	
Ampla distribuição de informação sobre o processo	—	
Divulgação de informações destinada a grupos afetados	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
O processo de criação política avaliado não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
O processo de criação política avaliado satisfaz <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
O processo de criação política avaliado satisfaz <b>três-quat</b> ro elementos de qualidade		Médio —
O processo de criação política avaliado satisfaz <b>cinco-seis</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O processo de criação política avaliado satisfaz <b>sete-oito</b> elementos de qualidade		Alto

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PP17 Divulgação pública de informações sobre a base e os objetivos da reforma política

### **Relevância do indicador:**

Em qualquer processo político, a decisão deve ser baseada em fatos equilibrados. Documentos, tanto do governo quanto de outros grupos envolvidos, que foram usados no processo de reforma devem estar disponíveis ao público (relatórios de consultores compõem o terceiro grupo de documentos importantes e serão analisados separadamente no próximo indicador). O acesso um indicador importante porque este é indispensável para avaliar se a decisão foi bem informada, se os fatos e estudos em que a decisão foi baseada foram equilibrados ou se tendiam mais para um ponto de vista ou outro, e se a decisão foi compatível com os dados ou se ao final foi tomada com base em interesses ao invés de fatos. Finalmente, a transparência de informações disponível facilita a prestação de contas por parte dos políticos e empregados públicos, que devem tomar decisões com base em fatos e interpretações de documentos. Este indicador segue o PP16, que refere ao processo de consulta pública.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser usado para o mesmo processo político avaliado no PP15 e PP16. O time de avaliação terá que entrevistar funcionários públicos envolvidos na decisão política para entender quais documentos estiveram no centro do estudo feito antes da decisão. O time deve também entrevistar várias outras pessoas envolvidas, com diferentes interesses (tais como os negócios, ONGs, ativistas em nome do consumidor, ambientalistas, e ativistas sociais) para verificar se os documentos relevantes realmente estiveram disponíveis em tempo adequado e eram relativamente fáceis de acessar. É possível que negócios ou pessoas envolvidas que têm mais poder obtiveram os documentos com mais facilidade. O time de avaliação deve ser perspicaz a esta assimetria na sua avaliação, e deve entrevistar pessoas de diferentes grupos envolvidos para ver se todos conseguiram acessar todos os documentos, e refletir sobre qualquer assimetria na seção para outras informações.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Amplitude da disponibilidade de documentos:* Documentos de várias fontes, que formaram a base da avaliação de diferentes opções políticas estão disponíveis ao público. Os documentos disponíveis em que uma decisão política é baseada devem incluir tanto documentos oficiais do governo como propostas e intervenções de vários grupos envolvidos. Os dois tipos de documentos são necessários para que o público tenha uma boa idéia dos interesses relacionados à decisão.
- *Facilidade de acesso:* Documentos podem ser acessados facilmente pelo público. Mais especificamente, os documentos devem ser publicados em uma página de internet, disponíveis em uma biblioteca, e entregue a pedido pelo Ministério de Energia.
- *Disponibilidade em tempo adequado:* Documentos estão disponíveis pelo menos um mês antes da data em que as opiniões e críticas públicas são aceitas, assim dando tempo e oportunidade adequada para que as pessoas envolvidas possam entender as questões antes de formular seus comentários.
- *Acessível para pessoas envolvidas de diferentes grupos:* Pessoas de diferentes grupos envolvidos, de negócios a ONGs a grupos de consumidores, conseguiram todas acessar todos os documentos disponíveis.

<b>PP 17 DIVULGAÇÃO PÚBLICA DE INFORMAÇÕES SOBRE A BASE E OS OBJETIVOS DA REFORMA POLÍTICA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Amplitude da disponibilidade de documentos	—	
Facilidade de acesso	—	
Disponibilidade em tempo adequado	—	
Acessível para pessoas envolvidas de diferentes grupos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Nenhuma</b> informação está disponível sobre os documentos em que a decisão política foi baseada.		Baixo —
A informação disponível ao público sobre os documentos em que a decisão política foi baseada satisfaz <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A informação disponível ao público sobre os documentos em que a decisão política foi baseada satisfaz <b>três-quatros</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PP18 Eficácia do processo de participação pública

### **Relevância do indicador:**

Mesmo se os processos de participação pública são bem estruturados (PP16), estes só serão eficazes, no sentido de influenciar resultados, se várias pessoas envolvidas, com diferentes posições e pontos de vistas, participarem ativamente, e se as suas opiniões e críticas realmente forem incorporadas na decisão final tomada por políticos e outros responsáveis. Desta forma, este indicador complementa o indicador PP16 na qualidade do processo de participação pública e o PP13 na capacidade da sociedade civil.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser usado para o mesmo processo político que foi examinado para o PP16 (Clareza do Processo para a Participação Pública na Criação Política). Para este indicador, obtenha o conjunto completo de comentários dados pelas pessoas envolvidas, e examine-as para ver a quantidade de comentários, e diversidade de perspectivas, e a qualidade do argumento. Também obtenha a decisão política final e quaisquer documentos auxiliares, e procure indícios de que os comentários públicos foram lidos, estudados, e relatados. Se necessário, entreviste o funcionário público responsável pela coordenação do processo de participação pública e pela decisão, para melhor entender se e como as opiniões públicas foram incorporadas na decisão.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Quantidade de participação:* Pelo menos dez respostas foram dadas ao convite para a opinião e a crítica pública no processo político. Um número mínimo de respostas é necessário para que a participação pública seja eficaz. Já que este elemento mede só quantidade, quaisquer respostas vindas de qualquer setor ou grupo de interesse pode ser contado para este elemento.
- *Abrangência da participação:* Comentários e análises foram dados por diversos grupos envolvidos, incluindo não só a indústria energética e consumidores comerciais, mas também ONGs de interesse público, grupos de trabalho, representantes do consumidor, e outros consumidores do setor, como fazendeiros e agricultores. Em geral, se pelo menos 20% dos comentários ou cinco comentários bem desenvolvidos e fortes foram dados por grupos não-comerciais, pode-se dizer que a participação foi suficientemente abrangente. Para este indicador, um comentário deve ser contado só se este tem pelo menos um ponto substantivo ou analítico. Comentários retóricos, que não dão explicações para a discordância, apesar de serem úteis em outros contextos, não devem ser contados para este indicador.
- *Resumo da participação pública:* A decisão política final ou um documento auxiliar resume os comentários e as críticas recebidas através da participação pública.
- *Resposta à participação pública:* A decisão política final ou um documento auxiliar apresenta o raciocínio por trás da decisão com referência às opiniões públicas.

PP18 EFICÁCIA DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Quantidade de participação	—	
Abrangência da participação	—	
Resumo da participação pública	—	
Resposta à participação pública	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
O processo político não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
O processo político satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
O processo político satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A participação e a resposta dada à participação satisfazem <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A participação e a resposta dada à participação satisfazem <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP19 Consideração de questões ambientais nas leis e políticas sobre reformas do setor

#### **Relevância do indicador:**

Decisões para mudar radicalmente as estruturas organizacionais e institucionais do setor elétrico têm implicações importantes para questões de interesse público, inclusive para o meio ambiente. Portanto, é importante que seja dada atenção explícita ao meio ambiente quando uma reforma for implementada. As questões mais importantes envolvidas incluem a grau em que as reformas do setor vão preservar ou favorecer a eficiência energética, encorajar aperfeiçoamentos na geração energética que ajudam a melhorar a qualidade do ar local ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa, ou limitar a destruição na habitats naturais. Se não houver atenção explícita para o meio ambiente durante ou depois do processo de reforma, é improvável que os resultados terão benefícios ambientais. Pesquisa para este indicador é bem próxima à pesquisa necessária para o indicador PP17.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser usado para o processo legislativo através do qual houve um esforço grande para a reforma, dentre os últimos cinco anos, do setor elétrico (incluindo a corporatização de serviços de utilidades públicas do governo; o desagrupamento de serviços de utilidades integrados; a criação de uma agência reguladora; a privatização de transmissão, geração, ou distribuição de serviços; a criação de uma associação de energia ou uma agência de troca/ expedição de energia. Se houveram várias reformas, o time de avaliação deve examinar os empenhos para a reforma que considerar mais significativa ou de maior impacto.

O time de avaliação deve identificar a agência/ as agências executivas principais que estão liderando o processo de reforma, e os comitês responsáveis pela criação da legislação da reforma. Se agências doadoras financiaram ou apoiaram os esforços para a reforma, a documentação destes também deve ser examinada. Este indicador mede a atenção dada à questões ambientais em documentos oficiais que explicam o raciocínio, as necessidades, e o objetivo da reforma proposta. A reportagem da mídia sobre a processo de reforma escolhido também é relevante. Deve-se tentar estudar artigos e outros documentos escritos antes e depois da reforma.

#### **Elementos de Qualidade**

- *Tratado em documentos anteriores:* Questões ambientais são explicitamente estudadas em documentos oficiais antes da legislação para a reforma ser aprovadas.
- *Incluso nas políticas e leis de reforma:* Questões ambientais estão inclusas nas leis e políticas de reforma.
- *Atenuando os impactos diretos do setor energético:* Foram levados em consideração meios para aliviar os impactos ambientais do setor elétrico através de medidas para aumentar a eficiência ou melhor as tecnologias de geração para diminuir a poluição atmosférica, e incentivar o desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia limpa, como a energia renovável.
- *Efeitos globais e econômicos de impactos ambientais:* Esforços para a reforma levam em consideração os impactos econômicos e globais da ‘pegada ecológica’ (“carbon footprint”) do setor elétrico.

<b>PP19 CONSIDERAÇÃO DE QUESTÕES AMBIENTAIS NAS LEIS E POLÍTICA SOBRE REFORMAS DO SETOR</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Tratado em documentos anteriores	—	
Incluso nas políticas e leis de reforma	—	
Atenuando os impactos diretos do setor energético	—	
Efeitos globais e econômicos de impactos ambientais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A consideração dos impactos ambientais das reformas do setor não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
A consideração dos impactos ambientais das reformas do setor satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
A consideração dos impactos ambientais das reformas do setor satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A consideração dos impactos ambientais das reformas do setor satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A consideração dos impactos ambientais das reformas do setor satisfaz <b>quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

**PP20 Avaliação da perda de empregos relacionada às mudanças políticas ou reformas no setor elétrico**

**Relevância do indicador:**

Em vários países emergentes, empresas de serviços de utilidades públicas do estado são fontes importantes de empregos públicos. Normalmente, estes empregos públicos são estáveis, apoiados por sindicatos trabalhistas, e oferecem salários e benefícios melhores do que a média. Em alguns casos, empregos de serviços de utilidades públicas do estado são também usados como um meio de patronato público. Já que vários interesses são afetados pela decisão de ‘corporatizar’, ‘desagrupar’ ou privatizar partes do setor elétrico, é obviamente importante analisar a possível perda (ou aumento) de empregos e o impacto nos salários e na estabilidade de empregos. Assim, antes de aprovar leis sobre reformas, deve-se decidir como melhor balancear os possíveis impactos em empregos e a necessidade de aumentar a eficiência e a qualidade do serviço do setor elétrico.

**Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador busca avaliar se e quando avaliações sobre o impacto nos empregos foram feitas, e a qualidade destas avaliações. Os elementos de qualidade medem tanto a abrangência (se a avaliação foi feita antes ou depois que um pacote de reformas ou leis do setor elétrico foi adotado), e se medidas foram tomadas com respeito à perda de empregos. Este indicador deve ser usado como um case study sobre um processo de reforma importante ou outra mudança dentre os últimos cinco anos com a possibilidade/ realidade da perda de empregos.

À medida do possível, o time deve usar os documentos coletados para avaliar o processo político e os esforços tomados para a reforma no indicador PP17. Estude documentos oficiais que apresenta o raciocínio e os custos e benefícios esperados como resultado da reforma ou mudança política para procurar indicações de que a perda de empregos ou outros impactos no trabalho foram discutidas. Se o documento analisando impactos no emprego não pode ser obtido, o time deve supor que este não satisfaz nenhum elemento de qualidade, a não ser que seja possível verificar alguns dos elementos através de entrevistas ou outra documentação. Os times devem tentar conduzir entrevistas informais com os funcionários do executivo ou legislativo envolvidos com a reforma ou a mudança política, representantes de empregos no setor de serviços de utilidades públicas, fornecedores, e, se relevante, companhias privadas que participam no setor elétrico, já que estas entrevistas poderão ajudar a ver quais medidas, se houve, foram implementadas.

**Elementos de Qualidade:**

- *Avaliação de impactos no desemprego:* possíveis impactos no desemprego foram avaliados, incluindo o estudo de pelo menos dois destes: o quantidade de empregos perdidos, os impactos na estabilidade de empregos, impactos nos salários e benefícios, consequências para a macroeconomia
- *Avaliação foi conduzida antes da implementação de reformas.*
- *Alívio de impactos adversos:* Programas foram deliberadamente implementadas para aliviar ou reduzir o impacto da perda de empregos (bolsas de treinamento ou educação, recompensa para a força de trabalho afetada, etc.)
- *Mecanismos para reparações:* Mecanismos especiais para reparações foram criadas para os trabalhadores (i.e., através dos quais eles podem pedir recompensas pela perda de pensões, pelos impactos adversos relacionados à saúde, pela falta de providência de cursos de treinamento, etc.)

<b>PP20 AVALIAÇÃO DA PERDA DE EMPREGOS RELACIONADA ÀS MUDANÇAS POLÍTICAS OU REFORMAS NO SETOR ELÉTRICO</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Avaliação de impactos no desemprego	—	
Avaliação foi conduzida antes da implementação de reformas	—	
Alívio de impactos adversos	—	
Mecanismos para reparações	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A avaliação de impactos de reformas em empregos não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
A avaliação de impactos de reformas em empregos satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
A avaliação de impactos de reformas em empregos satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A avaliação de impactos de reformas em empregos satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A avaliação de impactos de reformas em empregos satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP21 Transparência na formulação da política sobre o poderes independentes

#### **Relevância do indicador:**

Produtores/ Projetos Independentes de Energia (IPPs – Independent Power Producers / Projects) são geradores privados que vendem energia diretamente para companhias de distribuição de energia (públicas ou privadas) ou para um ‘comprador único’ que, por sua vez, fornece todas as companhias de distribuição. Normalmente, a introdução de IPPs é um componente importante, e as vezes antecede, a reestruturação do setor elétrico. A compra de eletricidade das IPPs é estruturada através de contratos de longo prazo, conhecidos como Contratos de Compra e Venda de Energia (PPAs – Power Purchase Agreements), ou através de uma espécie de mercado de energia, como uma usando licitações. Se o objetivo da reforma for o aumento de concorrência, IPPs incentivam o aumento da quantidade de geradores, uma condição necessária para que mercados de energia se tornem mais competitivos. IPPs também são um meio para atrair investimentos privados para a geração de energia. Porém, IPPs também são criticados por questões econômicas, sociais, e ambientais. Além disso, o fluxo alto de fundos normalmente relacionado a estes projetos frequentemente levanta suspeitas de corrupção e outras práticas ilegais. Este indicador considera a estrutura legal das IPPs, e o indicador PP25 estuda a implementação desta estrutura na prática.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Primeiro, o time de avaliação deve decidir se este indicador é relevante no seu contexto. Por exemplo, a relevância deste indicador será menor se IPPs vendem eletricidade num mercado de energia. Os primeiros dois elementos de qualidade abaixo requerem que os times de avaliação estudem se a legislatura apoiou a política que permite a introdução de IPPs no setor, e como ocorreu o processo de decisão através do qual a política foi implementada. Os times devem primeiro verificar se existe uma lei sobre IPPs, e obter uma cópia desta para estudo. Pessoas envolvidas no processo político e responsáveis pela gestão e formulação da política devem ser entrevistadas para que uma ideia do processo possa ser recriada e, assim, pode ser feita uma avaliação da consulta pública. Quanto aos outros quatro elementos de qualidade, os times devem examinar cuidadosamente as leis relevantes às IPPs e as políticas de implementação relacionadas.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Aprovação legislativa:* A política nacional quanto aos IPPs foi sujeita a estudos legislativos e aprovada somente depois de debates sobre emendas a leis já em vigor ou sobre novas legislações.
- *Consultas públicas durante a criação política:* A implementação de políticas relevantes para as IPPs segue de acordo com um processo fixo de consulta pública (i.e., documentos relevantes estiveram disponíveis ao público pelo menos um mês antes da consulta; o público teve a oportunidade de fazer comentários/ expor críticas; e os impactos das consultas publicados no documento final)
- *Propostas para licitação:* A estrutura política requer que projetos de IPPs sejam concedidos através de propostas de licitação. Pedidos para licitações são anunciados ao público, licitantes finais são divulgados, e a licitação final concedida através de um processo competitivo.
- *Análise adequada de demanda:* A estrutura política requer que novos projetos de IPPs sejam justificados com base em análises detalhadas sobre as condições de oferta-procura, disponíveis ao público a pedido.
- *Divulgação do contrato de compra e venda:* Os termos gerais do contrato final podem ser divulgados ao público antes da finalização de projetos novos.
- *Análise do impacto financeiro:* A estrutura política faz com que uma análise detalhada do impactos dos PPAs nas tarifas seja obrigatória, seja através do executivo ou de regulador. Esta análise deve levar em consideração várias questões como a sensibilidade à mudanças no câmbio, variações no preço de combustíveis, e projeções de demanda. A análise também deve esclarecer várias presunções sobre o desempenho da planta e sobre as condições financeiras usadas para a projeção de tarifas. Esta análise deve ser disponível ao público a pedido.
- *Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto:* De acordo com a estrutura política quanto às IPPs, consultas públicas devem acontecer antes da aprovação de contratos de compra e venda.

PP21 TRANSPARÊNCIA DAS POLÍTICAS QUANTO AOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Aprovação legislativa	—	
Consultas públicas durante a criação política	—	
Propostas para licitação	—	
Análise adequada de demanda	—	
Divulgação do contrato de compra e venda	—	
Análise do impacto financeiro	—	
Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
O processo das IPPs não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo ___
O processo das IPPs satisfaz <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio ___
O processo das IPPs satisfaz <b>três-quatro</b> elementos de qualidade		Médio ___
O processo das IPPs satisfaz <b>quatro-cinco</b> elementos de qualidade		Médio-Alto ___
O processo das IPPs satisfaz <b>seis-sete</b> elementos de qualidade		Alto ___

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PP22 Divulgação pública quanto à contratação de consultores

### **Relevância do indicador:**

Consultores frequentemente têm um papel importante na direção de mudanças políticas. Na reforma do setor elétrico, por exemplo, a maioria dos governos não têm a capacidade dentre os seus empregados para entender e criar instituições e regras adequadas já que a maioria destes lidam com monopólios estatais. Conseqüentemente, consultores são frequentemente contratados para ajudar no planejamento de reformas, muitas vezes com o apoio e a cooperação das agências doadoras. Assim, várias decisões importantes sobre a reforma do setor são tomadas por consultores, ou são *de facto* tomadas com os termos de referência usados por consultores. Apesar de serem os responsáveis pela decisão, e não os consultores, que devem prestar contas à população, existem várias razões que fazem com que a transparência quanto ao papel e as contribuições do consultores seja importante. Já que é importante entender a base em que decisões foram tomadas, e a opinião de consultores frequentemente afeta decisões importantes, os termos de referência dos consultores e os seus relatórios finais também devem ser estudados. Estes documentos podem, por exemplo, mostrar os possíveis impactos financeiros, sociais, e ambientais da reforma e de outras alternativas foram levados em consideração. Além disso, a disponibilidade ao público dos relatórios dos consultores pode servir como garantia que aqueles tomando as decisões políticas não dêem uma falsa representação das conclusões dos consultores para servir seus interesses públicos. Além disso, a transparência e a indicação de que o público pode também estudar seus relatórios devem servir como estímulos para que os consultores entreguem trabalhos de qualidade.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Para este indicador, identifique uma decisão que dependeu de relatórios e a análise de consultores. Verifique também se o processo para o uso de consultores varia de um caso para outro ou se isso é frequente e existe um sistema comum. Se o uso for comum, a decisão escolhida deve ser relativamente representativa, mas se elas variam, por favor inclua isto nas anotações junto com uma justificativa da escolha feita. O caso escolhido também deve ser importante, seja por ser representativo, se possível, ou por ser um indicador da direção de decisões futuras. Assim, entreviste os funcionários responsáveis pelo trabalho com os consultores. Mais especificamente, como está explicado na seção de elementos de qualidade abaixo, verifique se existem requisitos para a divulgação pública sobre o processo através do qual os consultores foram escolhidos e contratados, seus termos de referência, e os relatórios finais, e se estes foram disponibilizados na prática. Também veja se houve um período de comentários e se a revisão e respostas aos comentários são obrigatórios, e se estes foram honrados. Além de entrevistar funcionários públicos, os times de avaliação também devem entrevistar outras pessoas afetadas que devem ter buscado este tipo de informação, como também os próprios consultores.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Detalhes do acordo de consultoria:* Os termos de referência dos consultores devem estar disponíveis ao público através de pedidos feitos ao ministério ou do seu site de internet dentro um tempo razoavelmente anterior à conclusão do contrato de consultoria.
- *Detalhes do relatório final:* O relatório final dos consultores está disponível ao público através de pedidos feitos ao ministério, do seu site de internet, e/ ou em bibliotecas. O relatório deve estar disponível dentro um período razoável (1-2 semanas) depois de ser entregue ao governo, e com tempo adequado para que o público possa estudá-lo antes que qualquer decisão final seja tomada.
- *Período de comentários sobre o relatório dos consultores:* O acordo dos termos da consultoria inclui um período de comentários feitos pelo público e informações sobre a oportunidade para comentar são proativamente divulgadas, através de meios impressos e eletrônicos.
- *Obrigatoriedade de revisão depois dos comentários públicos:* O consultor é obrigado a levar em consideração comentários feitos pelo público e revisar ou justificar em escrito as recomendações feitas no seu relatório relacionadas aos comentários.

PP22 DIVULGAÇÃO PÚBLICA QUANTO À CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES		
Elementos de Qualidade		Explicações
Detalhes do acordo de consultoria	—	
Detalhes do relatório final	—	
Período de comentários sobre o relatório dos consultores	—	
Obrigatoriedade de revisão depois dos comentários públicos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A divulgação de informações quanto à contratação de consultores não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
A divulgação de informações quanto à contratação de consultores satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
A divulgação de informações quanto à contratação de consultores satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A divulgação de informações quanto à contratação de consultores satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A divulgação de informações quanto à contratação de consultores satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PP23 Transparência no envolvimento de doadores através de empréstimos

### **Relevância do indicador:**

Agências doadoras têm vários papéis no setor elétrico. Por exemplo, elas podem ajudar na criação de medidas para reformas através de empréstimos específicos, e frequentemente elas apoiam decisões do governo para as reformas, e buscam compromisso a estas decisões através de empréstimos ligados às políticas de reforma e a outras condições com o intuito de manter o governo na trajetória de reforma. Dentre os doadores, agências multilaterais como Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento frequentemente têm um papel maior na introdução de mudanças políticas como também na implementação destas através de empréstimos com fins políticos e condições relacionadas. Estes esforços têm uma grande influência, especialmente em setores tecnicamente complexos como o elétrico, e podem ser definir a direção das reformas. Este indicador tem como foco o papel das agências doadoras na mudança política através de empréstimos ligados a esta. O próximo indicador, PP24, tem como ênfase a assistência técnica dada por doadores.

Empréstimos com fins políticos vêm com condições para serem negociadas com o governo que está tirando o empréstimo. Em vários casos, o a agência doadora pode ter opiniões independentes sobre a direção da reforma, e a medida em que as condições são negociadas, ao invés de impostas, depende do poder de negociação do governo tirando o empréstimo (que é o resultado de várias condições, incluindo a urgência do empréstimo, o tamanho do país, etc.). Agências doadoras sugerem que as condições políticas sejam usadas como guias para ajudar o governo a manter uma direção no seu compromisso para a reforma, e como base para resistir às pressões contra a reforma ao curto prazo. Mas quaisquer as razões e a combinação de influências quanto às condições do empréstimo, transparência destes empréstimos garante que qualquer medida de reforma esteja sujeita ao debate democrático. Assim, este indicador avalia a transparência por trás dos empréstimos com fins políticos.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Identifique as agências doadoras que mais usam empréstimos relacionados a fins políticos, e o empréstimo mais importante no seu país (ou aquele que tem o valor do empréstimo mais alto ou o que tem o maior número de condições). Verifique se os documentos importantes da agência doadora relacionados ao setor elétrico são de fácil acesso. Estes documentos podem incluir estratégias de assistência ao país, documentos de empréstimos ligados a políticas, e documentos de empréstimos de investimentos. Depois, através de buscas na internet, pesquisas de documentos, e pedidos às agências doadoras, conclua se os documentos estavam disponíveis quando o doador estava envolvido com a questão. É importante ter certeza se os documentos estavam *realmente* disponíveis dentro o tempo de referência; um estudo da regulamentação das agências doadoras quanto à transparência não é o suficiente. Já que na maioria das vezes esta avaliação será feita só depois, pode ser difícil verificar o grau de transparência anterior. Complemente os pedidos de documentos com entrevistas com pessoas de interesse e empregados da agência doadora para fazer uma avaliação independente sobre o grau de transparência que havia quando o empréstimo estava em efeito. Quando estiver avaliando a disponibilidade de informações, considere “disponível ao público” os documentos que estavam disponíveis através de meios eletrônicos ou de pedidos à agência relevante feitos em pessoa por qualquer membro do público que buscou acesso a eles.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Transparência sobre a postura política:* Informações sobre a postura do doador quanto às políticas relacionadas ao setor elétrico estavam disponíveis ao público.
- *Transparência sobre as condições:* Documentos sobre o empréstimo inclusive aquelas sobre as condições obrigatórias em que os desembolsos do empréstimo dependiam estavam disponíveis ao público durante o período em que a dívida estava em vigor. A divulgação posterior é inadequada já

que a informação só é capaz de incentivar a participação pública se ela estiver disponível durante o processo de decisão.

- *Transparência sobre os desembolsos:* Informações sobre os desembolsos financeiros relacionados às condições ligadas ao empréstimo – valor do desembolso, se o desembolso foi retido na fonte e porque, etc. – estavam disponíveis ao público.
- *Transparência sobre os sistemas de avaliação:* Informações sobre os mecanismos através do qual o empréstimo foi avaliado – critérios, oportunidades para opiniões independentes, resultados da avaliação, etc. –estavam disponíveis ao público.

PP23 TRANSPARÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE DOADORES ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMOS		
Elementos de Qualidade		Explicações
Transparência sobre a postura política	—	
Transparência sobre as condições	—	
Transparência sobre os desembolsos	—	
Transparência sobre os sistemas de avaliação	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A transparência dos empréstimos com fins políticos não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
A transparência dos empréstimos com fins políticos satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
A transparência dos empréstimos com fins políticos satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A transparência dos empréstimos com fins políticos satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A transparência dos empréstimos com fins políticos satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP24 Transparência no envolvimento de doadores através da assistência técnica

**Relevância do indicador:**

Este indicador complementa o PP23 quanto ao envolvimento de doadores através de empréstimos com fins políticos tendo um foco na participação de doadores através da assistência técnica (sua própria pesquisa e análise). Já que as agências doadoras podem incentivar iniciativas políticas e influenciar os resultados através de suas contribuições ao processo de pesquisa, este indicador avalia o quanto os trabalhos de “assistência técnica” são transparentes.

**Orientações para os times de avaliação:**

Identifique as agências doadoras que mais participam no setor elétrico e seus papéis. Escolha a agência que está mais envolvida no processo de conhecimento de pesquisa no setor através do seu trabalho de assistência técnica. É importante lembrar que a assistência técnica pode ser feita por empregados da agência como também por consultores contratados pela agência. Assim que a agência relevante e os seus processos forem identificados, os times devem estudar os projetos principais de assistência técnica feitos nos últimos 5 anos e escolher um projeto que possa servir como um case study representativo. Os outros projetos devem ser listados na seção para outras informações. Assim que escolher o projeto, time deve entrevistar pessoas que trabalham na indústria, pessoas de interesse e empregados da agência doadora para verificar se os documentos importantes relacionados ao caso escolhido estão disponíveis ao público. Buscas na internet, pesquisas de documentos, e pedidos em pessoa devem ser usados para verificar se os documentos estavam disponíveis durante a participação da agência doadora. É importante ter certeza se os documentos estavam *realmente* disponíveis dentro o tempo de referência; um estudo da regulamentação das agências doadoras quanto à transparência não é o suficiente. Quando estiver avaliando a disponibilidade de informações, considere “disponível ao público” os documentos que estavam disponíveis através de meios eletrônicos ou de pedidos à agência relevante feitos em pessoa por qualquer membro do público que buscou acesso a eles.

**Elementos de Qualidade:**

- *Transparência sobre os detalhes da assistência técnica:* Detalhes sobre a assistência dada estavam disponíveis ao público através de dos documentos sobre o projeto ou dos contratos com consultores, se relevante, enquanto o trabalho de assistência técnica estava sendo executado.
- *Transparência quanto ao resultado final:* Os produtos finais da assistência técnica e os relatórios dos consultores estavam disponíveis ao público.
- *Ampla divulgação do trabalho:* Esforços foram claramente feitos para divulgar os produtos da assistência técnica e os relatórios dos consultores, incluindo através de meios como oficinas, publicações na internet, e malas diretas.

PP24 TRANSPARÊNCIA NO ENVOLVIMENTO DE DOADORES ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Transparência sobre os detalhes da assistência técnica	—	
Transparência quanto ao resultado final	—	
Ampla divulgação do trabalho	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A transparência quanto à assistência técnica das agências doadoras não satisfaz <b>nenhum ou somente um</b> elemento de qualidade		Baixo —
A transparência quanto à assistência técnica das agências doadoras satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A transparência quanto à assistência técnica das agências doadoras satisfaz <b>todos os três</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP25 Processo de implementação da política/ legislação referente aos Produtores Independentes de Energia transparente e com prestação de contas

**Relevância do indicador:**

Produtores/ Projetos Independentes de Energia (IPPs – Independent Power Producers / Projects) são geradores privados que vendem energia diretamente para companhias de distribuição de energia (públicas ou privadas) ou para um ‘comprador único’ que, por sua vez, fornece todas as companhias de distribuição. Já que os IPPs são um assunto controverso, é importante verificar se o prática padrão está de acordo com a estrutura legal. Este indicador complementa o PP21, estudando a transparência, participação pública e prestação de contas em um caso representativo dos IPPs.

**Orientações para os times de avaliação:**

Selecione um caso representativo dos IPPs para estudar mais detalhadamente. O caso deve ser representativo da prática comum do país, indicativo da direção geral da implementação, e relativamente recente. Para escolher adequadamente, os times podem optar por uma avaliação breve de alguns casos e, baseando-se nestas avaliações preliminares, escolher um para estudar em detalhe. Depois de fazer esta escolha, os times devem obter do executivo ou da agência reguladora quaisquer documentos relacionados à aprovação do IPP e ao processo de avaliação e aprovação do contrato de compra e venda (PPA) para verificar quais elementos de qualidade foram satisfeitos. É possível que estes documentos precisem ser complementados com entrevistas com executivos relacionados ao projeto e com representantes do time de implementação do projeto.

**Elementos de Qualidade:**

- *Propostas para licitação:* Pedidos para licitações são anunciados ao público, licitantes finais são divulgados, e a licitação final concedida através de um processo competitivo.
- *Divulgação do contrato de compra e venda:* Os termos gerais do contrato final estavam disponíveis ao público antes do PPA ser assinado.
- *Análise adequada de demanda:* O caso do IPP estudado foi justificado com base em uma análise detalhada sobre as condições de oferta-procura, disponíveis ao público (uma análise detalhada deve incluir uma análise da carga básica contra a carga durante picos, o aumento da capacidade de outros projetos, aperfeiçoamentos no desempenho de outras plantas, outros contratos de compra e venda de energia já em vigor, e uma base razoável para as projeções de demanda).
- *Análise do impacto financeiro:* Os impactos tarifários dos PPAs foram detalhadamente analisados pelo executivo ou a agência reguladora, e esta análise está disponível ao público a pedido. A análise levou em consideração questões como a sensibilidade à mudanças no câmbio, variações no preço de combustíveis, e projeções de demanda. A análise também deve esclarecer várias presunções sobre o desempenho da planta e sobre as condições financeiras usadas para a projeção de tarifas.
- *Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto:* O caso do projeto do IPP escolhido utilizou consultas públicas antes da aprovação do contrato de compra e venda.

<b>PP25 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA/ LEGISLAÇÃO REFERENTE AOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA TRANSPARENTE E COM PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Propostas para licitação	—	
Divulgação do contrato de compra e venda	—	
Análise adequada de demanda	—	
Análise do impacto financeiro	—	
Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O IPP selecionado não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
O IPP selecionado satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
O IPP selecionado satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
O IPP selecionado satisfaz <b>três-quatros</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O IPP selecionado satisfaz <b>todos os cinco</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP26 Transparência na seleção de provedores privados de serviços

#### **Relevância do indicador:**

Vários países têm tentado reformar os seus setores elétricos através do “desagrupamento” dos serviços de utilidade pública (separando a geração, transmissão e distribuição). Este processo é frequentemente acompanhado pela privatização de uma parte do serviço de utilidade pública desagrupado, ou transferido para uma operadora privada através de um contrato de gerenciamento. Mesmo se não chegarmos a uma conclusão quanto aos benefícios de reformas e se estas são desejáveis, devemos ainda esperar que qualquer medida importante de reestruturação seja administrada de uma forma aberta e transparente. Além disso, onde o setor elétrico estiver sujeito à privatização ou em outras situações que envolvem o setor privado, através de contratos de gerenciamento, por exemplo, o processo através do qual os termos e as condições da participação privada são decididos se torna ainda mais importante para o público. A transparência no processo serve como uma ferramenta importante para limitar as oportunidades para a corrupção e o suborno, e garante que o público será dado um preço justo pelos bens (no caso da privatização completa) ou não terá que pagar preços mais altos do que razoável (no caso do contrato de gerenciamento). A transparência também permite que a sociedade civil e outras pessoas interessadas, inclusive possíveis concorrentes, tenha a oportunidade para estudar e criticar o processo. Este indicador examina o processo através do qual provedores particulares de serviços são escolhidos.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Para este indicador, busque detalhes sobre a participação privada no processo com a agência administradora relevante, normalmente o ministério ou o regulador. Documentos relevantes incluem o convite para propostas, documentos passados aos possíveis licitantes, os critérios e o processo de decisão, e qualquer justificativa quanto a decisão final. Neste caso, “divulgação pública” significa que a informação foi publicada (no site de internet, por exemplo), e/ ou que a informação estava disponível através de pedidos que foram atendidos dentro um tempo determinado. Se o custo para isto era alto, ou se o processo de pagamento era complicado, este custo deve ser considerado um obstáculo para o acesso público à informação.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Transparência no convite para propostas:* O pedido para propostas para a participação privada está disponível ao público.
- *Informações passadas aos licitantes estão disponíveis ao público:* As informações dadas aos possíveis licitantes estão disponíveis ao público. Estas informações são necessárias para que os cidadãos e pessoas interessadas possam avaliar se as licitações foram razoáveis e justas e também entender os compromissos/ permissões para uso que foram entregues.
- *Transparência nos critérios e no processo de decisão:* Os critérios de decisão e o processo através do qual as decisões foram tomadas são transparentes e disponíveis ao público. A disponibilidade destas informações é necessária para fazer com que aqueles tomando as decisões prestem contas ao público.
- *Justificativa para a decisão:* A decisão final é justificada com respeito aos critérios de decisão, e esta justificativa está disponível ao público.

PP26 TRANSPARÊNCIA NA SELEÇÃO DE PROVEDORES PRIVADOS DE SERVIÇOS		
Elementos de Qualidade		Explicações
Transparência no convite para propostas	—	
Informações passadas aos licitantes estão disponíveis ao público	—	
Transparência nos critérios e no processo de decisão	—	
Justificativa para a decisão	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Não existe <b>nenhuma informação</b> sobre o processo de participação privada		Baixo —
O processo de participação privada não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
O processo de participação privada satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Médio —
O processo de participação privada satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O processo de participação privada satisfaz <b>três ou mais</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP27 Transparência na valorização de bens/ reestruturação de balanços

**Relevância do indicador:**

Um elemento chave das reformas para a privatização é a valorização de bens do setor de utilidades públicas. A valorização de bens é um processo de reestruturação de balanços que faz com que a contabilidade financeira dos vários componentes do serviço de utilidades seja clara, e ajuda os possíveis compradores a fazer licitações informadas. A valorização pode ser tecnicamente complexa e requer bastante discernimento, as vezes baseado em dados limitados. Do ponto de vista público, a valorização de bens tem um efeito no serviço de dívidas e, conseqüentemente, nas tarifas (se o nível da tarifa depender do custo), como também no ônus para o setor público contra o privado. A valorização de bens também pode afetar as percepções públicas quanto à equidade de qualquer transação relacionada à privatização. Por isto, é importante que a metodologia usada na avaliação de bens seja divulgada, justificada, e avaliada independentemente.

**Orientações para os times de avaliação:**

Na maioria das vezes o ministério responsável pelo funcionamento do serviço de utilidade (normalmente o ministério de energia ou seu equivalente) faz a avaliação dos bens, mas se existe uma agência reguladora, pode ser que a avaliação de bens seja uma de suas responsabilidades. As vezes uma consultoria também está envolvida no processo. Para este indicador, o time de avaliação deve escolher um caso de avaliação de bens públicos no setor elétrico. As informações relevantes ao processo de avaliação de bens, como também a justificativa e o extensão da avaliação, deve estar disponível através do ministério ou da agência reguladora. O time de avaliação terá que entrevistar pessoas no ministério ou na agência reguladora para entender o processo por trás da avaliação de bens. Se esta trabalho foi feito por consultores, eles também terão de ser entrevistados. Os times de avaliação também terão que obter os documentos principais que resumem tanto o processo quanto o resultado da avaliação de bens. Quando estiver trabalhando neste indicador, considere “disponível ao público” os documentos disponíveis através do ministério ou agência reguladora.

**Elementos de Qualidade:**

- *Divulgação e justificação da metodologia:* A metodologia usada para a valorização de bens e a justificativa para a escolha de um meio de avaliação sobre outros, foram explicados claramente no documento oficial que resume a valorização de bens, e que estava disponível ao público.
- *Explicações quanto ao uso da metodologia:* As suposições e hipóteses usadas no processo de valorização de bens foram explicados claramente no documento oficial que resume a valorização de bens, e que estava disponível ao público.
- *Estudo independente:* O processo de valorização de bens também incluiu um procedimento para que estes resultados fossem estudados por terceiros, e isto foi seguido na prática.
- *Divulgação do estudo à população:* As conclusões do estudo independente estão disponíveis ao público a pedido através do ministério ou agência reguladora.

PP27 TRANSPARÊNCIA NA VALORIZAÇÃO DE BENS/ REESTRUTURAÇÃO DE BALANÇOS		
Elementos de Qualidade		Explicações
Divulgação e justificação da metodologia	—	
Explicações quanto ao uso da metodologia	—	
Estudo independente	—	
Divulgação do estudo à população	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
A valorização de bens não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
A valorização de bens satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
A valorização de bens satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A valorização de bens satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A valorização de bens satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP28 Transparência e prestação de contas quanto à criação e à implementação de subsídios

**Relevância do indicador:**

Subsídios podem ser usados para variados fins políticos, tais como a assistência às famílias de baixa renda ou o apoio a objetivos políticos como a expansão do acesso à eletricidade. Programas de subsídio podem ser benéficos e úteis para o avanço de interesse públicos, mas também têm sido criticados porque podem acabar sendo usados por grupos de interesse fora daqueles para os quais foram intencionados, por ser difícil limitar o seu acesso a grupos ou objetivos políticos específicos, e por criar grupos que têm interesse em manter o subsídio mesmo depois do seu objetivo político ser satisfeito. Para reduzir estes riscos e garantir que os subsídios continuem sendo um instrumento político útil, é fundamental que haja transparência sobre como os subsídios são usados, e prestação de contas quanto à implementação deles.

**Orientações para os times de avaliação:**

Escolha um subsídio importante em vigor – um que usa uma fração substantiva dos fundos públicos, e que é relativamente conhecida pelo público, qualidade indicada através da frequência de reportagens na mídia – e avalie-o para este indicador. Para examinar os critérios e o processo, veja se existem leis e regulamentações implementadas quanto ao subsídio. O relatório sobre o subsídio deve incluir, pelo menos, para quem foi o subsídio, seu valor, e seu propósito.

**Elementos de Qualidade:**

- *Crítérios transparentes:* Os critérios para a distribuição de subsídios estão escritos e explicados nas decisões e nos procedimentos do executivo, e informações sobre estes processos estão disponíveis ao público através de pedidos feitos ao executivo.
- *Justificativa quanto à distribuição:* Existe um processo transparente para o uso dos critérios de alocação de subsídios, incluindo justificativas para o valor do subsídio, e explicações de como a distribuição está de acordo com os critérios. Esta justificativa está apresentada em um documento público e disponível à população através de pedidos feitos ao executivo.
- *Acompanhamento e relatórios:* O acompanhamento do subsídio e seu uso é legalmente obrigatório, e a agência responsável pelo acompanhamento também deve prestar contas, e isto deve acontecer na prática, com documentos disponíveis ao público através de pedidos feitos ao executivo.
- *Avaliação:* Os benefícios do subsídios são avaliados periodicamente, com a agência responsável pela avaliação também tendo que prestar contas. Os resultados destas avaliações estão disponíveis ao público através de pedidos feitos ao executivo.

<b>PP28 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS QUANTO À CRIAÇÃO E À IMPLEMENTAÇÃO DE SUBSÍDIOS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Critérios transparentes	—	
Justificativa quanto à distribuição	—	
Acompanhamento e relatórios	—	
Avaliação	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O programa de subsídio avaliado não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
O programa de subsídio avaliado satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
O programa de subsídio avaliado satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
O programa de subsídio avaliado satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O programa de subsídio avaliado satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP29 Clareza sobre a autoridade e a jurisdição quanto à emissão de aprovações ambientais para projetos do setor elétrico

#### **Relevância do indicador:**

Em geral, a coordenação entre departamentos/ ministérios ou entre o governo federal, estadual, e local para a aprovação ou o exercício de autoridade quanto a questões ambientais é baixa ou não existe. Há uma falta de transparência sobre a autoridade de cada parte e quando esta é aplicável, e não existem muitos meios formais de prestação de contas entre estas instituições. Mas a prestação de contas quanto a decisões e aprovações ambientais é importante para o interesse público porque as decisões das instituições determinam se e quais condições ambientais são ligadas a projetos de eletricidade.

Este indicador avalia se existem provisões claras através de leis, regulamentações, ou da política do executivo para ver quais partes do setor público têm a autoridade para emitir aprovações ambientais para os projetos principais do setor de energia, e como esta autoridade é dividida entre as jurisdições. Este indicador também estuda o quanto o público tem acesso a estas informações.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

O termo “*jurisdição compartilhada*” é referente à autoridade compartilhada entre diferentes ministérios ou governos federais e locais. O time de avaliação terá que estudar vários documentos e examinar as provisões legais relevantes para atender a este indicador. As leis sobre a divisão de poder ou autoridade entre o governo federal, estadual e local devem ser estudadas, como também as leis ou regulamentações que definem as áreas de autoridade entre o ministério/ departamento de energia e o ministério/ departamento do meio ambiente.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Provisões quanto à autoridade e à jurisdição:* Existem provisões definindo quais agências do setor público têm a autoridade para emitir aprovações ambientais para projetos do setor elétrico.
- *Clareza sobre como a autoridade é dividida:* As provisões definem como a autoridade é dividida entre as várias jurisdições.
- *Divulgação das aprovações em tempo adequado:* Uma agência do setor público com autoridade principal divulga em tempo adequado quais projetos foram aprovados (dentro de 30 dias depois da aprovação).
- *Divulgação abrangente:* A autoridade principal divulga uma lista de todos os projetos esperando aprovações/ pendentes.
- *Facilidade de acesso:* As provisões estão publicadas no site de internet da autoridade principal responsável pela emissão de aprovações ambientais e/ ou podem ser obtidas de graça (ou com uma taxa pequena) através da agência do governo responsável pela informação pública ou em bibliotecas.
- *Formato acessível:* A agência do setor público com a autoridade principal explica e divulga as provisões em um formato que é acessível às organizações de interesse público e à população geral (panfletos, pôsteres, folhetos informativos, etc.)

<b>PP29 CLAREZA SOBRE A AUTORIDADE E A JURISDIÇÃO QUANTO À EMISSÃO DE APROVAÇÕES AMBIENTAIS PARA PROJETOS DO SETOR ELÉTRICO</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Provisões quanto à autoridade e à jurisdição	—	
Clareza sobre como a autoridade é dividida	—	
Divulgação das aprovações em tempo adequado	—	
Divulgação abrangente	—	
Facilidade de acesso	—	
Formato acessível	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Não há nenhuma clareza sobre a autoridade e a jurisdição quanto à emissão de aprovações ambientais para projetos do setor elétrico		Baixo —
<b>Um</b> elemento de qualidade quanto à autoridade e jurisdição é satisfeito		Baixo-Médio —
<b>Dois</b> elementos de qualidade quanto à autoridade e jurisdição são satisfeitos		Médio —
<b>Três</b> elementos qualidade quanto à autoridade e jurisdição são satisfeitos		Médio-Alto —
<b>Quatro ou mais</b> elementos qualidade quanto à autoridade e jurisdição são satisfeitos		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP30 Participação pública na decisão quanto ao padrão mínimo de desempenho ambiental

#### **Relevância do indicador:**

Este indicador busca medir os padrões de desempenho ambiental do setor elétrico e quão o público tem influência sobre o processo através do qual estes padrões são definidos. Padrões de desempenho ambiental do setor elétrico podem incluir: limites nas emissões das plantas de energia; medidas para o controle de poluição; metas para a redução de perdas técnicas de transmissão; e padrões mínimos de eficiência para aparelhos domésticos. Enquanto estes padrões são frequentemente tecnicamente complexos, eles também têm uma grande importância para a qualidade do ambiente local, a saúde pública, e a eficiência econômica. A agência do setor público responsável pela definição destes padrões de desempenho varia de país para país (e.g., o departamento do meio ambiente, o departamento do setor elétrico, a departamento de saúde, ou uma agência cooperativa intra-departamental). A capacidade desta autoridade para explicar a relevância e importância dos padrões para uma audiência leiga e para incluir a população geral na definição de padrões é indicativa do compromisso do governo a um processo de decisão aberto.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser usado com os padrões de desempenho aplicáveis ao setor elétrico aprovados/ definidos mais recentemente. O time deve identificar a autoridade do setor público com a responsabilidade principal pelo desenvolvimento destes padrões de desempenho, seja a agência ambiental, uma autoridade do setor de energia, o departamento de saúde, ou uma agência cooperativa intra-ministerial. O time deve também verificar quando os padrões foram definidos ou a última vez em que foram atualizados. Primeiramente, deve-se estudar os documentos oficiais que explicam os padrões de desempenho ambiental em vigor. Depois, o time deve avaliar o processo usado para definir estes padrões. Para isto, entrevistas com funcionários (presentes ou anteriores) responsáveis pelos padrões de desempenho ou grupos da sociedade civil que seguiram o processo, ou reportagens feitas pela mídia/ imprensa podem ser necessárias. Inclua nas anotações o quão as conclusões sobre este indicador são referentes à qualidade do processo ou ao grau de acesso à informação.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Base para os padrões:* Existem documentos explicando a base para os padrões de desempenho em vigor.
- *Indícios de consulta pública:* Existem documentos ou outros indícios de que o legislativo ou executivo consultou a população durante o processo através do qual padrões de desempenho ambiental foram definidos.
- *Mecanismos variados para a participação pública:* Mais de um mecanismo foi usado para incentivar a participação pública: convidando comentários do público em escrito sobre as propostas de padrões durante um período determinado; audiência públicas para receber comentários sobre as propostas; e grupos de discussão compostos por pessoas de interesse ou que podem ser afetadas pelos padrões.
- *Explicações quanto ao uso da opinião pública:* Documentos indicam que o executivo comunicou/ explicou como os comentários públicos seriam incorporados nos padrões.
- *Relatórios sobre a observância dos padrões:* Relatórios ou outros meios de divulgação quanto à observação dos padrões de desempenho da indústria/ dos serviços de utilidades são publicados em períodos regulares (anual, semi-anual, cada dois anos, cada cinco anos).

<b>PP30 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA DECISÃO QUANTO AO PADRÃO MÍNIMO DE DESEMPENHO AMBIENTAL</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Base para os padrões	—	
Indícios de consulta pública	—	
Mecanismos variados para a participação pública	—	
Explicações quanto ao uso da opinião pública	—	
Relatórios sobre a observância dos padrões	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Não existem padrões</b> mínimos de desempenho ambiental para o setor elétrico		Baixo —
Os padrões mínimos de desempenho ambiental para o setor elétrico e suas operações são definidos por leis, políticas ou regulamentações, mas satisfazem <b>menos de dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
Os padrões mínimos de desempenho ambiental para o setor elétrico e suas operações são definidos por leis, políticas ou regulamentações, e satisfazem <b>dois-três</b> elementos de qualidade		Médio —
Os padrões mínimos de desempenho ambiental para o setor elétrico e suas operações são definidos por leis, políticas ou regulamentações, e satisfazem <b>quatro</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
Os padrões mínimos de desempenho ambiental para o setor elétrico e suas operações são definidos por leis, políticas ou regulamentações, e satisfazem <b>todos os cinco</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP31 Participação pública na criação de regulamentações que buscam reduzir o impacto ambiental

#### Relevância do indicador:

Tecnologias e sistemas de gerenciamento de baixo impacto ambiental diminuem a dependência em combustíveis fóssil e ajudam a reduzir a poluição ambiental e emissão de gases de efeito estufa, assim contribuindo para a segurança energética. Alguns países têm fontes de energia renovável que podem competir com opções convencionais de energia, ou ajudar a aumentar a eficiência energética. Porém, a contribuição e a possível combinação de tecnologias e práticas de baixo impacto ambiental são frequentemente relegadas para segundo plano. Mas a falta de uma avaliação balanceada das opções de energia limpa contradiz com o trabalho que apoia o desenvolvimento sustentável ambientalmente, socialmente, e economicamente. Neste indicador “processo de decisão” é referente às decisões tomadas pelo executivo ou pela agência responsável pelo planejamento ou a elaboração de regulamentos.

#### Orientações para os times de avaliação:

Este indicador deve ser usado se existem recursos para a energia renovável no país, e/ ou se estes têm o potencial para contribuir para metas de desenvolvimento como a redução da pobreza em áreas rurais, a expansão de serviços básicos de saúde e educação, e o fortalecimento do o balanço da conta corrente federal através da diminuição da importação de combustíveis fóssil. O time de avaliação deve primeiro estudar planos e políticas gerais do setor elétrico como também aquelas sobre a eficiência energética, o gerenciamento de demanda, e/ou a energia renovável. Se possível, avalie políticas ou decisões que foram tomadas dentre os últimos cinco anos.

Pode-se considerar que ministério ou departamento responsável pelo planejamento ou a elaboração de regulamentos do setor elétrico **levou em consideração as opções de gestão e tecnologia de baixo impacto ambiental** se os documentos estudados tiverem indícios de que pelo menos três das opções enumeradas na **Caixa 1** foram seriamente avaliadas.

O time deve verificar se houve qualquer tipo de consulta apesar de ou de acordo com requisitos formais para consultas ou de mecanismos específicos. Para isto, entrevistas ou correspondências (via email ou cartas) com as autoridades relevantes e algumas organizações da sociedade civil poder ser necessárias. Outras fontes de informação incluem relatórios da mídia ou imprensa e documentações de reuniões oficiais, se for possível obtê-las. Os times devem indicar se existe uma discrepância entre a política e a prática (consultas não são obrigatórias mas ocorreram, ou, pelo contrário, consultas são obrigatórias mas não existe nenhuma prova de que ocorreram).

#### Elementos de Qualidade:

- *Diferentes abordagens foram consideradas:* Pelo menos três das opções enumeradas na **Caixa 1** foram consideradas.
- *Indícios de consulta:* Diferentes grupos e pessoas com interesses variados foram consultados quanto à política que apoia as tecnologias ou as opções de gestão de baixo impacto ambiental.
- *Esforços sistemáticos para consultar comunidades afetadas:* Esforços sistemáticos foram feitos para consultar as comunidades afetadas por projetos de grande porte como plantas de energia térmica ou as barragens para hidroelétricas.

#### Caixa 1

- Co-geração
- Gerenciamento de demanda
- Criação de companhias de economia energética
- Tecnologias de energia renovável conectadas à redes
- Tecnologias de energia renovável distribuída
- Melhorias nas tecnologias de geração térmica/ de combustível fóssil
- Melhorias nas tecnologias de controle de poluição para plantas térmicas
- Redução nas perdas de transmissão e distribuição

*Obs.: estas opções não precisam ser apoiadas para contarem como levadas em consideração*

- *Uso de diferentes mecanismos para a participação:* Mais de um mecanismo (tal como audiências públicas, convites para comentários em escrito, reuniões, etc.) foi usado para incluir a opinião pública na política quanto às tecnologias ou práticas de gestão do setor energético.

<b>PP31 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA CRIAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES QUE BUSCAM REDUZIR O IMPACTO AMBIENTAL</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Diferentes abordagens foram consideradas	—	
Indícios de consulta	—	
Esforços sistemáticos para consultar comunidades afetadas	—	
Uso de diferentes mecanismos para a participação	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Opções de gestão e tecnologia de baixo impacto ambiental <b>não foram consideradas</b>		Baixo —
A consideração de opções de gestão e tecnologia de baixo impacto ambiental satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
A consideração de opções de gestão e tecnologia de baixo impacto ambiental satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A consideração de opções de gestão e tecnologia de baixo impacto ambiental satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A consideração de opções de gestão e tecnologia de baixo impacto ambiental satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP32 Inclusão de questões ambientais no plano nacional para o setor elétrico

**Relevância do indicador:**

Um plano de desenvolvimento de setor define os objetivos de desenvolvimento do nível federal que o governo busca alcançar através do investimento e desenvolvimento de serviços e da infraestrutura do setor elétrico. O grau em que questões ambientais são incorporadas neste plano é indicativo da prioridade dada a estas questões pelo executivo responsável pela energia. Já que o propósito destes planos é, normalmente, servir como um esboço para o desenvolvimento do setor elétrico, o quanto o processo para definir o plano é deliberativo e inclusivo também afeta o quanto questões ambientais são levadas em consideração.

**Orientações para os times de avaliação:**

“Impactos de projetos específicos” inclui impactos ambientais diretos relacionados à construção de plantas de energia e linhas de transmissão. “Impactos de setor” incluem a eficiência energética, escolhas de combustível e tecnologia, e gases de efeito estufa.

O time de avaliação só deve usar este indicador se existir um plano estratégico ou geral no nível de setor criado dentro os últimos cinco anos. O time deve analisar os documentos do plano e incluir uma justificativa detalhada sobre quais questões ambientais foram incluídas. O time também precisa buscar documentos de apoio como comunicados de imprensa, agendas de oficinas e listas de participantes, e documentações de audiências públicas para recriar uma idéia do processo de participação pública. Isto deve ser complementado com entrevistas com funcionários públicos responsáveis pela criação e elaboração do plano, como também grupos da sociedade civil que seguiram o desenvolvimento do plano (se for possível identificá-los).

**Elementos de Qualidade:**

- *Questões ambientais levadas em consideração:* Questões ambientais foram explicitamente levadas em consideração ou analisadas no plano de desenvolvimento do setor elétrico mais recente.
- *Consideração abrangente dos impactos:* Tanto os impactos de projetos específicos como impactos de setor foram levados em consideração.
- *Mecanismos variados de participação pública:* Mais de um mecanismo foi usado para incentivar e buscar a participação pública e incorporá-la no plano.
- *Esforços sistemáticos para buscar as opiniões de diferentes grupos de interesse:* Existem indícios de que houve um esforço sistemático para buscar as opiniões de grupos mais vulneráveis e populações possivelmente afetadas.
- *Divulgação de comentários:* A agência que criou o plano divulgou ou disponibilizou os comentários para o público.
- *Explicação de como os comentários foram incorporados na decisão:* Dentre 3 meses após a decisão final, a agência que criou o plano explicou como a opinião pública foi incorporada no plano final.

PP32 INCLUSÃO DE QUESTÕES AMBIENTAIS NO PLANO NACIONAL PARA O SETOR ELÉTRICO		
Elementos de Qualidade		Explicações
Questões ambientais levadas em consideração	—	
Consideração abrangente dos impactos	—	
Mecanismos variados de participação pública	—	
Esforços sistemáticos para buscar as opiniões de diferentes grupos de interesse	—	
Divulgação de comentários	—	
Explicação de como os comentários foram incorporados na decisão	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Questões ambientais <b>não são explicitamente consideradas</b> no plano de desenvolvimento do setor elétrico mais recente		Baixo —
A atenção a questões ambientais no plano do setor elétrico satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
A atenção a questões ambientais no plano do setor elétrico satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A atenção a questões ambientais no plano do setor elétrico satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A atenção a questões ambientais no plano do setor elétrico satisfaz <b>pelo menos quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PP33 Abrangência das leis, políticas, e procedimentos das Avaliações de Impactos Ambientais

#### **Relevância do indicador:**

A maioria dos países tem políticas e procedimentos para a Avaliação de Impactos Ambientais (EIA – Environmental Impact Assessment) para avaliar e atenuar os possíveis impactos ambientais de projetos. Porém, os procedimentos e a política tradicional das EIAs têm vários problemas. Por exemplo, elas não levam em consideração os impactos cumulativos de várias atividades de desenvolvimento do setor elétrico, nem os impactos sociais dos projetos. Agora, as políticas e os procedimentos das EIAs estão evoluindo para incluir a avaliação de decisões “estratégicas” (como propostas políticas e planos de desenvolvimento do setor) para incorporar questões ambientais e sociais nas decisões finais. Porém, no setor elétrico, para dar mais atenção à questões de interesse público, é necessário que haja uma mudança na abordagem das EIAs que faça com que elas sejam mais abrangentes.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador avaliar os requisitos formais e procedimentos para as avaliações de impactos sociais, ambientais, e estratégicos, e busca indícios de que estes foram seguidos na prática. Os times de avaliação precisam obter documentos sobre as políticas quanto as EIAs e os procedimentos relevantes para o setor elétrico. As leis sobre as EIAs e os procedimentos adequados são normalmente definidas através de leis ou políticas federais (ou estaduais) e complementadas com regulamentações detalhadas para as EIAs ou diretrizes para setores específicos (e.g., energia, minérios, e florestal) ou tipos de projetos (plantas de energia, etc.). Se não houverem políticas ou procedimentos nacionais ou setoriais de EIAs, este indicador não é aplicável. Os times devem incluir as datas em que estas leis/ regulamentações foram oficialmente adotadas. Um pouco mais de pesquisa será necessária para verificar se existem diretrizes para EIAs estratégicas que avaliam as propostas de políticas, planos, ou programas para o setor elétrico ou estudam os impactos cumulativos de vários projetos do setor elétrico. O time deve incluir nas suas anotações se qualquer Avaliação de Impactos Estratégicos foi feita nos últimos 5 anos ou se existe algum plano pra fazê-la no curto prazo. Isto requer entrevistas com funcionários das unidades responsáveis pelo planejamento ao longo prazo e o desenvolvimento do setor elétrico.

#### **Elementos de Abrangência:**

- *Obrigatoriedade das EIAs:* Existem políticas, regulamentos, ou diretrizes que detalham a obrigatoriedade da EIA para projetos.
- *Diretrizes de impactos sociais:* Existem políticas, regulamentos, ou diretrizes que detalham a obrigatoriedade de avaliações de impacto social.
- *Diretrizes para avaliações estratégicas:* Existem diretrizes para avaliações estratégicas de programas, planos e políticas do setor elétrico.
- *Avaliações estratégicas :* Avaliações estratégicas do setor elétrico que examinam os impactos sociais e/ ou ambientais foram feitas dentre os últimos cinco anos.

PP33 ABRANGÊNCIA DAS LEIS, POLÍTICAS, E PROCEDIMENTOS DAS EIAs		
Elementos de Qualidade		Explicações
Obrigatoriedade das EIAs	—	
Consideração abrangente dos impactos	—	
Diretrizes para avaliações estratégicas	—	
Condução de avaliações estratégicas	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Existem leis e políticas nacionais ou do setor elétrico que detalham ou fazem obrigatórias as EIAs para atividades do setor elétrico, mas estas não satisfazem <b>nenhum</b> ou satisfazem <b>só um</b> elemento de qualidade		Baixo —
Existem leis e políticas nacionais ou do setor elétrico que detalham ou fazem obrigatórias as EIAs para atividades do setor elétrico, e estas satisfazem <b>dois-três</b> elementos de qualidade		Médio —
Existem leis e políticas nacionais ou do setor elétrico que detalham ou fazem obrigatórias as EIAs para atividades do setor elétrico, e estas satisfazem <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PP34 Participação pública nas Avaliações de Impactos Ambientais

### **Relevância do indicador:**

A maioria dos países definiu leis e políticas de avaliação de impactos ambiental (EIA) nos últimos 10 a 15 anos. As leis e políticas das EIAs são as vezes incorporadas na estrutura legal nacional e complementada com diretrizes e procedimentos de setor ou projeto. Em outros casos, tanto as leis como os procedimentos são específicas para o setor ou definidas no nível estadual ou municipal. Ilimitadamente de como as leis e políticas das EIAs são definidas, os requisitos legais e normas relacionadas à divulgação e consulta pública variam bastante. As EIAs são um meio de estudar e avaliar as consequências ambientais das atividades de desenvolvimento do setor elétrico propostas, e as suas conclusões podem ter repercussões profundas para as pessoas afetadas pelo projeto. A participação pública no processo e o acesso às conclusões da EIA são, portanto, muito importantes.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Se uma infraestrutura energética grande que tem afetado várias comunidades ou populações vulneráveis (comunidades indígenas, comunidade rurais, populações urbanas de baixa renda, etc.) foi construída nos últimos cinco anos, o time deve usar este indicador para o caso. Esse case study deve ser representativo da prática geral do setor elétrico. O time deve explicar por que este caso foi escolhido, e onde este caso se encaixa no contexto da prática geral do setor elétrico. Apesar de EIAs serem relevantes para diferentes tipos de projetos, o time de avaliação deve tentar focalizar o seu estudo em requisitos específicos dentro o setor elétrico. Através de entrevistas ou correspondências (via email ou correio) com as autoridades relevantes e algumas pessoas das comunidades afetadas pelos projetos, o time deve buscar entender como consultas foram feitas. Outras fontes de informação que podem complementar esta pesquisa incluem relatórios da mídia ou comunicados de imprensa ou documentos de reuniões oficiais, se for possível para o time obtê-las.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Participação pública no esboço:* A participação pública durante o esboço e a elaboração do processo de EIA é obrigatória.
- *Vários mecanismos de participação pública:* Foram usados diferentes mecanismos de participação pública, tais como audiências, reuniões de pessoas de interesse/ da comunidade, comentários na internet, etc.
- *Período adequado para comentários:* Um tempo adequado (em comparação com padrões nacionais/ internacionais) foi dado para comentários da população sobre os esboços ou relatórios finais das EIAs.
- *Relatórios das EIAs disponíveis ao público:* Relatórios completos e resumos dos EIAs foram disponibilizados ao público antes do projeto ser aprovado.
- *Diretrizes para a consulta pública:* Existem diretrizes que determinam o que conta como uma consulta pública adequada.
- *Divulgação de comentários públicos sobre as EIAs:* Um resumo ou todos os comentários públicos sobre as EIAs foram divulgados.
- *Comentários públicos incluídos no relatório final da EIA:* O relatório final explica como comentários públicos influenciaram as conclusões/ recomendações.

PP34 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS		
Elementos de Qualidade		Explicações
Participação pública no esboço	—	
Vários mecanismos de participação pública	—	
Período adequado para comentários	—	
Relatórios das EIAs disponíveis ao público	—	
Diretrizes para a consulta pública	—	
Divulgação de comentários públicos sobre as EIAs	—	
Comentários públicos inclusos no relatório final da EIA	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
A EIA não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
A EIA satisfaz <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
A EIA satisfaz <b>três-quatro</b> elementos de qualidade		Médio —
A EIA satisfaz <b>cinco-seis</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
A EIA satisfaz <b>todos os sete</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP35 Espaço para as pessoas afetadas pelos projetos exercerem seus direitos quanto ao licenciamento e à aprovação de projetos

**Relevância do indicador:**

A construção de infraestrutura do setor elétrico pode desalojar populações ou forçar mudanças importantes nos seus meios e qualidade de vida. As infraestruturas que mais frequentemente desaloja ou afeta populações são barragens hidroelétricas, plantas nucleares, plantas térmicas, portos, oleodutos que levam óleo para as plantas térmicas, linhas de transmissão de alta voltagem, e, um pouco menos comuns, as grandes estações de transformação.

**Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser usado para o mesmo caso usado no indicador PP34, e só deve ser usado se uma infraestrutura energética grande que tem afetado várias comunidades ou populações vulneráveis (comunidades indígenas, comunidade rurais, populações urbanas de baixa renda, etc.) foi construída nos últimos cinco anos. O time deve usar este indicador para um projeto, tratando-o como um case study que deve ser representativo da prática geral do setor de energia. O time deve explicar por que este caso foi escolhido, e onde este caso se encaixa no contexto da prática geral do setor elétrico. Apesar da consideração de pessoas afetadas por projetos ser relevante para a construção de infraestrutura em geral, o time de avaliação deve tentar focalizar o seu estudo em requisitos específicos dentro o setor elétrico.

Através de entrevistas ou correspondências (via email ou correio) com as autoridades relevantes e algumas pessoas das comunidades afetadas pelos projetos, o time deve buscar entender como consultas foram feitas. Outras fontes de informação que podem complementar esta pesquisa incluem relatórios da mídia ou comunicados de imprensa ou documentos de reuniões oficiais, se for possível para o time obtê-las.

**Elementos de Qualidade:**

- *Consultas aderem aos procedimentos/ às diretrizes:* Consultas foram feitas com pessoas afetadas pelo projeto de acordo com os procedimentos/ as diretrizes explícitas e obrigatórias durante o processo de revisão e aprovação de projetos.
- *Esforços sistemáticos para educar pessoas possivelmente afetadas:* Houveram esforços sistemáticos para educar as pessoas possivelmente afetadas sobre os seus direitos à consulta ou de ressarcimento durante o processo de desenvolvimento do projeto.
- *Mais de um mecanismo de participação pública:* Pelo menos dois mecanismos para a participação pública foram usados para receber as opiniões das pessoas possivelmente afetadas pelo projeto durante o processo de revisão, aprovação, ou licenciamento do projeto (e.g., audiências públicas, reuniões locais com representantes das comunidades afetadas pelos projetos).
- *Os esforços para obter consulta foram guiados pelo princípio do consentimento prévio, livre, e informado:* Não só houve consulta com a comunidades/ pessoas afetadas, mas estas também concordaram livremente ou deliberadamente com o projeto ou a atividade de desenvolvimento proposta. (Este elemento de qualidade só pode ser considerado satisfeito se aqueles organizando o processo de consulta tentaram obter o consentimento prévio, livre, e bem informado das comunidades possivelmente afetadas pelo projeto.)

Apesar de tal infraestrutura gerar benefícios à população geral, as populações perto das áreas de construção frequentemente sofrem custos e danos importantes por causa do projeto. Assim, um tratamento adequado e uma compensação justa para estas populações são necessários para que haja justiça e os direitos dos grupos mais fracos sejam protegidos.

<b>PP35 ESPAÇO PARA AS PESSOAS AFETADAS PELO PROJETO EXERCEREM OS SEUS DIREITOS QUANTO AO LICENCIAMENTO E A À APROVAÇÃO DE PROJETOS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Consultas aderem aos procedimentos/ às diretrizes	—	
Esforços sistemáticos para educar pessoas possivelmente afetadas	—	
Mais de um mecanismo de participação pública	—	
Os esforços para obter consulta foram guiados pelo princípio do consentimento prévio, livre, e informado	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Nenhum ou um</b> elemento de qualidade quanto à consideração de pessoas afetadas pelo projeto foi satisfeito		Baixo —
<b>Dois</b> elementos de qualidade quanto à consideração de pessoas afetadas pelo projeto foram satisfeitos		Médio —
<b>Três ou mais</b> elementos de qualidade quanto à consideração de pessoas afetadas pelo projeto foram satisfeitos		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

PP36 Participação no processo de decisão sobre o acesso a serviços elétricos

**Relevância do indicador:**

Acesso aos serviços elétricos varia bastante de país para país. Em alguns países e regiões subdesenvolvidos, a maioria (de 30 a 80 por cento) da população não tem acesso à eletricidade e depende de combustíveis tradicionais. Nestes contextos, a expansão do acesso a serviços elétricos traria um benefício imenso ao público. Mas normalmente as decisões do setor elétrico são tomadas com base em considerações técnicas, excluindo grupos que têm como foco principal a expansão do acesso aos serviços elétricos. Este indicador busca avaliar o espaço dado e os esforços feitos para a incorporação de questões não-técnicas na definição do acesso aos serviços; aplica-se à agência do executivo responsável pelo planejamento do setor elétrico (ou, em alguns países, a agência independente responsável pela eletrificação).

**Orientações para os times de avaliação:**

O time de avaliação deve primeiro estudar as políticas e os planos de energia principais relacionados ou lidando de alguma forma com o acesso à eletricidade/ eletrificação, de preferência criados nos últimos cinco anos. Os elementos de qualidade deste indicador estudam o processo ou o uso de mecanismos específicos, e, assim, a sua avaliação requer entrevistas ou correspondência (via email ou correio) com as autoridades relevantes e representantes da sociedade civil. Outras fontes de informação que podem complementar esta pesquisa incluem relatórios da mídia ou comunicados de imprensa ou documentos de reuniões oficiais, se for possível para o time obtê-las. Os times devem indicar se existe uma discrepância entre a política e a prática (consultas não são obrigatórias mas ocorreram, ou, pelo contrário, consultas são obrigatórias mas não existe nenhuma prova de que ocorreram).

O time pode decidir que este indicador não é relevante se 95 – 100% da população ou da área geográfica do país tiver acesso à eletricidade.

**Elementos de Qualidade:**

- *Indícios de mais de uma consulta:* Mais de uma consulta foi feita com representantes de grupos socioeconômicos relevantes quanto à expansão ou melhoria no acesso a serviços elétricos.
- *Esforços sistemáticos para consultar grupos socioeconômicos mais vulneráveis:* Houveram esforços sistemáticos para consultar grupos socioeconômicos mais vulneráveis como grupos indígenas, associações de mulheres, comunidades de baixa-renda, etc.).
- *Mais de dois mecanismos de participação pública:* Foram usados mais de dois mecanismos de participação pública para incluir a opinião pública no planejamento ou programas relacionados à ampliação do acesso a serviços elétricos (como períodos para comentários públicos sobre planos, políticas, e programas; reuniões com um ou mais grupos de interesse; e a criação de um comitê consultivo composto de pessoas com diferentes interesses).
- *Opinião pública levada em consideração:* A opinião pública é estudada em documentos de planejamento ou outros documentos diretamente relevantes para o planejamento e o processo político relacionado ao acesso a serviços elétricos. Uma explicação de como estas opiniões foram incorporadas também é dada.

<b>PP36 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO SOBRE O ACESSO A SERVIÇOS ELÉTRICOS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Indícios de mais de uma consulta	—	
Esforços sistemáticos para consultar grupos socioeconômicos mais vulneráveis	—	
Existem mais de dois mecanismos de participação pública	—	
Opinião pública levada em consideração	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O processo de decisão sobre a expansão do acesso à eletricidade <b>não satisfaz nenhum</b> ou satisfaz só <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo —
O processo de decisão sobre a expansão do acesso à eletricidade satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
O processo de decisão sobre a expansão do acesso à eletricidade satisfaz <b>três ou mais</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## **PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO (PR)**

---

### **Resumo**

Processos de regulamentação são mecanismos de crítica importância para garantir que os aspectos econômicos, financeiros, sociais, e ambientais do desempenho no setor elétrico estejam sincronizados. Estes processos normalmente incluem decisões e considerações importantes como a definição de tarifas, o licenciamento de plantas de energia e outras infraestruturas, e a definição de padrões de serviço e eficiência. Agências reguladoras devem permitir e incentivar que o setor seja sustentável e eficiente, e capaz de alcançar metas nacionais definidas pela política.

Uma função importante do processo de regulamentação é o equilíbrio dos interesses de diferentes grupos, como investidores, trabalhadores, e consumidores, e, para isto, é essencial que o processo de regulamentação seja confiável e previsível. A regulamentação eficaz deve trazer eficiência técnica, uma qualidade de serviço alta e confiável e confiança no setor, e estimular investimentos.

Os indicadores nesta parte do kit de ferramentas lidam com as estruturas institucionais para a regulamentação do setor elétrico, como a independência, autoridade, e autonomia da agência reguladora; questões relacionadas ao processo de seleção de reguladores e à prevenção de conflitos de interesse formais; provisões para a transparência; e um espaço para críticas e apelos. Os indicadores também analisam o processo de decisão para avaliar questões como a clareza e previsibilidade dos procedimentos; sistemas para a divulgação de documentos públicos e a integração de transparência; espaço para a participação pública no processo de decisão da regulamentação; e a capacidade da sociedade civil para participar nestes processos. Além disso, por causa das responsabilidades específicas da agência reguladora, estes indicadores estudam também questões operacionais como a transparência dos procedimentos para a emissão de licenças; a rigidez dos elementos que devem ser obrigatoriamente relatados pelas companhias que receberam licenças e companhias de serviços de utilidades públicas; a filosofia tarifária geral; e a qualidade do fornecimento e do serviço ao consumidor. Estes indicadores também enfocam-se nos aspectos ambientais e sociais do processo de regulamentação, incluindo o espaço que a agência reguladora tem através do seu mandato para estudar questões como o custo e a representação de pessoas de interesse mais oprimidas.

### **Orientações para a Avaliação**

Todos os indicadores desta parte do kit de ferramentas devem ser aplicados à agência responsável pelas decisões reguladoras, que pode ser um comitê independente ou uma divisão ou departamento do ministério responsável pela energia. Vários países têm adotado o sistema de comitês reguladores independentes como parte de programas de reestruturação do setor elétrico. Os elementos básicos de boa governança na regulamentação do setor elétrico enumerados nestes indicadores são relevantes ilimitadamente da estrutura da agência reguladora. Se houver mais de uma agência reguladora no país (no nível federal e no nível estadual ou municipal, por exemplo), todos os indicadores devem ser usados para a mesma agência reguladora, seja a do nível federal ou uma estadual. Os times de avaliação podem optar por usar o conjunto de indicadores para várias agências reguladoras se um estudo mais abrangente for útil e tiver valor estratégico.

A maioria das informações necessárias para completar esta parte da avaliação pode ser encontrada nas leis relevantes para o setor elétrico; regras e regulamentos de implementação criados pelo ministério relevante; e as ordens, decisões e relatórios anuais da agência reguladora, e pode ser complementada com relatórios de imprensa, estudos acadêmicos, e documentos de congressos. Além disso, os times de avaliação também terão que entrevistar representantes e empregados da agência reguladora, grupos da sociedade civil e de consumidores que

apresentaram casos diante do comitê, e empregados das companhias de serviços de utilidades que lidam com o regulador.

## **PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO**

---

### PR1 Estrutura institucional para decisões de regulamentação

#### **Relevância do indicador:**

Um dos mecanismos normalmente considerados responsáveis pela coerência e a prestação de contas do processo de decisão é a existência de uma agência independente (comitê ou painel regulador, etc.) exclusivamente responsável pelas decisões sobre a regulamentação. O termo agência reguladora “independente” é usada neste contexto limitado para indicar que existe uma agência quase-judicial separada responsável pela regulamentação do setor elétrico. A criação de uma instituição independente para regulamentar o setor elétrico pode abrir o processos críticos e assim aumentar a transparência, e também pode ter um papel importante na coordenação de interesses públicos quanto à eletricidade. Porém, a criação de uma estrutura institucional independente não é capaz de automaticamente fazer com que o sistema de regulamentação seja eficaz.

Os indicadores PRs devem ser aplicados à agência reguladora separada/ independente, se esta existir; se não existir, os indicadores devem ser aplicados à unidade do executivo (Ministério ou Departamento de Energia) responsável pelos processos de regulamentação como a definição de tarifas e licenciamento.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Informações indicando se existem comitês reguladores independentes devem ser encontradas nas leis relevantes ao setor elétrico, como também nas reportagens da mídia e consultas com especialistas no setor elétrico. Um valor ‘alto’ deve ser dado só se a agência reguladora existir através de leis com provisões de operação bem claras.

A existência de um grupo ou departamento separado dentro do ministério só deve ser reconhecido se a autoridade para a regulamentação dada ao grupo é bem definida através de uma lei ou regras e regulamentações governamentais.

**PR1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA DECISÕES DE REGULAMENTAÇÃO**

<b>Explicações:</b>	
<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	—
As decisões de regulamentação são tomadas pelo ministério através de um processo de decisão geral	Baixo —
A maioria das decisões de regulamentação são tomadas pelo ministério através um processo de decisão geral, MAS existe uma unidade separada dentro do ministério responsável por decisões críticas e bem definidas (como a revisão de tarifas ou licenciamento).	Médio —
Uma agência reguladora independente/ separada é responsável pelas decisões e a supervisão da regulamentação	Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p>   <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR2 Autoridade da agência reguladora

#### **Relevância do indicador:**

Para a agência reguladora ser eficaz e independente, ela precisa ter autoridade legal suficiente senão ela não será capaz de obter informações ou decisões importantes, ou suas ordens não serão cumpridas. Este indicador avalia a autoridade legal da agência para lidar com questões de processo, enquanto próximo indicador (PR 3) estuda as ‘funções’ da agência reguladora, ou áreas importantes em que a agência deveria ter a capacidade para exercer a sua autoridade, como na definição de tarifas ou contratos de compra e venda de energia (i.e., jurisdição).

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador tem duas partes. Na primeira parte, onde valores de ‘baixo’ a ‘médio-alto’ podem ser dados, este indicador avalia o grau de autoridade legal da agência reguladora, enquanto a segunda parte avalia se a agência reguladora usou esta autoridade na prática para melhorar o funcionamento do setor.

#### **Elementos de Qualidade:**

##### **Autoridade**

- *Informações e provas:* A agência tem autoridade legal total para buscar informações e quaisquer provas com todas as pessoas de interesse.
- *Investigações:* A agência tem autoridade para investigar qualquer questão dentro da sua jurisdição.
- *Impõe respeito:* A agência tem autoridade para fazer com que todos cumpram com as decisões/ ordens da agência.
- *Penalidades para a violação de ordens:* A agência tem autoridade para impor penalidades para qualquer indivíduo que faltar com seu dever ou violar as ordens da agência.

##### **Prática**

- *Exercício de autoridade:* A agência reguladora demonstrou a sua capacidade para usar a sua autoridade legal pelo menos duas vezes neste último ano.

As leis e regulamentações relevantes devem claramente permitir que a agência reguladora exerça a sua autoridade, com restrições bem limitadas. Por exemplo, as agência reguladoras podem ter uma ou várias autoridades ‘penais’ como a imposição de multas e penalidades para a violação de ordens e a detenção de representantes oficiais/ indivíduos pela violação de ordens. Dependendo da quantidade de elementos satisfeitos, um valor de ‘baixo’ a ‘médio-alto’ pode ser dado.

Para a segunda parte deste indicador (i.e., para avaliar se um valor de ‘alto’ pode ser dado para este indicador), os times de avaliação devem buscar informações sobre as vezes/ os casos em que a agência reguladora usou a sua autoridade neste último ano. Estes casos podem ser inícios de investigações quanto à observância de ordens ou o uso de poderes penais (como a imposição de multas) pela violação de ordens. Se a agência reguladora satisfaz todos os quatro elementos de autoridade, e os times de avaliação encontrarem pelo menos dois casos em que a agência reguladora usou a sua autoridade legal neste último ano, um valor de ‘alto’ pode ser dado.

Nas suas justificativas, os times de avaliação devem escrever sobre cada elemento de autoridade com referência à lei/regra/ regulamentação específica e às restrições/ limitações aplicáveis. Se na opinião do time de avaliação as restrições/ limitações forem importantes (i.e., podem fazer com que a autoridade não seja eficaz), isto deve ser observado e a autoridade não deve ser considerada aplicável à agência reguladora quando calculando o valor a ser dado. Os dois casos em que a agência reguladora usou a sua autoridade legal neste último ano também devem ser explicados claramente.



### PR3 Jurisdição da agência reguladora

#### **Relevância do indicador:**

Este indicador estuda as funções e a jurisdição da agência reguladora, ou áreas importantes sobre as quais a agência tem autoridade. As funções são referentes ao mandato ou o trabalho pelo qual a agência é responsável, que pode incluir: aprovações de revisões de tarifas, aprovações de contratos de compra e venda de energia e de preços de combustíveis; garantia de competitividade justa; prevenção de monopólios no mercado de energia; definição de padrões de serviço; proteção dos interesses de consumidores; e a emissão e revogação de licenças. A agência reguladora que receber valores altos nos indicadores PR 1 e 2 – estrutura independente e autoridade legal para regulamentação – ainda pode ser considerada ineficaz ou fraca se o seu mandato for bem limitado. Por exemplo, em alguns casos, as medidas de reforma do setor elétrico ou de privatização emitidas pelo governo podem já definir os parâmetros como o preço de compra de energia das companhias de geração, ou o aumento de eficiência no setor. Nestes casos o papel da agência reguladora será bem limitada. Este indicador avalia o quão a agência reguladora tem autoridade e liberdade para tomar decisões.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador avalia dois aspectos das ‘funções’ ou jurisdição da agência reguladora. Primeiro, o indicador avalia se as funções são claramente definidas através de leis, regras, regulamentos, ou decretos relevantes. Instrumentos legais não devem ser ambíguos sobre o mandato da agência reguladora, já que a ambiguidade pode fazer com que o processo de decisão da agência reguladora seja suscetível a influências desequilibradas de grupos de interesse ou usado para fins injustos. Se houver ambiguidade, um valor ‘baixo’ deve ser dado para este indicador.

O segundo aspecto estudado neste indicador é a extensão das funções pelas quais a agência reguladora é responsável, já que ela precisa ter um mandato amplo para ser eficaz. Das várias funções que a agência reguladora pode ter, quais são críticas e quais não são depende do país e de outras condições como a estrutura do mercado (monopólio vs. competitivo), estrutura da indústria (integrada vs. desagrupada), e as condições de propriedade (setor público vs. setor privado).

Por exemplo, se o modelo de reforma exige que todas as companhias de distribuição de serviços de utilidades comprem energia através de um mercado de energia, a função de regulamentação de compra e venda de energia não é crítica, enquanto a função de criação/regulamentação do mercado é. Da mesma forma, se o modelo de reforma tem como base a competição de varejo (i.e., permitindo que o consumidor escolha o provedor e negocie os preços), a garantia da concorrência justa é uma função mais importante do que a definição de tarifas. Outros exemplos de funções pelas quais a agência reguladora pode ser responsável estão enumeradas na seção ‘Relevância do indicador’ acima. Os times também podem ver uma listagem de outras funções críticas que foram identificadas pelas avaliações anteriores (disponível no site <http://electricitygovernance.wri.org>)

Antes de dar um valor para este indicador, os times devem criar uma lista de funções críticas e explicar claramente o raciocínio por trás de cada função. Assim, o time deve comparar esta lista com as funções da agência estudada, e se algumas não contarem como satisfeitas, explicações devem ser inclusas. Além de estudar documentos legais relevantes, o time deve discutir o assunto com representantes ou funcionários da agência reguladora, representantes das companhias de serviços de utilidade pública, e grupos de consumidores que participam no processo de regulamentação.

Em alguns casos, os instrumentos legais dão funções críticas à agência reguladora mas pouca liberdade para o processo de decisão quanto à regulamentação. Neste caso, a agência é efetivamente incapaz de exercer as suas funções. Por exemplo, se a lei sobre o setor elétrico diz que a agência reguladora deve definir tarifas, mas as medidas de privatização exigem que a agência reguladora considere só parâmetros de

desempenho bem específicos (como a perda na transmissão e distribuição, ou investimentos), a agência reguladora efetivamente não tem jurisdição sobre a definição de tarifas.

<b>PR3 JURISDIÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA</b>	
<b>Explicações:</b>	
<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	___
As funções da agência reguladora <b>não são claramente definidas</b> e a jurisdição da agência reguladora é ambígua	Baixo ___
As funções da agência reguladora são bem definidas, mas a agência <b>não</b> é responsável por <b>três ou mais</b> funções críticas	Baixo-Médio ___
As funções da agência reguladora são bem definidas, mas a agência <b>não</b> é responsável por <b>duas</b> funções críticas	Médio ___
As funções da agência reguladora são bem definidas, mas a agência <b>não</b> é responsável por <b>uma</b> função críticas	Médio-Alto ___
As funções da agência reguladora são bem definidas, e a agência é responsável por <b>todas</b> as funções críticas	Alto ___

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO

---

### PR4 Extensão e transparência do mandato ambiental da agência reguladora

#### **Relevância do indicador:**

Várias decisões de regulamentação (ex: definição de preços de energia; aprovação de licenças para plantas de energia; definição de padrões de serviço de qualidade, etc.) têm impactos ambientais. Mas porque a eletricidade é normalmente gerada e transmitida através de tecnologias convencionais como plantas térmicas de carvão e combustível fóssil ou hidroelétricas conectadas à rede nacional, métodos tradicionais de regulamentação frequentemente não levam em consideração o efeito de decisões sobre os incentivos para a energia renovável, eficiência de energia, ou fontes de geração distribuídas. Estas questões ambientais só serão tratadas corretamente através de esforços deliberados e unificados por parte dos reguladores, e, portanto, questões ambientais devem fazer parte do mandato da agência reguladora. Aqui, o termo “mandato” é usado em referência ao propósito e aos parâmetros legais dentro dos quais a organização encarregada deve executar seu trabalho. Este indicador examina se as leis e os documentos que definem e descrevem o papel e as responsabilidades da agência reguladora incluem responsabilidades ambientais.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação devem estudar os documentos fundamentais que definem o mandato, os papéis, e as responsabilidades da agência ou unidade reguladora independente responsável pelo monitoramento do setor elétrico (definição de preços, licenciamento, e representação do interesse público). Os times devem avaliar tanto a extensão (abrangência) do mandato ambiental da agência reguladora quanto o quão informações sobre isto podem ser acessadas pelo ou são comunicadas ao público.

#### **Elementos de Qualidade:**

##### **Extensão do Mandato:**

- *Meio ambiente incluso no mandato:* Os documentos descrevendo e definindo os papéis e as responsabilidades da agência reguladora **mencionam** questões ambientais como parte de uma subdivisão ou um grupo específico de questões, ou no contexto das responsabilidades da agência com respeito à prevenção ou ao equilíbrio de impactos nos benefícios públicos.
- *Responsabilidades específicas:* As prioridades e considerações da agência são explicitamente definidas. Alguns exemplos específicos de considerações são: um compromisso para a avaliação dos impactos tarifários e de outras regras ou regulamentações, o desenvolvimento e a adoção de metas para melhorar o acesso nacional ou regional à eletricidade, um acordo para verificar se as plantas de energia (existentes ou propostas) estão cumprindo com os requisitos das avaliações de impacto e de padrões ambientais antes de fazer alterações nas licenças ou emitir licenças novas, e estudos/ análises periódicos para garantir uma base que todas as tecnologias de geração, inclusive aquelas de baixo impacto ambiental, possam competir igualmente.

##### **Divulgação de Informação:**

- *Publicado no diário do governo:* As responsabilidades ambientais da agência reguladora foram publicadas no diário oficial do governo.
- *Disponível no site de internet:* Os documentos relacionados às responsabilidades ambientais da agência reguladora estão publicados no seu site de internet.
- *Baixo custo:* Os documentos relacionados às responsabilidades ambientais da agência reguladora estão disponíveis ao público de graça ou através de uma taxa simbólica.
- *Disponível em diferentes formatos:* Os documentos relacionados às responsabilidades ambientais da agência reguladora estão disponíveis de diferentes formas/ em diferentes formatos que são acessíveis à população geral e organizações da sociedade civil (panfletos, pôsteres, folhetos de informação, anúncios de serviço público, etc.).
- *Divulgação ampla:* A agência reguladora divulgou informações sobre as suas responsabilidades ambientais através de vários tipos de mídia/ locais (repartições públicas, bibliotecas, internet, rádio, jornal, etc.).

- *Grupos representando questões ambientais:* A agência reguladora fez esforços sistemáticos para divulgar informações sobre as suas responsabilidades ambientais para grupos representando questões ambientais (energia renovável, eficiência de energia, impactos da geração de energia na qualidade atmosférica, etc.).

<b>PR4 EXTENSÃO E TRANSPARÊNCIA DO MANDATO AMBIENTAL DA AGÊNCIA REGULADORA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
<b>Extensão do mandato</b>		
Meio ambiente incluso no mandato	—	
Responsabilidades específicas	—	
<b>Divulgação de Informação</b>		
Publicado no diário do governo	—	
Disponível no site de internet	—	
Baixo custo	—	
Disponível em diferentes formatos	—	
Divulgação ampla	—	
Grupos representando questões ambientais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Nenhum</b> elementos de qualidade está satisfeito		Baixo —
<b>Um</b> elementos de qualidade da extensão do mandato ambiental é satisfeito e <b>menos de dois</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Baixo-Médio —
<b>Os dois</b> elementos de qualidade da extensão do mandato ambiental são satisfeitos mas <b>menos de dois</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Médio —
<b>Os dois</b> elementos de qualidade da extensão do mandato ambiental são satisfeitos e <b>três ou mais</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Médio-Alto —
<b>Os dois</b> elementos de qualidade da extensão do mandato ambiental são satisfeitos e <b>quatro ou mais</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Alto —

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

## **PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO**

---

### PR5 Extensão e transparência do mandato social da agência reguladora

**Relevância do indicador:**

Várias decisões de regulamentação têm impactos ambientais – por exemplo, a definição de tarifas afeta o custo e, conseqüentemente, o acesso à energia; e o licenciamento de novas usinas de energia também é relevante para o acesso à eletricidade. Portanto, questões sociais devem fazer parte do mandato da agência reguladora. Aqui, o termo “mandato” é usado em referência ao propósito e aos parâmetros legais dentro dos quais a organização encarregada deve executar seu trabalho. Este indicador examina se as leis e os documentos que definem e descrevem o papel e as responsabilidades da agência reguladora incluem responsabilidades sociais.

**Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação devem estudar os documentos fundamentais que definem o mandato, os papéis, e as responsabilidades da agência ou unidade reguladora independente responsável pelo monitoramento do setor elétrico (definição de preços, licenciamento, e representação do interesse público). Os times devem avaliar tanto a extensão (abrangência) do mandato social da agência reguladora quanto o quão informações sobre isto podem ser acessadas pelo ou são comunicadas ao público.

**Elementos de Qualidade:**

**Extensão do Mandato:**

- *Questões sociais inclusas no mandato:* Os documentos descrevendo e definindo os papéis e as responsabilidades da agência reguladora **mencionam** questões sociais.
- *Responsabilidades específicas:* As prioridades e considerações da agência são explicitamente definidas.

**Divulgação de Informação:**

- *Publicado no diário do governo:* As responsabilidades sociais da agência reguladora foram publicadas no diário oficial do governo.
- *Disponível no site de internet:* Os documentos relacionados às responsabilidades sociais da agência reguladora estão publicados no seu site de internet.
- *Baixo custo:* Os documentos relacionados às responsabilidades sociais da agência reguladora estão disponíveis ao público de graça ou através de uma taxa simbólica.

- *Disponível em diferentes formatos:* Os documentos relacionados às responsabilidades sociais da agência reguladora estão disponíveis de diferentes formas/ em diferentes formatos que são acessíveis à população geral e organizações da sociedade civil (panfletos, pôsteres, folhetos de informação, anúncios de serviço público, etc.).
- *Grupos representando questões sociais e comunidades oprimidas:* A agência reguladora fez esforços sistemáticos para divulgar informações sobre as suas responsabilidades sociais para grupos mais fracos/ marginalizados (comunidades indígenas, associações de mulheres, representantes de consumidores de baixa renda, etc.)

<b>PR5 EXTENSÃO E TRANSPARÊNCIA DO MANDATO SOCIAL DA AGÊNCIA REGULADORA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
<b>Extensão do Mandato</b>		
Questões sociais inclusas no mandato	—	
Responsabilidades específicas	—	
<b>Divulgação de Informação</b>		
Publicado no diário do governo	—	
Disponível no site de internet	—	
Baixo custo	—	
Disponível em diferentes formatos	—	
Divulgação ampla	—	
Grupos representando questões sociais e comunidades oprimidas	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Nenhum</b> elementos de qualidade está satisfeito		Baixo —
<b>Um</b> elemento de qualidade da extensão do mandato social é satisfeito e <b>menos de dois</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Baixo-Médio —
<b>Os dois</b> elementos de qualidade da extensão do mandato social são satisfeitos mas <b>menos de dois</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Médio —
<b>Os dois</b> elementos de qualidade da extensão do mandato social são satisfeitos e <b>três ou mais</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Médio-Alto —
<b>Os dois</b> elementos de qualidade da extensão do mandato social são satisfeitos e <b>quatro ou mais</b> elementos de qualidade da divulgação de informação são satisfeitos.		Alto —

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

## **PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO**

---

### **PR6 Seleção dos reguladores**

**Relevância do indicador:**

Decisões feitas pela agência reguladora têm influência sobre o desenvolvimento do setor elétrico e sobre os consumidores, como também implicações econômicas importantes para os serviços de utilidade pública. Para que o processo de regulamentação seja eficaz, a agência reguladora também precisa ter autoridade e jurisdição nos seus procedimentos, e empregados ou membros qualificados, competentes, e livres da influência de interesses pessoais. Só assim os membros da agência poderão usar a sua autoridade de uma maneira eficaz e executar as responsabilidades da agência reguladora de acordo com o interesse público. Portanto, o processo de seleção de membros da agência reguladora deve ser eficiente e completo. Este indicador só é relevante se houver uma agência reguladora independente (e o valor dado ao indicador PR1 for ‘médio-alto’ ou ‘alto’).

**Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador enfoca-se em cinco elementos-chave que fazem com que o processo de seleção seja eficaz, e o valor dado depende de quantos elementos fazem parte do processo de seleção. Nenhum destes elementos é ‘suficiente’ sozinho, mas uma combinação destes pode fazer com que o processo de seleção seja melhor. Os cinco elementos são:

- *Independência do processo de seleção:* O processo de seleção é independente e não permite que qualquer grupo de interesse tenha influência indevida. Exemplos típicos de mecanismos para este fim são a seleção através de um comitê independente ou um corpo responsável pela nomeação e seleção de membros de alto cargo no governo e nas companhias do estado. (Observe que a composição destes comitês deve variar – se o time de avaliação achar que a composição do comitê faz com que ele não seja independente, este elemento de qualidade não é satisfeito mas os times devem explicar claramente por quê.)
- *Processo bem definido:* O processo de decisão é bem definido. Documentos legais relevantes especificam os aspectos importantes do processo de seleção: quem é responsável pela escolha; como e quando os convites para nomeações devem ser feitos; e como e quando as nomeações são feitas.
- *Transparência sobre os candidatos:* Informações básicas sobre os candidatos que passaram a primeira etapa da seleção, como o histórico profissional, qualificações, e interesses no setor elétrico ou outros setores relacionados, estão disponíveis ao público antes da decisão final ser tomada.
- *Crítérios de composição e elegibilidade:* Documentos legais explicam claramente a composição da agência reguladora (número de membros e as qualidades/qualificações necessárias) como também os

critérios de elegibilidade dos membros com respeito à educação, experiência profissional, e outras qualidades relevantes.

- *Direitos de posse diferentes*: Documentos legais especificam direitos de posse diferentes para diferentes membros da agência reguladora, assim diminuindo a possibilidade de influências indevidas do ciclo eleitoral/ político no processo de seleção (em outras palavras, diferentes membros aposentam-se dos seus cargo em diferentes tempos para evitar a possibilidade que todos os membros sejam nomeados durante o mesmo governo/ a mesma administração).

<b>PR6 SELEÇÃO DOS REGULADORES</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Independência do processo de seleção	—	
Processo bem definido	—	
Transparência sobre os candidatos	—	
Crítérios de composição e elegibilidade	—	
Direitos de posse diferentes	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
O processo de seleção da agência reguladora satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo —
O processo de seleção da agência reguladora satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
O processo de seleção da agência reguladora satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio —
O processo de seleção da agência reguladora satisfaz <b>quatro</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O processo de seleção da agência reguladora satisfaz <b>todos os cinco</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR7 Prevenção de conflitos de interesse por parte dos reguladores

#### **Relevância do indicador:**

A prevenção do conflito de interesse é importante para garantir a credibilidade e integridade da agência reguladora. A natureza dos conflitos de interesse pode ser bem diversa. Por exemplo, um membro da agência pode ter interesses financeiros no setor elétrico ou pode ter sido empregado por uma companhia de serviços de utilidade pública que deve ser regulamentada. Nestes casos, é possível que as decisões da agência reguladora favoreçam os interesses de seus membros ao invés do interesse público. Portanto, provisões legais são importantes para prevenir tais conflitos.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Normalmente, pra prevenir tais conflitos de interesse, os documentos legais relevantes para o processo de seleção devem especificar que antes da nomeação de qualquer candidato/a membro da agência reguladora, ele/ela deve divulgar seus interesses financeiros e quaisquer outros interesses relacionados ao setor elétrico ou a outros setores relevantes para a autoridade/ o comitê responsável pela seleção.

Algumas provisões comuns para lidar com conflitos de interesse são:

- *Interesses financeiros:* Membros da agência reguladora ou seus parentes próximos não devem ter nenhum interesse financeiro em qualquer organização ou companhia de serviços de utilidade pública relacionada ao ou com acordos de negócio com o setor elétrico.
- *Período de espera:* Membros da agência reguladora não devem fazer qualquer trabalho (tanto emprego como consultoria) para qualquer entidade do setor elétrico por pelo menos alguns anos depois de aposentar-se do cargo.
- *Re-nomeação proibida:* Membros não podem ser re-nomeados para a mesma agência reguladora.
- *Representação proibida:* Membros não podem representar os interesses de qualquer grupo diante da agência reguladora no futuro.

Este indicador avalia se os instrumentos legais (leis, regras, ou regulamentações) fazem provisões explícitas para prevenir o conflito de interesse. Avalie quantas provisões típicas enumeradas acima existem através das leis, regras, e regulamentações. Os times podem precisar estudar leis/ regulamentações administrativas mais gerais se estes instrumentos legais também tiverem importância para a nomeação de membros da agência reguladora. Valores devem ser dados de acordo com a quantidade de provisões relevantes. Se os times de avaliação concluírem que as leis e regulamentações relevantes satisfazem todas as quatro medidas formais para a prevenção de conflitos, mas sentirem que elas não são suficientes para prevenir conflitos na prática, uma explicação sobre este aspecto deve ser incluída na seção para outras informações. Neste caso, os times também devem sugerir outras provisões ou provisões alternativas para lidar com o conflito de interesse, se possível.

<b>PR7 PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE POR PARTE DOS REGULADORES</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Interesses financeiros	—	
Período de espera	—	
Re-nomeação proibida	—	
Representação proibida	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
As leis, regras, ou regulamentações relevantes não incluem <b>nenhum</b> elemento específico para prevenir o conflito de interesse dos membros da agência reguladora		Baixo —
As leis, regras, ou regulamentações relevantes incluem <b>um</b> dos quatro elementos para a prevenção do conflito de interesse dos membros da agência reguladora		Baixo-Médio —
As leis, regras, ou regulamentações relevantes incluem <b>dois</b> dos quatro elementos para a prevenção do conflito de interesse dos membros da agência reguladora		Médio —
As leis, regras, ou regulamentações relevantes incluem <b>três</b> dos quatro elementos para a prevenção do conflito de interesse dos membros da agência reguladora		Médio-Alto —
As leis, regras, ou regulamentações relevantes incluem <b>todos os quatro</b> elementos para a prevenção do conflito de interesse dos membros da agência reguladora		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR8 Autonomia da agência reguladora

#### **Relevância do indicador:**

A autonomia da agência reguladora é uma condição necessária para garantir que a agência esteja livre da influência ou interferência indevida de interesses pessoais. Se a agência reguladora não tiver autonomia suficiente, é provável que os seus processos deixem de ser racionais e confiáveis, e ela pode tornar-se vulnerável às influências e pressões indevidas de diferentes pessoas/grupos.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação devem estudar os instrumentos legais relevantes para ver quantos elementos de qualidade são satisfeitos na estrutura e nas operações da agência reguladora. Se houverem agências reguladoras similares para outros setores (água, telefone, gás, etc.), uma comparação também será útil para este estudo.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Direitos de posse fixos:* Membros da agência reguladora são assegurados um direito de posse fixo. Isso pode ser avaliado através das provisões de nomeação e remoção nos estatutos relevantes. Exemplos típicos de provisões legais que garantem um direito de posse fixo incluem: um direito de posse por um certo número de anos; e a remoção só permitida em situações de corrupção moral que devem passar por processos legais, podendo envolver juízes e tribunais.
- *Autonomia fixa:* A agência reguladora tem recursos financeiros adequados para que ela possa funcionar de uma maneira eficaz. Por exemplo, em alguns casos, as agências reguladoras podem arrecadar os fundos necessários através de taxas para aqueles recebendo licenças ou nas vendas de eletricidade. Em alguns casos, o executivo tem a responsabilidade pela aprovação do orçamento preparado pela agência reguladora e de garantir que fundos suficientes estejam disponíveis em tempo adequado. A liberdade da agência reguladora para modificar as taxas e os orçamentos e para utilizar estes recursos na prática também deve ser levada em consideração. A agência reguladora deve prestar contas em relação aos seus gastos, e deve assim estar sujeita aos padrões de contabilidade e a auditorias do governo. Estas distinções devem ser levadas em consideração na avaliação deste elemento de qualidade.
- *Controle sobre os recursos humanos:* A agência reguladora tem recursos humanos adequados – através de empregados permanentes ou de consultores. Os recursos humanos podem ser avaliados comparando a projeção de empregados e consultores com a situação atual. A agência reguladora também deve ter a liberdade para escolher os seus próprios empregados e consultores, e decidir os termos da sua remuneração.

<b>PR8 AUTONOMIA DA AGÊNCIA REGULADORA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Direitos de posse fixos	—	
Autonomia fixa	—	
Controle sobre os recursos humanos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A autonomia da agência reguladora não satisfaz <b>nenhum</b> ou só satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo —
A autonomia da agência reguladora satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
A autonomia da agência reguladora satisfaz <b>todos os três</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO INDICADOR CASE STUDY

---

### PR9 Mecanismo de apelos

#### **Relevância do indicador:**

Uma provisão que permite apelos às decisões da agência reguladora pode fortalecer o sistema de prestação de contas com as pessoas de interesse. Isto, por sua vez, aumenta a confiança no processo de regulamentação, como também pode melhorar a sua eficácia. Este indicador avalia o espaço dado aos apelos às decisões da agência reguladora, e as motivações por trás destes apelos.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador estuda quatro elementos de qualidade relevantes para a o mecanismo de apelos, onde este existir. Se não houver um sistema para que permite/ aceita apelos feitos às decisões da agência reguladora, uma valor de 'baixo' deve ser dado. Os times de avaliação devem verificar quais dos elementos de qualidade abaixo são satisfeitos.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Qualquer partido afetado pode apelar à decisão:* Leis relevantes permitem apelos ou a revisão de decisões de regulamentação por qualquer partido afetado pela decisão. Várias decisões de regulamentação afetam tanto consumidores quanto o interesse público geral. Portanto, é importante que consumidores, grupos de interesse público, e outros partidos afetados possam apelar ou pedir a revisão das decisões, mesmo se eles não forem participantes diretos do caso original diante do regulador.
- *Apelos podem ser feitos em resposta ao processo:* Pode-se apelar ou exigir a revisão de ordens ou das decisões da agência reguladora por causa de violações do processo (i.e., a falta de antecedência na notificação ou a falta de notificação, ou a falta de oportunidade dada para a audiência de qualquer partido). Esta possibilidade contribui para a credibilidade da agência e a probabilidade que a agência seguirá processos definidos quando tomando decisões, e é uma provisão chave para a prestação de contas.
- *Apelos podem ser referentes a questões substantivas:* Decisões de regulamentação podem ser apeladas se elas forem baseadas na análise inadequada, na falha da consideração de fatores importantes, ou por outras razões substantivas. Estes apelos requerem um estudo mais profundo das decisões/ ordens da agência reguladora, assim exigindo que ela preste contas adequadamente.
- *O mecanismo de apelos afetou decisões pelo menos uma vez:* Houve pelo menos um caso durante o último ano (calendário ou financeiro) em que as ordens da agência reguladora foram significativamente afetadas ou completamente mudadas por causa de apelos. O mecanismo de apelos só tem valor se ele for capaz de criar mudanças nas decisões da agência reguladora. Para avaliar se este elemento de qualidade é satisfeito, os times de avaliação devem estudar o histórico de casos feitos diante do fórum de apelos. A precedência de mudanças nas decisões da agência reguladora através do fórum de apelos é indicativa da capacidade do mecanismo de apelos para facilitar a prestação de contas.

<b>PR9 MECANISMO DE APELOS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Qualquer partido afetado pode apelar a decisão	—	
Apelos podem ser feitos em resposta ao processo	—	
Apelos podem ser referentes a questões substantivas	—	
O mecanismo de apelos afetou decisões pelo menos uma vez	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
As ordens ou decisões da agência reguladora não podem ser disputadas através de uma revisão ou um apelo diante de outra autoridade ou um tribunal de justiça		Baixo —
O mecanismo para a revisão de ou apelos a decisões de regulamentação satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
O mecanismo para a revisão de ou apelos a decisões de regulamentação satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
O mecanismo para a revisão de ou apelos a decisões de regulamentação satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O mecanismo para a revisão de ou apelos a decisões de regulamentação satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO INDICADOR CASE STUDY

---

PR10 Qualidade dos tribunais de justiça ou fóruns administrativos que lidam com questões ambientais e sociais

### **Relevância do indicador:**

Resultados ambientais e sociais dependem da qualidade dos sistemas judiciários que têm audiências ou são responsáveis pelas audiências e soluções para queixas relacionadas a danos ambientais e sociais. Neste caso, os tribunais de justiça relevantes são aqueles que fazem audiências relacionadas à infraestrutura do setor elétrico ou à falta de consulta com e da garantia de direitos dos cidadãos durante o processo de decisão do setor elétrico.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador de case study deve ser usado para um caso relacionado a qualquer aspecto ambiental ou social das regulamentações do setor energético que foi levado diante do sistema judicial ou da revisão administrativa durante os últimos cinco anos. Se não houve nenhum caso durante os últimos cinco anos, este indicador não é aplicável.

A decisão é obrigatória se o partido relevante é obrigado a seguir a decisão e o fórum pode punir ou utilizar outras medidas para garantir que a decisão seja cumprida. Medidas punitivas incluem a perda de emprego, multas, ou até mesmo detenção, se o partido relevante não aderir à decisão. Outras medidas incluem a capacidade do fórum para fazer com que um terceiro partido entre para garantir as ordens sejam cumpridas.

Para avaliar a imparcialidade e independência do tribunal ou fórum, o time de avaliação deve ver se:

- Membros do tribunal/ fórum têm direitos de posse ou outro tipo de garantia que os seus meios de vida não serão arriscados pelas suas decisões;
- Regras e práticas exigem que os relacionamentos e/ ou contatos com os partidos de um processo sejam limitados, ou que membros do fórum abstenham das decisões que envolvam qualquer conflito de interesse;
- Membros do tribunal/ fórum vêm de um setor que é obviamente afetado pela decisão, ou são eleitos ou nomeados por um grupo de pessoas que tem interesse nos resultados das decisões.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Decisões devem ser obrigatoriamente seguidas:* O tribunal/ fórum deu uma ordem/ anunciou uma decisão sobre a reparação de danos ambientais ou sociais que deve ser obrigatoriamente seguida.
- *Independência:* O tribunal/ fórum é independente e imparcial.
- *Capacidade para lidar com questões específicas para o setor:* O tribunal/ fórum tem a capacidade e o treinamento para influenciar decisões específicas para o setor.
- *Acesso à informação para os partidos:* Todos os partidos no processo tinham acesso à informação e foram capazes de fazer suas pesquisas necessárias.
- *Base para queixas:* Existem leis que definem claramente quais queixas ou tipos de danos podem ser resolvidos pelo tribunal/ fórum.
- *Reconhecimento dos partidos afetados:* Pessoas além dos representantes do setor de serviços de utilidade pública que podem ter sido afetadas pelas decisões também podem trazer queixas diante do fórum.

<b>PR10 QUALIDADE DOS TRIBUNAIS OU FÓRUNS ADMINISTRATIVOS QUE LIDAM COM QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Decisões devem ser obrigatoriamente seguidas	—	
Independência	—	
Capacidade para lidar com questões específicas para o setor	—	
Acesso à informação para os partidos	—	
Base para queixas	—	
Reconhecimento dos partidos afetados	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O tribunal ou fórum administrativo não demonstra <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
O tribunal ou fórum administrativo demonstra <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Médio —
O tribunal ou fórum administrativo demonstra <b>três ou mais</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR11 Treinamento dos membros e empregados da agência reguladora

#### **Relevância do indicador:**

Em vários países, o setor elétrico passou por mudanças rápidas durante os últimos anos com relação à estrutura do mercado, estrutura da indústria, e às leis de propriedade. O papel dos reguladores também tornou-se mais complexo por causa das mudanças no setor financeiro, na tecnologia, e no relacionamento entre países, que só tenderá a ser mais inter-dependente. Os reguladores lidam com questões complexas, e, portanto, a capacidade dos reguladores e de seus empregados para lidar com desafios novos e ainda mais complexos de um ponto de vista técnico deve ser sempre aperfeiçoada através de sistemas de treinamento e educação. O treinamento e a educação também devem vir de várias fontes e através de meios diferentes para representar perspectivas e pontos de vista variados e evitar a possibilidade que os reguladores acabem fixados em uma só perspectiva. Este indicador avalia se os membros e empregados da agência reguladora têm acesso a oportunidades de treinamento e educação.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times devem informar-se sobre o conteúdo dos cursos de treinamento em que os membros e empregados da agência reguladora participaram nos últimos dois anos através de entrevistas com pessoas da agência, enquetes, e documentos. Além de descobrir quantos cursos foram feitos (por todos os membros e empregados da agência), os times também devem buscar informações sobre as fontes financeiras ou os patrocinadores, e os organizadores e apresentadores dos cursos. Se os reguladores e empregados de alto cargo, juntamente, tiveram três ou menos oportunidades para treinamento nos últimos dois anos, um valor de 'baixo' ou 'baixo-médio' deve ser dado. Se houveram mais de três oportunidades para treinamento, os times devem avaliar se o treinamento em si satisfaz os elementos de qualidade.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Certeza:* A agência reguladora tem uma política clara implementada que garante que os membros e empregados da agência reguladora recebam treinamento/educação regularmente, através de, por exemplo, a especificação do número de dias de treinamento para cada membro e empregado de alto cargo.
- *Treinamento multi-disciplinar:* Os cursos feitos pelos membros e empregados de alto cargo da agência reguladora vêm de mais de uma disciplina (ex: técnica, econômica/ financeira, legal, política pública, desenvolvimento social).
- *Diversidade:* Os cursos de treinamento mostram aos membros e empregados da agência reguladora diferentes pontos de vista e perspectivas sobre as questões diante do setor elétrico, e uma variedade de soluções através de abordagens políticas e de regulamentação. Os times devem estudar os cursos de treinamento feitos pelos membros e empregados da agência nos últimos dois anos para ver se as instituições organizando os treinamentos ou as fontes financiando estes cursos foram variadas e incluem perspectivas diversas.

PR11 TREINAMENTO DOS MEMBROS E EMPREGADOS DA AGÊNCIA REGULADORA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Certeza	—	
Treinamento multi-disciplinar	—	
Diversidade	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Os membros e empregados da agência reguladora <b>não tiveram nenhuma</b> oportunidade para treinamento especializado durante os últimos dois anos		Baixo —
Os membros e empregados da agência reguladora tiveram <b>três ou menos</b> oportunidades para treinamento especializado durante os últimos dois anos		Baixo-Médio —
Os membros e empregados da agência reguladora tiveram <b>quatro ou mais</b> oportunidades para treinamento especializado durante os últimos dois anos, mas este treinamento só satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Médio —
Os membros e empregados da agência reguladora tiveram <b>quatro ou mais</b> oportunidades para treinamento especializado durante os últimos dois anos, e este treinamento satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
Os membros e empregados da agência reguladora tiveram <b>quatro ou mais</b> oportunidades para treinamento especializado durante os últimos dois anos, e este treinamento satisfaz <b>todos os três</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR12 Capacidade da agência reguladora para avaliar questões ambientais

#### **Relevância do indicador:**

Os recursos financeiros disponíveis e a perícia dos empregados da agência reguladora (ou unidade executiva responsável pela fiscalização do setor elétrico) para lidar com questões ambientais são indicativos do compromisso institucional e sua capacidade para lidar com questões de sustentabilidade. Enquanto não se espera que agência reguladora seja responsável ou tenha a capacidade interna para lidar com todas as questões ambientais, é importante que haja recursos e sistemas claros para que a agência reguladora possa usar a capacidade de outras agência públicas, como aquelas responsáveis pelo meio ambiente, áreas protegidas, desenvolvimento de infraestruturas, água e saneamento, ou saúde pública.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação terão que usar diversas fontes de informação, inclusive listas para contato de empregados, entrevistas com empregados executivos anteriores ou presentes, e, na medida do possível, documentos de planejamento ou outros que detalham os gastos orçamentários e recursos humanos. O objetivo deve ser conseguir uma idéia geral da capacidade da agência durante um período recente (nos últimos cinco anos).

#### **Elementos de capacidade:**

- *Recursos financeiros designados:* Recursos orçamentários específicos são expressamente marcados ou dirigidos para o apoio à pesquisa ou à investigação de questões ou problemas ambientais.
- *Acesso à experiência:* Existem sistemas em funcionamento para que o executivo utilize os seus empregados e o conhecimento das instituições governamentais relacionadas. Sistemas específicos existem para facilitar a colaboração entre duas das seguintes agências: saúde, água, da mulher, desenvolvimento rural/ agricultura, educação, e óleo/ gás/ petróleo (se estes forem separados).
- *Pessoa encarregada:* Pelo menos um membro tem a responsabilidade explícita de lidar com os aspectos ambientais das políticas e do desempenho do setor elétrico.
- *Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais:* Existem provas de que houve treinamento/ crescimento de conhecimento sobre assuntos ambientais para empregados durante os últimos dois anos.

<b>PR12 CAPACIDADE DA AGÊNCIA REGULADORA PARA AVALIAR QUESTÕES AMBIENTAIS</b>		
<b>Elementos de capacidade</b>		<b>Explicações</b>
Recursos financeiros designados	—	
Acesso à experiência	—	
Pessoa encarregada	—	
Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A agência reguladora não demonstra <b>nenhum</b> elemento de capacidade para avaliar questões ambientais		Baixo —
A agência reguladora demonstra <b>pelo menos um</b> elemento de capacidade para avaliar questões ambientais		Médio —
A agência reguladora demonstra <b>dois ou mais</b> elementos de capacidade para avaliar questões ambientais		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR13 Capacidade da agência reguladora para avaliar questões sociais

**Relevância do indicador:**

Os recursos financeiros disponíveis e a perícia dos empregados da agência reguladora (ou unidade executiva responsável pela fiscalização do setor elétrico) para lidar com questões sociais são indicativos do compromisso institucional e sua capacidade para lidar com questões de sustentabilidade. Enquanto não se espera que agência reguladora seja responsável ou tenha a capacidade interna para lidar com todas as questões sociais, é importante que haja recursos e sistemas claros para que a agência reguladora possa usar a capacidade de outras agência públicas, como aquelas responsáveis pelo trabalho, saúde, direitos de mulheres, moradia, desenvolvimento rural e urbano, serviços públicos, ou questões similares.

**Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação terão que usar diversas fontes de informação, inclusive listas para contato de empregados, entrevistas com empregados executivos anteriores ou presentes, e, na medida do possível, documentos de planejamento ou outros que detalham os gastos orçamentários e recursos humanos. O objetivo deve ser conseguir uma idéia geral da capacidade da agência durante um período recente (nos últimos cinco anos).

**Elementos de capacidade:**

- *Recursos financeiros designados:* Recursos orçamentários específicos são expressamente marcados ou dirigidos para o apoio à pesquisa ou à investigação de questões ou problemas sociais.
- *Acesso à experiência:* Existem sistemas em funcionamento para que o executivo utilize os seus empregados e o conhecimento das instituições governamentais relacionadas. Sistemas específicos existem para facilitar a colaboração entre duas das seguintes agências: saúde, água, da mulher, desenvolvimento rural/ agricultura, educação.
- *Pessoa encarregada:* Pelo menos um membro tem a responsabilidade explícita de lidar com os aspectos sociais das políticas e do desempenho do setor elétrico.
- *Crescimento de conhecimento sobre questões sociais:* Existem provas de que houve treinamento/ crescimento de conhecimento sobre assuntos sociais para empregados durante os últimos dois anos.

<b>PR13 CAPACIDADE DA AGÊNCIA REGULADORA PARA AVALIAR QUESTÕES SOCIAIS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Recursos financeiros designados	—	
Acesso à experiência	—	
Pessoa encarregada	—	
Crescimento de conhecimento sobre questões sociais	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A agência reguladora não demonstra <b>nenhum</b> elemento de capacidade para avaliar questões sociais		Baixo —
A agência reguladora demonstra <b>pelo menos um</b> elemento de capacidade para avaliar questões sociais		Médio —
A agência reguladora demonstra <b>dois ou mais</b> elementos de capacidade para avaliar questões sociais		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR14 Informações disponíveis ao público sobre a contratação de consultores

#### **Relevância do indicador:**

Consultores frequentemente têm um papel importante no processo de regulamentação, ajudando e aconselhando o regulador em questões chave como revisões de tarifas ou contratos de compra e venda de energia. Portanto, a transparência sobre a escolha e o desempenho destes consultores é indispensável para melhorar a prestação de contas e credibilidade do processo de regulamentação.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Dada a importância do papel dos consultores no processo de decisão sobre a regulamentação, é indispensável que o público tenha acesso a informações sobre os seus papéis. Este indicador avalia o quão a agência reguladora disponibiliza esta informação ao público. Para este indicador, os times de avaliação devem buscar informações sobre os procedimentos e as práticas da agência reguladora quanto ao uso de consultores, para ver se os elementos de qualidades abaixo são satisfeitos.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Detalhes do acordo de consultoria:* Detalhes substantivos sobre o acordo de consultoria, tais como os termos de referência, o orçamento, o processo para a seleção de consultores, e a escolha final estão disponíveis ao público através de um processo de **rotina** (através do site de internet, relatório anual publicado, ou outro meio similar) para todos os acordos de consultoria.
- *Relatórios e recomendações dos consultores:* O relatório ou qualquer outro conselho dado pelo consultor deve estar disponível ao público através de um processo de **rotina**, com um tempo razoável antes de decisões baseadas nas recomendações do consultor serem tomadas.

<b>PR14 INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS AO PÚBLICO SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Detalhes do acordo de consultoria	—	
Relatórios e recomendações dos consultores	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Nenhum detalhe</b> sobre os consultores dando assistência ou aconselhando a agência reguladora (além do nome da firma) está disponível ao público através de um processo de rotina		Baixo —
A divulgação pública quanto à contratação de consultores satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Médio —
A divulgação pública quanto à contratação de consultores satisfaz <b>os dois</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO INDICADOR CASE STUDY

---

### PR15 Clareza sobre os procedimentos de regulamentação e a base substantiva das decisões

#### **Relevância do indicador:**

A agência reguladora deve funcionar de uma maneira previsível. A clareza quanto aos procedimentos da agência contribui para a credibilidade do processo de regulamentação para todas as pessoas de interesse. Este indicador avalia o quão a agência reguladora opera de acordo com regras, regulamentações e orientações bem definidas.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador estuda a certeza quanto aos procedimentos da agência e quanto às bases para as suas decisões. A certeza quanto aos procedimentos é relacionada com regras bem detalhadas e definidas sobre os procedimentos para a apresentação de casos ou petições, audiências públicas, etc. A certeza quanto às decisões substantivas inclui regulamentações sobre princípios que guiam a definição de tarifas, princípios para a aprovação de contratos de compra e venda de energia, e parâmetros para a avaliação de gastos financeiros por parte dos licenciados. Estas regras e orientações determinam a base substantiva para as decisões da agência reguladora. Este indicador não avalia a flexibilidade ou rigidez destas regras/ regulamentações/ orientações, já que a combinação adequada destas qualidades varia de acordo com o país.

Para este indicador, os times de avaliação devem escolher um caso ou uma decisão tomada pela agência reguladora no último ano que seja representativa. Primeiramente, os times devem avaliar se o processo pelo qual a decisão foi tomada ou a ordem foi dada estava de acordo com as leis e regras da agência. Os times devem estudar parâmetros como a cronologia do processo de decisão e os seus vários estágios – começando por quando a petição/ o caso foi aceito, seguido pela validação e coleta de dados, e audiências públicas. Depois, os times devem verificar se a decisão ou ordem está de acordo com os critérios substantivos, padrões, e princípios que devem guiar as decisões da agência reguladora. Dependendo da natureza do caso, o time deve estudar parâmetros tais como os critérios usados na aprovação de acordos de nova capacidade de geração ou de compra e venda de energia e na definição de tarifas. Com base na sua pesquisa, o time deve avaliar se os elementos de qualidade abaixo são satisfeitos.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Certeza quanto aos procedimentos:* A agência reguladora seguiu as regras ou procedimentos adequados no processo de decisão. Se não houverem regras claras ou procedimentos definidos para o processo de decisão da agência, este elemento de qualidade não é satisfeito.
- *Clareza sobre a base substantiva das decisões:* A agência reguladora aderiu à regulamentações e orientações que definem aspectos do processo de regulamentação. Se não houverem orientações ou princípios claros em quais o processo de decisão pode basear-se, este elemento de qualidade não é satisfeito.

<b>PR15 CLAREZA SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO E A BASE SUBSTANTIVA DAS DECISÕES</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Certeza quanto aos procedimentos	—	
Clareza sobre a base substantiva das decisões	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Os procedimentos da agência reguladora não satisfazem nenhum elemento de qualidade		Baixo —
Os procedimentos da agência reguladora satisfazem <b>um</b> elemento de qualidade		Médio —
Os procedimentos da agência reguladora satisfazem <b>dois</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO INDICADOR CASE STUDY

---

### PR16 Resposta da agência reguladora a questões ambientais e sociais

#### **Relevância do indicador:**

Este indicador busca avaliar se a agência reguladora do setor elétrico (ou o seu equivalente mais próximo) reconhece na prática a relevância e importância de questões ambientais e sociais e lida com estes assuntos de acordo com o seu mandato (estudando nos indicadores PR4 e PR5). Representantes do setor elétrico não vão sempre reconhecer a relevância de questões sociais e ambientais para as operações do setor, mas decisões de regulamentação podem afetar o meio ambiente e os meios de vida humanos (de uma forma tanto positiva quanto negativa). Portanto, é importante que as agências responsáveis pelo monitoramento do setor elétrico reconheçam a relevância destas questões para o desempenho do setor. Por exemplo, as decisões tomadas pelas agências de regulamentação do setor elétrico sobre as perdas técnicas na distribuição, a conservação de energia, a gestão da demanda e a energia renovável podem ter resultados ambientais importantes. Da mesma forma, decisões de regulamentação sobre os preços de eletricidade podem fazer com que famílias de baixa renda não possam pagar pela eletricidade, e assim, efetivamente, percam o acesso a serviços elétricos para suas casas. Portanto, é importante que os possíveis impactos ambientais e sociais sejam avaliados e equilibrados com a necessidade de companhias para recuperar custos ou ter lucros.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador deve ser estudado só se pelo menos o valor de “médio” foi dado para os indicadores PR4 e/ou PR5. O time deve identificar responsabilidades ambientais e sociais específicas incluídas no mandato da agência e enumerá-las na seção de explicações para o indicador. O time deve também estudar casos trazidos diante da agência de regulamentação de energia com base em questões ambientais e sociais durante os últimos dois anos (ex: efeitos de preços para famílias de baixa renda, impactos de licenciamentos na qualidade do ar ou na saúde pública, dificuldades encontradas pelos geradores de energia renovável para entrar no mercado, etc.), e escolher um caso representativo da prática comum recente. Assim, os elementos de qualidade devem ser usados para avaliar se a agência reguladora estava disposta a estudar a questão, já que responsabilidades ambientais e sociais fazem parte do seu mandato, ou se a queixa foi rejeitada/ignorada.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Explicações dadas em resposta à questão:* A agência reguladora deu uma explicação para a aceitação ou rejeição da queixa.
- *Exercício do mandato ambiental e social:* A agência reguladora respondeu à questão de acordo com o seu mandato. Queixas devem ser mapeadas com o mandato da agência para ver se nenhuma, algumas, ou todas as partes do mandato foram implementadas ou deliberadamente seguidas pela agência. Se os times observarem que a agência não seguiu ou seguiu só uma parte do seu mandato ambiental e social, este elemento de qualidade não é satisfeito.

<b>PR16 RESPOSTA DA AGÊNCIA REGULADORA A QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Explicações dadas em resposta à questão	—	
Exercício do mandato ambiental e social	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A resposta dada pela agência reguladora a questões ambientais ou sociais não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
A resposta dada pela agência reguladora a questões ambientais ou sociais satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade		Médio —
A resposta dada pela agência reguladora a questões ambientais ou sociais satisfaz <b>os dois</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PR17 Iniciativas proativas da agência reguladora

### **Relevância do indicador:**

O setor elétrico é complexo e dinâmico. Agências reguladoras que tomam a iniciativa para lidar com novos desafios diante do setor serão mais eficazes do que aquelas que só respondem aos casos ou petições trazidos diante da agência pelos licenciados ou outras pessoas de interesse. Este indicador avalia a proatividade da agência reguladora para tomar a iniciativa para lidar com questões afetando o setor.

### **Orientações para os times de avaliação:**

A proatividade e iniciativa da agência reguladora pode ser medida através de vários tipos de atividades ou decisões tomadas pela agência. Algumas destas atividades/ instâncias típicas estão enumeradas abaixo. Os times de avaliação devem ver quantas atividades/ instâncias aconteceram nos últimos dois anos, e consequentemente avaliá-las.

Os times de avaliação devem descrever cada atividade que está sendo considerada como 'proatividade'. Se a agência reguladora existe por menos de dois anos, este indicador não deve ser avaliado, já que é muito difícil a agência ser proativa durante o período inicial em que ela está tentando se estabelecer como uma instituição.

Medidas proativas da agência reguladora:

- *Casos de iniciativa própria:* Petições de iniciativa própria são casos iniciados pela agência reguladora por decisão própria para lidar com anomalias ou questões diante do setor elétrico. Os times de avaliação devem verificar se agência reguladora iniciou tais esforços, e quantas vezes.
- *Trabalhos de discussão, estudos, congressos:* Trabalhos de discussão, estudos, e congressos ajudam a incentivar o debate e a consulta pública sobre questões importantes. Tais trabalhos, estudos e congressos devem vir da iniciativa própria da agência, e não devem ser em resposta direta a requisitos legais ou casos trazidos diante da agência.

**PR17 INICIATIVAS PROATIVAS DA AGÊNCIA REGULADORA**

**Explicações:**

<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	
Não houve <b>nenhuma</b> instância em que a agência reguladora tomou uma iniciativa proativa nos últimos dois anos	Baixo __
A agência reguladora tomou uma iniciativa proativa em <b>uma-quatro</b> instâncias nos últimos dois anos	Baixo-Médio __
A agência reguladora tomou uma iniciativa proativa em <b>mais de cinco</b> instâncias nos últimos dois anos	Médio __

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

### PR18 Divulgação dos documentos em posse da agência reguladora

**Relevância do indicador:**

A credibilidade do processo de regulamentação depende da sua transparência. Este indicador avalia o quão os documentos/ as informações em que as decisões de regulamentação são baseadas estão disponíveis ao público. Este indicador também verifica se existem restrições para a liberdade da agência para disponibilizar documentos ao público.

**Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação devem estudar leis, regras e regulamentações da agência reguladora para avaliar o quão os seus documentos estão disponíveis ao público. Se o processo de regulamentação for sujeito a qualquer estatuto geral de 'direito à informação', este também devem ser examinado, como também qualquer lei ou julgamento do tribunal que teve um impacto importante nestas questões. Se este indicador for usado para uma unidade do executivo (ao invés de um comitê independente), os procedimentos operacionais e as regras do executivo sobre a divulgação de documentos também devem ser estudados.

**PR18 DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS EM POSSE DA AGÊNCIA REGULADORA**

<b>Explicações:</b>	
<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	
<b>Todos</b> os documentos em posse da agência reguladora são dados valor confidencial, ou a agência é obrigada a tratar todos os documentos como confidenciais se qualquer pessoa de interesse assim exigir	Baixo ___
<b>Todos</b> os documentos (ou documentos sobre os quais qualquer partido alega que sejam confidenciais) em posse da agência reguladora devem ser considerados confidenciais, <b>mas</b> a agência reguladora tem a autoridade para disponibilizar os documentos ao público (mesmo se um partido exige a confidência dos documentos)	Baixo-Médio ___
O membros da agência reguladora têm discricção total quanto ao acesso público a documentos. Não existe <b>nenhuma provisão clara</b> sobre quais documentos em posse da agência reguladora são públicos ou confidenciais.	Médio ___
Todos os documentos em posse da agência reguladora são considerados disponíveis ao público a não ser que sejam classificados como ‘confidencial’ pela agência, <b>mas não existem procedimentos ou regras definidas</b> quanto ao que conta como ‘confidencial’	Médio-Alto ___
Todos os documentos em posse da agência reguladora são considerados disponíveis ao público a não ser que sejam classificados como ‘confidencial’ pela agência, e <b>existem procedimentos e regras definidas</b> quanto ao que conta como ‘confidencial’	Alto ___

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

### PR19 Procedimento para o acesso público a documentos da agência reguladora

#### **Relevância do indicador:**

Requisitos legais para a divulgação de informações só contribuem para a transparência se as informações realmente forem acessíveis ao público. Para que as provisões de acesso à informações tenham qualquer impacto, o direito à informação precisa ser garantido na prática, sem obstáculos para obter os documentos. Este indicador estuda questões operacionais e as práticas relacionadas ao acesso à informação.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Banco de dados dos documentos bem catalogado:* Um catálogo dos documentos disponível para que as pessoas saibam quais documentos estão disponíveis e consigam identificá- e acessá-los.
- *Procedimento simples e bem definido para inspecionar/ obter documentos:* Um procedimento simples e bem definido ajuda a operacionalizar o acesso à informação. A falta de procedimentos desincentiva as pessoas a exercerem os seus direitos à informação, já que elas terão que gastar mais tempo e esforços para obter documentos, e pode ser usada por representantes para esconder do público informações importantes.
- *Custo razoável:* O custo do acesso de documentos (para inspecionar ou obter cópias) deve ser razoável. Custos altos desincentivam pessoas a buscarem informações disponíveis ao público. Os times de avaliação podem decidir se o custo é razoável através comparações com o custo de fazer fotocópias ou da administração do sistema de divulgação de documentos.
- *Ampla divulgação de informações:* Anúncios, panfletos, sites de internet, etc. são usados para fazer com que o público esteja ciente de como informações em posse da agência reguladora podem ser acessadas. Na falta destes esforços de divulgação, poucas pessoas provavelmente estarão cientes dos procedimentos, e, conseqüentemente, muitas não os utilizarão apesar sua existência e simplicidade.

<b>PR19 PROCEDIMENTOS PARA O ACESSO PÚBLICO A DOCUMENTOS DA AGÊNCIA REGULADORA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Banco de dados dos documentos bem catalogado	—	
Procedimento simples e bem definido para inspecionar/ obter documentos	—	
Custo razoável	—	
Ampla divulgação de informações	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Os procedimentos para o acesso público a documentos da agência reguladora não satisfazem <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
Os procedimentos para o acesso público a documentos da agência reguladora satisfazem <b>um</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
Os procedimentos para o acesso público a documentos da agência reguladora satisfazem <b>dois</b> elementos de qualidade		Médio —
Os procedimentos para o acesso público a documentos da agência reguladora satisfazem <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
Os procedimentos para o acesso público a documentos da agência reguladora satisfazem <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## **PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO**

---

### PR20 Espaço para a participação pública no processo de regulamentação

#### **Relevância do indicador:**

A participação pública eficaz pode facilitar a consideração de perspectivas variadas na regulamentação, e reduzir a probabilidade que o processo de regulamentação acabe sendo controlado por um só grupo de interesse, assim contribuindo para a prestação de contas aos cidadãos. Este indicador avalia o quão os procedimentos da agência reguladora são abertos e as pessoas têm direito a participar nestes procedimentos.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Estatutos (leis, regras, ou regulamentações) relevantes podem fazer que todos os casos diante da agência reguladora sejam abertos, permitindo que qualquer membro do público possa assistir uma audiência/discussão de qualquer caso diante da agência, mas não pode oficialmente contribuir com a sua opinião para a discussão (efetivamente, não pode participar). Se as pessoas podem participar nas discussões, elas também devem ter o direito de ter as suas opiniões como parte oficial da discussão. O termo 'público' é usado aqui para descrever qualquer pessoa ou partido interessado ou afetado.

<b>PR20 ESPAÇO PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO</b>	
<b>Explicações:</b>	
<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	___
De acordo com as leis, discussões de regulamentação <b>não são abertas</b> e o público <b>não tem direito</b> a participar	Baixo ___
De acordo com as leis, a não ser que a agência dê uma ordem especial, discussões de regulamentação <b>não são abertas</b> e o público <b>não tem direito</b> a participar	Baixo-Médio ___
As leis <b>não especificam</b> se as discussões de regulamentação são abertas ao público ou se o público pode participar	Médio ___
De acordo com as leis, todas as discussões de regulamentação são <b>abertas</b> , mas o público <b>não tem direito</b> a participar	Médio-Alto ___
De acordo com as leis, todas as discussões de regulamentação são <b>abertas</b> , e o público <b>tem direito</b> a participar	Alto ___

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p>   <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR21 Acesso público aos documentos e às audiências de regulamentação

#### **Relevância do indicador:**

Os dois indicadores anteriores avaliaram os procedimentos dando acesso ao público a documentos de regulamentação e espaço para a participação pública no processo de regulamentação. Porém, o impacto destas provisões para a transparência e participação depende também do interesse e da capacidade da população para usar este espaço institucional e incluir-se no processo de regulamentação. Este indicador avalia o quão o público tem usado estes procedimentos e espaços na prática.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador só deve ser usado se ambos os indicadores PR19 e PR20 (procedimentos para o acesso público a documentos da agência reguladora e espaço para a participação pública no processo de regulamentação) receberam um valor de ‘médio’ ou ‘alto’. Os times de avaliação devem estudar a:

- *Quantidade de pedidos de documentos feitos pelo público:* O número de vezes no último ano (calendário ou financeiro) em que pessoas do público geral ou grupos de consumidores/ da sociedade civil usaram os procedimentos para acessar documentos da agência reguladora, como petições ou outros casos trazidos diante da agência, relatórios de consultores, etc. Pedidos de documentos publicados, tais como ordens e regras/ regulamentações não devem ser contados. As agências de regulamentação normalmente têm um registro destes pedidos. Para buscar informações relevantes para este elemento, os times de avaliação devem estudar os registros ou qualquer outro sistema usado pela agência reguladora para organizar pedidos de documentos. Os times podem colher informações através de entrevistas, mas se isto for feito, os times devem confirmar estas informações buscando os nomes das pessoas que fizeram pedidos e suas informações para contato.
- *Quantidade de participações em audiências públicas:* O número de audiências no último ano em que membros do público (além dos partidos relevantes aos casos ou procedimentos) estavam presentes. O propósito deste elemento é medir o quão o público participa nas audiências sem que esforços sejam feitos pela agência reguladora, e, portanto, discussões e decisões com ampla divulgação, como revisões tarifárias, não devem ser incluídas nesta contagem.

**PR21 ACESSO PÚBLICO AOS DOCUMENTOS E ÀS AUDIÊNCIAS DE REGULAMENTAÇÃO**

**Explicações:**

<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	___
Os procedimentos e o espaço para o acesso público a documentos e audiências foram usados <b>no máximo 10 vezes</b> no último ano	Baixo ___
Os procedimentos e o espaço para o acesso público a documentos e audiências foram usados <b>11-25 vezes</b> no último ano	Médio ___
Os procedimentos e o espaço para o acesso público a documentos e audiências foram usados <b>no mínimo 25 vezes</b> no último ano	Alto ___

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

### PR22 Mecanismos institucionais para a representação de grupos mais fracos

#### **Relevância do indicador:**

Mesmo quando todos têm o direito à participação, os interesses de alguns grupos da sociedade muitas vezes não são adequadamente representados na prática do processo de regulamentação. Estes grupos normalmente incluem consumidores de baixa renda, idosos e aposentados, consumidores em áreas rurais/remotas, como também populações indígenas. Apesar dos grupos mais fracos muitas vezes serem os mais impactados pelas decisões de regulamentação (em parte porque eles são mais pobres), se eles não forem representados seus interesses muitas vezes não são levados em consideração no processo de decisão. Portanto, medidas especiais devem ser tomadas para incluir os interesses destes grupos mais fracos da sociedade.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Várias medidas institucionais podem ser usadas para facilitar a representação dos interesses dos grupos mais fracos, e tendo vários destes mecanismos pode ajudar a garantir que estes sistemas não acabem sendo usados por outros grupos ou percam poder com o passar do tempo. Algumas destas estruturas estão enumeradas abaixo.

#### **Medidas Institucionais**

- *Representantes de consumidores:* Um ou mais “representantes do consumidor” podem ser indicados para representar os interesses dos consumidores diante de todas as audiências;
- *Comentários/ queixas em nome de grupos mais fracos:* Os membros e empregados da agência podem apresentar comentários/ queixas/ casos específicos em nome de grupos mais fracos;
- *Representação no governo:* Existe uma instituição do governo com o mandato específico para representar nos processos os interesses dos grupos mais fracos;
- *Representação no executivo pela unidade de desenvolvimento social:* O ministério ou departamento do governo responsável pelo desenvolvimento social e rural ou questões de emprego/ trabalho é incluído/ consultado nas decisões de regulamentação que podem impactar grupos mais fracos/ marginalizados.
- *Outros mecanismos*

Esta lista de mecanismos não é completa e podem existir outros mecanismos em diferentes países – os times de avaliação devem considerar abordagens alternativas que podem ser usadas nos seus países. Detalhes sobre os mecanismos institucionais devem ser incluídos na seção para explicações.

**Obs.:** Este indicador não será aplicável se o direito à participação no processo de regulamentação não existir (por exemplo, se o valor do indicador PR20 for ‘baixo’ ou ‘médio-baixo’, ou se os processos diante da agência reguladora não forem abertos ao público geral).

PR22 MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA A REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS MAIS FRACOS		
Medidas Institucionais		Explicações
Representantes de consumidores	—	
Comentários/ queixas em nome de grupos mais fracos	—	
Representação no governo	—	
Representação no executivo pela unidade de desenvolvimento social	—	
Outros mecanismos	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
<b>Nenhum esforço especial</b> / nenhuma medida é tomada para garantir que os interesses dos grupos mais fracos sejam representados no processo de regulamentação		Baixo —
Não existe <b>nenhuma medida institucional permanente</b> para garantir que os interesses dos grupos mais fracos sejam adequadamente representados no processo de regulamentação, mas em alguns casos a agência reguladora toma <b>medidas espontâneas</b> para este propósito		Baixo-Médio —
<b>Uma</b> medida institucional está em efeito para garantir que os interesses dos grupos mais fracos sejam adequadamente representados no processo de regulamentação		Médio —
<b>Dois</b> medidas institucionais estão em efeito para garantir que os interesses dos grupos mais fracos sejam adequadamente representados no processo de regulamentação		Médio-Alto —
<b>Três</b> medidas institucionais estão em efeito para garantir que os interesses dos grupos mais fracos sejam adequadamente representados no processo de regulamentação		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR23 Apoio à capacidade dos grupos mais fracos para participar no processo de regulamentação

#### **Relevância do indicador:**

Além da criação de mecanismos para representar os interesses dos grupos mais fracos no processo de regulamentação, o desenvolvimento das capacidades destes grupos para participar diretamente no processo e representar os seus próprios interesses independentemente também é importante. A não se que isto seja feito, os grupos mais fracos vão sempre depender do apoio dos mecanismos discutidos no indicador PR22 (i.e., representantes de consumidores, ou empregados da agência reguladora com o mandato específico de representá-los), que podem não ser eficazes na representação dos seus interesses ao longo prazo.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador avalia dois meios importantes para o desenvolvimento da capacidade dos grupos mais fracos: a provisão de informações e a provisão de apoio financeiro e jurídico aos grupos mais fracos. Por exemplo, em alguns casos a agência reguladora ou outra agência do governo pode fornecer conselho legal gratuito para alguns grupos, isenção de taxas para petições, ou providenciar apoio financeiro para estudos. Para este indicador, os times de avaliação devem estudar práticas de padrão ou rotina da agência relevante, e não atividades espontâneas ou infrequentes. Os grupos mais fracos são aqueles que são vulneráveis de um ponto de vista socio-econômico, como comunidades indígenas, grupos de baixa renda, populações em áreas rurais isoladas e indústrias informais e outros pequenos negócios.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Informações destinadas aos grupos mais fracos:* A agência reguladora ou outra agência do governo tem cursos de treinamento, publicações de panfletos informativos e outras atividades destinadas especificamente aos grupos mais fracos.
- *Apoio aos grupos mais fracos para que possam representar-se:* A agência reguladora ou outra agência do governo dá apoio técnico, jurídico, ou financeiro para que os grupos mais fracos possam representar os seus próprios interesses nos processos de regulamentação.

<b>PR23 APOIO À CAPACIDADE DOS GRUPOS MAIS FRACOS PARA PARTICIPAR NO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Informações destinadas aos grupos mais fracos	—	
Apoio aos grupos mais fracos para que possam representar-se	—	
<b>Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
A agência reguladora ou outra agência do governo <b>não faz nenhum esforço</b> para o desenvolvimento da capacidade dos grupos mais fracos, <b>nem dá apoio</b> financeiro, técnico, ou legal		Baixo —
Os esforços da agência reguladora ou outra agência do governo para apoiar o desenvolvimento da capacidade dos grupos mais fracos só satisfazem <b>um</b> elemento de qualidade		Médio —
Os esforços da agência reguladora ou outra agência do governo para apoiar o desenvolvimento da capacidade dos grupos mais fracos satisfazem <b>os dois</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR24 Intervenções no processo de regulamentação pela sociedade civil

#### **Relevância do indicador:**

Vários dos indicadores anteriores avaliaram a presença de procedimentos e mecanismos que apoiam a participação pública no processo de regulamentação. Porém, estes procedimentos e mecanismos só têm valor se as organizações da sociedade civil os usam na prática. Este indicador avalia a frequência e a profundidade da participação pública no processo de regulamentação.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

- *Número de casos trazidos diante da agência:* Os times de avaliação devem verificar o número de casos feitos por consumidores ou organizações da sociedade civil em defesa do interesse público ao longo prazo. Apelos contra ordens da agência reguladora devem contar como casos separados. Porém, petições feitas por grupos de consumidores em resposta a pedidos de aumento de tarifas feitos pelo setor de utilidades públicas não devem ser incluídas nesta contagem, já que estes casos são feitos em resposta a um pedido feito pelo licenciado, enquanto o propósito deste parâmetro é medir a proatividade pública e o uso do processo regulamentação pelo público.
- *Natureza dos casos trazidos diante da agência:* Os times devem estudar a natureza dos casos trazidos diante da agência. Os casos podem ser (1) de “interesse particular,” dos quais os resultados beneficiam principalmente um grupo ou uma parte específica de consumidores, ou (2) de “interesse público,” dos quais os resultados são de interesse ao longo prazo para mais de um grupo de consumidores. Enquanto os casos de interesse particular são importantes, grupos da sociedade civil têm a responsabilidade de usar o processo de regulamentação para apoiar o interesse público ao longo prazo.
- *Quantidade de organizações da sociedade civil envolvidas:* Os times devem verificar a quantidade de organizações da sociedade civil envolvidas nestes processos. Se mais de duas organizações trouxeram diante da agência reguladora casos em defesa do interesse público ao longo prazo, os times podem dar um valor de ‘alto’ para este indicador.

Os times de avaliação devem discutir o impacto ou a relevância dos valores dados aos três indicadores anteriores no valor deste indicador. Por exemplo, se este indicador tiver um valor ‘baixo’, será que isto é porque os outros indicadores também são ‘baixos’? Se existirem várias agências de regulamentação no nível estadual, este indicador deve ser usado só para a agência reguladora escolhida como case study (em outras palavras, os três parâmetros devem ser usados para avaliar uma única agência reguladora).

**PR24 INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO PELA SOCIEDADE CIVIL**

<b>Explicações:</b>	
<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	___
<b>Nenhum</b> caso foi trazido diante da agência reguladora por consumidores ou organizações/ grupos da sociedade civil nos últimos dois anos	Baixo ___
Casos de “interesse particular” foram trazidos diante da agência reguladora por consumidores ou ou organizações/ grupos da sociedade civil nos últimos dois anos	Baixo-Médio ___
<b>Um-três</b> casos de “interesse público” foram trazidos diante da agência reguladora por consumidores ou ou organizações/ grupos da sociedade civil nos últimos dois anos	Médio ___
<b>Mais de três</b> casos de “interesse público” foram trazidos diante da agência reguladora por consumidores ou ou organizações/ grupos da sociedade civil nos últimos dois anos	Médio-Alto ___
Além de satisfazer os critérios acima (mais de três casos de “interesse público” foram feitos), <b>mais de dois</b> grupos/ organizações da sociedade civil trouxeram diante da agência casos de “interesse público”	Alto ___

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

### PR25 Relacionamento do provedor de eletricidade com organizações da sociedade civil e populações possivelmente afetadas

#### **Relevância do indicador:**

As interações diretas entre as organizações da sociedade civil e os provedores de serviços elétricos podem ter um papel importante nas decisões do setor elétrico. A medida em que grupos comunitários e outras organizações da sociedade civil ganham conhecimento sobre questões do setor elétrico e exigem serem incluídos no processo de decisão, eles se tornam mais capazes de levarem as suas queixas e exigências diretamente aos provedores de serviços, e assim terem influência no setor. Por exemplo, organizações comunitárias as vezes contatam companhias de distribuição para discutir a expansão de serviços/ acesso ou melhoras nos sistemas de leitura. Este indicador busca avaliar o quão provedores de serviço providenciam um espaço formal para que este tipo de relacionamento possa ser construtivo (além de aceitar queixas de consumidores). Por simplicidade, este indicador enfoca-se no serviço de utilidade ou distribuidor privado de eletricidade mais importante em termos da cobertura da população ou da rendimentos.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Se o setor for desagrupado, use este indicador para avaliar um serviço de utilidade pública/ uma companhia que trabalhando na área de distribuição. Tente escolher um serviço de utilidade que tem o papel principal no seu sub-setor ou que cobre uma porcentagem grande da população. Para este indicador, os times precisarão entrevistar ou comunicar-se diretamente com o provedor de serviços escolhido, e com representantes de comunidades ou de organizações da sociedade civil que já interagiram com o provedor. Recursos para os grupos vulneráveis podem incluir o subsídio de transporte e estadia relacionados à consulta, ou a ajuda com traduções. Para verificar a disponibilidade de informações sobre o processo para prestar queixas, os time deve utilizar buscas de internet, visitar a divisão de informação pública (se esta existir), ou pedir informações diretamente para o provedor de serviços.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Departamento designado:* Existe um departamento – ou pelo menos um empregado específico – responsável pelo relacionamento com a população e a consulta pública (separado da função de relações públicas ou do serviço ao consumidor).
- *Relacionamento com a comunidade ditado pela política corporativa:* A política define quando e sobre quais questões o provedor de serviço buscará a participação e a consulta pública, ou pelo menos das comunidades afetadas, e esta política está publicada (na internet ou na unidade de informações públicas).
- *Criação e operação de um grupo consultivo:* O provedor convidou organizações da sociedade civil, grupos comunitários, e outras organizações políticas ou envolvidas em questões relevantes, para fazer parte de um grupo consultivo que se reúne periodicamente para discutir questões específicas relevantes tanto para o provedor como também para a sociedade civil.
- *Apoio aos grupos mais fracos:* Existem indícios de que a companhia de serviços de utilidade pública providencia recursos para os grupos socioeconômicos mais fracos, para que eles possam participar no processo consultivo organizado pelo provedor.
- *Informações sobre como grupos podem trazer queixas:* O provedor de serviços de utilidade pública comunica ou disponibiliza informações sobre como grupos de consumidores ou populações possivelmente afetadas pelos seus trabalhos/ suas atividades podem prestar queixas.

<b>PR25 RELACIONAMENTO DO PROVEDOR DE ELETRICIDADE COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E POPULAÇÕES POSSIVELMENTE AFETADAS</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Departamento designado	—	
Relacionamento com a comunidade ditado pela política corporativa	—	
Criação e operação de um grupo consultivo	—	
Apoio aos grupos mais fracos	—	
Informações sobre como grupos podem trazer queixas	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O provedor de eletricidade mais importante não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade necessário para um relacionamento produtivo com a sociedade civil		Baixo —
O provedor de eletricidade mais importante satisfaz <b>um</b> elemento de qualidade necessário para um relacionamento produtivo com a sociedade civil		Baixo-Médio —
O provedor de eletricidade mais importante satisfaz <b>dois</b> elementos de qualidade necessário para um relacionamento produtivo com a sociedade civil		Médio —
O provedor de eletricidade mais importante satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade necessário para um relacionamento produtivo com a sociedade civil		Médio-Alto —
O provedor de eletricidade mais importante satisfaz <b>quatro ou mais</b> elementos de qualidade necessário para um relacionamento produtivo com a sociedade civil		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PR26 Ordens e decisões da agência reguladora

### **Relevância do indicador:**

Para que elas possam confiar nas decisões da agência reguladora, pessoas afetadas precisam saber a base das decisões de regulamentação e entender como os seus comentários e pontos de vista foram levados em consideração nestas decisões. Se as ordens e decisões da agência reguladora não tiverem uma base clara ou não forem justificadas, pessoas afetadas podem não ficar satisfeitas com os resultados. Obrigando a agência reguladora a dar razões para suas decisões e responder a comentários e queixas públicas promove a prestação de contas no processo de regulamentação.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Estude as provisões legais (leis, regras, regulamentações ou decretos) que guiam os padrões de operação da agência reguladora para verificar se a agência é obrigada a dar uma justificativa ou explicação para as suas ordens. Assim, os times devem decidir se as justificativas dadas pela agência são ‘suficientes’, e estudar a qualidade destas justificativas. Para isto, os times devem escolher três ordens/ decisões representativas da agência reguladora e avaliar se, em média, estas ordens foram justificadas e razoáveis. Os casos escolhidos para este indicador devem ser ordens ou decisões importantes feitas no último ano, incluindo definições ou mudanças de tarifas, aprovações de projetos de energia, e contratos de compra e venda de eletricidade. Na seção de explicações, o time deve explicar sua opinião sobre a qualidade da justificativa da agência, e o que o time consideraria uma justificativa boa ou ruim nos casos estudados. Os times devem avaliar a qualidade da justificativa usada, não o mérito da decisão. Em outras palavras, **não** avalie se a decisão foi correta ou incorreta do ponto de vista de qualquer interesse.

**PR26 ORDENS E DECISÕES DA AGÊNCIA REGULADORA**

**Explicações:**

<b>Valores</b>	<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado	
Não existe <b>nenhum</b> requisito legal obrigando a agência reguladora a justificar suas ordens/ decisões ou a responder a comentários e queixas públicas	Baixo __
Existe um requisito legal <b>mas</b> as ordens/ decisões da agência reguladora <b>não são suficientemente justificadas ou não respondem</b> a comentários e queixas públicas	Médio __
Existe um requisito legal <b>e</b> as ordens/ decisões da agência reguladora <b>são suficientemente justificadas e respondem</b> a comentários e queixas públicas	Alto __

**Nome do Pesquisador e da Organização:**

**Fontes de Informação:**

**Outras Informações:**

### PR27 Divulgação das decisões

#### **Relevância do indicador:**

Uma divulgação eficaz apoia a credibilidade do processo de regulamentação e garante que as decisões da agência reguladora sejam amplamente disponíveis. Este indicador avalia a divulgação de ordens e decisões da agência reguladora.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times devem estudar o processo de divulgação e a prática seguida pela agência reguladora para avaliar se os elementos de qualidade abaixo são satisfeitos. Estas informações podem ser colhidas através de entrevistas com empregados da agência, visitas à biblioteca/ sala de leitura da agência como também pesquisas na internet.

#### **Elementos de Qualidade:**

Os cinco elementos de qualidade para um processo de divulgação eficaz são:

- *Fácil disponibilidade:* Todas as ordens/ decisões da agência reguladora são facilmente acessíveis para todas as pessoas interessadas através de medidas como a venda de cópias dos documentos na agência (ou em outros locais como bibliotecas públicas), a publicação de ordens/ decisões no site de internet da agência, etc.
- *Disponibilidade em tempo adequado:* Todas as ordens/ decisões devem estar disponíveis às pessoas interessadas dentro de uma semana depois de serem finalizadas e de todos os partidos diretamente envolvidos serem informados da decisão. O tempo levado até ordens ou decisões estarem disponíveis no site de internet oficial é uma boa base para medir se as ordens/ decisões são divulgadas ao público em tempo adequado.
- *Língua local:* As ordens/ decisões estão disponíveis em línguas compreendidas pela maioria das pessoas na jurisdição da agência reguladora. Em vários países a língual oficial da agência não é a mesma que a língual local mais comum. As ordens/ decisões não serão usadas de uma maneira eficaz se elas só forem disponíveis em uma língua que a maioria das pessoas afetadas não entendem..
- *Vários meios de divulgação:* A agência reguladora faz esforços especiais, usando meios como comunicados de imprensa e anúncios em jornais e na televisão, para divulgar decisões importantes feitas pela agência, como revisões tarifárias.
- *Ajuda na compreensão das ordens:* A agência reguladora busca ajudar a população a compreender as suas ordens e o impacto delas nas vidas das pessoas através de folhetos/ panfletos ou da indicação de um dos seus empregados para ser encarregado pela explicação das ordens, especialmente quando elas forem complexas ou importantes.

PR27 DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES		
Elementos de Qualidade		Explicações
Fácil disponibilidade	—	
Disponibilidade em tempo adequado	—	
Língua local	—	
Vários meios de divulgação	—	
Ajuda na compreensão das ordens	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
O processo de divulgação das ordens/ decisões da agência reguladora não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo —
O processo de divulgação das ordens/ decisões da agência reguladora satisfaz <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
O processo de divulgação das ordens/ decisões da agência reguladora satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio —
O processo de divulgação das ordens/ decisões da agência reguladora satisfaz <b>quatro</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O processo de divulgação das ordens/ decisões da agência reguladora satisfaz <b>todos os cinco</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR 28 Filosofia tarifária

#### **Relevância do indicador:**

A previsibilidade e a certeza são necessárias para que as pessoas de interesse confiem no processo de regulamentação, como também para permitir que os grupos afetados planejem as suas atividades com antecedência para satisfazer as expectativas da agência ou diminuir quaisquer efeitos adversos. Uma filosofia tarifária geral, com princípios claros que guiam a revisão periódica de tarifas, contribui para a certeza e apoia a prestação de contas no processo de definição de tarifas. Os princípios da filosofia tarifária normalmente lidam com questões de subsídios cruzados, regulamentações de incentivo ou desempenho, custos inclusos nas tarifas, e os possíveis marcadores usados. A filosofia tarifária é normalmente definida de um modo geral por documentos de política ou através de regras e ordens da agência reguladora. Este indicador avalia a existência e a qualidade da filosofia tarifária da agência (ou os princípios que guiam a definição de tarifas).

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação devem estudar documentos legais, como também documentos de política preparados pela agência reguladora, para ver se os elementos de qualidade abaixo são satisfeitos. O time deve também examinar a ordem tarifária mais recente da agência para verificar se os princípios/ a filosofia foram usados na prática.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Análise detalhada:* Uma análise bem detalhada – incluindo o estudo dos fatores de custo, de projeções de aumentos em eficiência, e do impacto econômico para diversos grupos, como o setor de utilidade pública, governos, e diferentes categorias de consumidores – é obrigatória.
- *Alívio de impactos adversos:* Medidas para aliviar os impactos adversos para diferentes grupos de interesse, como grupos mais fracos e/ou o setor de utilidade pública, são obrigatórias.
- *Facilmente compreensível:* A filosofia tarifária é bem definida e clara, e é apresentada em uma linguagem simples (não existe espaço para diferentes interpretações dos princípios).
- *Tarifas recentes de acordo com a filosofia/ os princípios:* A ordem/ decisão mais recente da agência reguladora inclui uma explicação de como ela está de acordo com os princípios da filosofia tarifária.

PR 28 FILOSOFIA TARIFÁRIA		
Elementos de Qualidade		Explicações
Análise detalhada	—	
Alívio de impactos adversos	—	
Facilmente compreensível	—	
Tarifas recentes de acordo com a filosofia/ os princípios	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Não existe uma filosofia tarifária que guia o processo de definição de tarifas da agência reguladora		Baixo —
O processo de definição de tarifas é guiado por uma filosofia/ por princípios tarifários, mas não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade		Baixo-Médio —
O processo de definição de tarifas é guiado por uma filosofia/ por princípios tarifários, mas satisfaz só <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Médio —
O processo de definição de tarifas é guiado por uma filosofia/ por princípios tarifários, mas satisfaz só <b>três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O processo de definição de tarifas é guiado por uma filosofia/ por princípios tarifários, e satisfaz <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PR29 Participação no processo de decisão relacionado aos preços da eletricidade

### **Relevância do indicador:**

O preço da eletricidade tem impactos sociais importantes, já que ele afeta a porcentagem da renda domiciliar que é gasta em eletricidade, tem efeitos no resto da economia através do aumento ou da diminuição dos custos de atividades de produção, e guia decisões sobre medidas para a conservação de energia. Portanto, as tarifas elétricas devem equilibrar diferentes objetivos tais como a eficiência, a recuperação de custos para os serviços de utilidade pública, a suficiência dos rendimentos para a manutenção e novos investimentos no setor elétrico, e os impactos da distribuição nos pequenos e grandes consumidores de energia. Decisões sobre os preços tendem a ser dominadas por questões de recuperação de custo ou de rendimentos justos. Relativamente menos atenção é dada às comunidades de baixa renda ou ao impacto dos preços de energia na pobreza da população. O quanto a agência reguladora explicitamente leva em consideração o custo da energia para a população e busca entender o impacto da revisão tarifária nos consumidores é indicativo da sua preocupação com o interesse público.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Este indicador de case study deve ser usado com uma decisão tarifária importante feita pela agência reguladora nos últimos cinco anos, como uma mudança grande no preço de energia ao nível nacional ou estadual. O time de avaliação deve ter como enfoque a agência reguladora, divisão do executivo, ou agência responsável pela definição e revisão dos preços de eletricidade. Estude as políticas e os procedimentos mais recentes para a revisão tarifária, documentos que explicam os princípios a serem seguidos na definição de tarifas elétricas, e, se possível, documentos relacionados à revisão tarifária mais recente. O time terá que verificar se existem requisitos formais para a consulta com a sociedade civil ou com grupos de interesse público, e se estes requisitos especificam mecanismos ou abordagens definidas. O time também deve entrevistar autoridades relevantes, representantes de organizações que têm um histórico na defesa de comunidades de baixa renda ou de questões de pobreza, como também associações de consumidores, para verificar se estas consultas realmente aconteceram. Outras fontes de informação incluem relatórios da mídia ou imprensa e documentações de reuniões oficiais, se for possível obtê-las.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Os princípios/ a filosofia tarifária dá atenção ao poder de compra:* Atenção explícita foi dada ao custo de serviços elétricos para consumidores de baixa renda e em áreas rurais.
- *Participação pública nas revisões:* Para as revisões tarifárias propostas, mais de dois mecanismos de participação pública foram usados para que as opiniões dos grupos de baixa renda ou daqueles desproporcionalmente impactados fossem ouvidas, e uma explicação de como os seus pontos de vista e suas queixas foram incluídos na tarifa final foi dada e está disponível ao público.
- *Educação de grupos de baixa renda:* Esforços sistemáticos para educar ou comunicar com grupos de baixa renda ou outros grupos socio-econômicos desproporcionalmente impactados (como famílias rurais, comércio informais e pequenos negócios, populações urbanas de baixa renda, aposentados, etc.) sobre o impacto das e a justificativa para as mudanças tarifárias. Os meios e os métodos usados para educar ou informar estes grupos devem ser explicados nas anotações.

<b>PR29 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO RELACIONADO AOS PREÇOS DA ELETRICIDADE</b>		
Os princípios/ a filosofia tarifária dá atenção ao poder de compra	—	
Participação pública nas revisões	—	
Educação de grupos de baixa renda	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
O processo de revisão tarifária não satisfaz <b>nenhum</b> elemento de qualidade referente à participação para lidar com o custo e o poder de compra de serviços elétricos		Baixo —
O processo de revisão tarifária satisfaz <b>todos os três</b> elementos de qualidade referentes à participação para lidar com o custo e o poder de compra de serviços elétricos		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PR30 Licenciamento

### **Relevância do indicador:**

A emissão de licenças de distribuição ou outros tipos de licença e a aprovação de contratos de compra e venda de energia são funções importantes da agência reguladora. As decisões da agência sobre estas questões têm efeitos financeiros como também outros impactos importantes para consumidores e para o setor ao longo prazo. As características de licenças ou de contratos de compra e venda variam de acordo com as condições do país, e assim o que constitui uma licença ou um contrato bom ou eficaz também varia de acordo com o país, e não será discutido neste kit de ferramentas. Este indicador avalia os elementos gerais necessários para o processo de licenciamento da agência reguladora ser estável e eficaz.

### **Orientações para os times de avaliação:**

Os times de avaliação devem estudar documentos legais (leis, regras, regulamentações, etc.) e dois licenciamentos, contratos de compra e venda de energia, ou aprovações da agência reguladora. Com base neste estudo, os times devem primeiro decidir se os instrumentos legais definem as circunstâncias/ condições/ investimentos em que uma licença/ concessão é necessária, e os casos em que ela não é. Por exemplo, é preciso ter uma licença para fornecer eletricidade para áreas remotas que não estão na rede nacional? E para estender fios elétricos ou para construir plantas novas? Se as leis ou regulamentações não são claras quanto aos 'requisitos' para ou as 'isenções' de licenças/ concessões, os times de avaliação devem dar um valor de 'baixo' para este indicador. Assim, os times só devem avaliar se os elementos de qualidade abaixo são satisfeitos se as regras quanto aos 'requisitos' para licenças forem claras.

### **Elementos de Qualidade:**

- *Procedimentos bem definidos para a consideração de pedidos de licenças:* O processo para a consideração de pedidos de licenças é bem definido para evitar a discricão e garantir a certeza quanto aos procedimentos. O tempo adequado para cada etapa e a maneira em que os pedidos são processados são especificados nas leis relevantes.
- *Crítérios bem definidos para a consideração de pedidos de licenças:* As condições/ os critérios usados para decidir se a licença/ concessão será dada são claramente definidos nas leis, regulamentações, e regras relevantes.
- *Clareza sobre a base das alterações/ revogações/ suspensões de licenças:* A licença/ a concessão/ o acordo tem provisões claras sobre o processo e as condições para a sua alteração, revogação ou suspensão.
- *Resoluções de disputas:* A licença/ a concessão/ o acordo tem provisões claras sobre o processo, os mecanismos e as condições para resolver disputas entre a agência reguladora e o licenciado.
- *Monitoramento da observância e do desempenho:* A licença/ a concessão/ o acordo tem provisões claras sobre o processo e os mecanismos para monitorar a observância e o desempenho do licenciado.

Porque as provisões para os últimos três aspectos vão variar bastante dependendo do país, os times de avaliação devem enumerar detalhadamente quais questões têm provisões claras e quais não têm.

PR30 LICENCIAMENTO		
Elementos de Qualidade		Explicações
Procedimentos bem definidos para a consideração de pedidos de licenças	—	
Critérios bem definidos para a consideração de pedidos de licenças	—	
Clareza sobre a base das alterações/ revogações/ suspensões de licenças	—	
Resoluções de disputas	—	
Monitoramento da observância e do desempenho	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
Não existem regras claras sobre os ‘requisitos’ para ou as ‘isenções’ de licenças		Baixo —
O processo de licenciamento satisfaz <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
O processo de licenciamento satisfaz <b>três</b> elementos de qualidade		Médio —
O processo de licenciamento satisfaz <b>quatro</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
O processo de licenciamento satisfaz <b>todos os cinco</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

## PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO

---

### PR31 Relatórios periódicos sobre o desempenho dos licenciados e dos serviços de utilidade pública

#### **Relevância do indicador:**

Para o processo de regulamentação ser eficaz, a agência reguladora e todas as outras pessoas interessadas precisam ter acesso a relatórios periódicos sobre o desempenho dos serviços de utilidade pública. Então, um processo de regulamentação forte é aquele que obriga as companhias de serviços de utilidade pública a publicar estes relatórios periodicamente. Este indicador verifica se estes requisitos existem e a qualidade dos relatórios em termos dos seus conteúdos e os meios usados para a sua divulgação.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Relatórios de desempenho normalmente são chamados de relatórios anuais, requisitos de receita anuais, ou revisões de desempenho anuais. Em alguns casos as companhias de utilidade pública podem publicar estes relatórios menos frequentemente (cada 2-3 anos). Estes relatórios normalmente são entregues à agência reguladora ou a outro departamento/ outra autoridade do governo (ex: o departamento de energia). Este indicador deve ser usado para os relatórios mais recentes entregues pelos licenciados e pelas companhias de serviços de utilidade pública. Se nenhum relatório foi entregue nos últimos três anos, um valor de 'baixo' ou de 'não aplicável' deve ser dado para este indicador.

#### **Elementos de Qualidade:**

- *Obrigatoriedade da entrega de relatórios:* Licenciados e companhias de utilidade pública são obrigados a entregar relatórios de desempenho periodicamente, e as consequências de não cumprir com este requisito (como multas ou a revogação da licença) são claramente definidas.
- *Fácil disponibilidade:* Relatórios são facilmente acessíveis se estiverem disponíveis no site de internet, na biblioteca ou divisão de informações da agência reguladora ou da companhia de serviços de utilidade pública (ou, no caso de regiões extensas, em outros locais como bibliotecas públicas), ou através de outros meios similares.
- *Disponibilidade em tempo adequado:* Os relatórios estão acessíveis às pessoas de interesse dentro de 3-6 meses depois do período ao qual o relatório é referente (se o período estudado no relatório é de um ano ou mais).
- *Disponível em línguas locais:* Relatórios estão disponíveis nas línguas compreendidas pela maioria da população na área servida pelo licenciado ou a companhia de serviços. Em vários países, negócios são feitos em uma língua diferente daquela usada pela maioria da população; mas se os relatórios forem disponíveis só na língua usada para os negócios, a população local não poderá usá-los de uma maneira eficaz.
- *Coerência e clareza dos parâmetros dos relatórios:* Companhias de serviços de utilidade pública usam parâmetros e dados uniformes para os seus relatórios mesmo com o passar do tempo, e quaisquer presunções usadas ou parâmetros diferentes são claramente explicados. O ideal seria que as companhias de serviços usassem cada vez mais padrões internacionais para estes relatórios, como as regulamentações da *Global Reporting Initiative*.
- *Relatórios abrangentes:* Todas as informações necessárias para a avaliação do desempenho dos serviços de utilidade pública estão nos relatórios. Informações importantes incluem: vários fatores contribuindo para o custo dos serviços (recursos humanos, juros, contratos de energia, custo de combustíveis, etc.), o desempenho das plantas de geração, detalhes sobre os sistemas de transmissão e distribuição, perdas na transmissão e distribuição, rendimentos vindos de diferentes grupos de consumidores, e padrões no uso de conexões e na demanda. A natureza das informações que devem ser incluídas nos relatórios também depende da estrutura do mercado e no sistema de regulamentação. Se a regulamentação for baseada nos custos, mais detalhes sobre os gastos do licenciado devem ser incluídos do que se a regulamentação for baseada em incentivos ou no desempenho.

<b>PR31 RELATÓRIOS PERIÓDICOS SOBRE O DESEMPENHO DOS LICENCIADOS E DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>		
<b>Elementos de Qualidade</b>		<b>Explicações</b>
Obrigatoriedade da entrega de relatórios	—	
Fácil disponibilidade	—	
Disponibilidade em tempo adequado	—	
Disponível em línguas locais	—	
Coerência e clareza dos parâmetros dos relatórios	—	
Relatórios abrangentes	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		—
Licenciados e companhias de utilidade pública <b>não são obrigados</b> a periodicamente entregar relatórios de desempenho à agência reguladora		Baixo —
Licenciados e companhias de utilidade pública são obrigados a periodicamente entregar relatórios de desempenho à agência reguladora, mas os relatórios só satisfazem <b>um-dois</b> elementos de qualidade		Baixo-Médio —
Licenciados e companhias de utilidade pública são obrigados a periodicamente entregar relatórios de desempenho à agência reguladora, mas os relatórios só satisfazem <b>três</b> elementos de qualidade		Médio —
Licenciados e companhias de utilidade pública são obrigados a periodicamente entregar relatórios de desempenho à agência reguladora, mas os relatórios só satisfazem <b>quatro-cinco</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
Licenciados e companhias de utilidade pública são obrigados a periodicamente entregar relatórios de desempenho à agência reguladora, e os relatórios satisfazem <b>todos os seis</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p> <p><b>Fontes de Informação:</b></p> <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

### PR32 Serviço ao consumidor e qualidade do fornecimento

#### **Relevância do indicador:**

Do ponto de vista do consumidor, a qualidade do serviço e a confiabilidade do fornecimento de eletricidade são elementos muito importantes. Parâmetros tipicamente usados para a avaliação da qualidade do serviço ao consumidor incluem a exatidão com que o uso do serviço é medido e cobrado; a qualidade dos meios de pagamento das contas; o tempo levado para conseguir novas conexões; e os procedimentos e o tempo levado para o aumento no uso. Parâmetros tipicamente usados para avaliar a qualidade do fornecimento incluem as flutuações na voltagem; frequência e duração das interrupções de serviço; despejos de carga, etc. O processo de regulamentação deve garantir a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de eletricidade e um serviço eficiente. Este indicador avalia os mecanismos do processo de regulamentação que ajudam a cumprir este dever.

#### **Orientações para os times de avaliação:**

Para verificar se os elementos abaixo são satisfeitos, os times de avaliação devem estudar documentos da agência reguladora sobre a sua política e sobre regulamentações para as suas operações.

#### **Elementos de Qualidade:**

##### **Presença de Padrões**

- *Padrões de serviço ao consumidor e de qualidade do fornecimento:* A agência reguladora adotou padrões de desempenho claros e razoáveis para o serviço ao consumidor e a qualidade do fornecimento.
- *Obrigatoriedade dos padrões de fornecimento:* Instituições sob regulamentação (companhias de serviços de utilidade, distribuidoras, e outros licenciados) são obrigados a cumprir com estes padrões.

##### **Qualidade dos Padrões**

- *Monitoramento de desempenho:* Existem mecanismos sistemáticos para monitorar o desempenho na prática em termos do serviço ao consumidor e da qualidade do fornecimento.
- *Revisões de cumprimento:* Revisões periódicas são feitas para avaliar o cumprimento com os padrões de desempenho.
- *Informações/ conclusões das revisões de cumprimento disponíveis ao público :* Documentos e dados usados para as revisões de cumprimento (como os níveis de desempenho) estão disponíveis ao público, e a população tem a oportunidade para fazer comentários e sugestões.
- *Queixas dos consumidores:* Existem procedimentos bem definidos e fóruns para lidar com queixas dos consumidores sobre o serviço e a qualidade do fornecimento.

PR32 SERVIÇO AO CONSUMIDOR E QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Elementos de Qualidade		Explicações
<b>Presença de Padrões</b>		
Padrões de serviço ao consumidor e de qualidade do fornecimento	—	
Obrigatoriedade dos padrões de fornecimento	—	
<b>Qualidade dos Padrões</b>		
Monitoramento de desempenho	—	
Revisões de cumprimento	—	
Informações/ conclusões das revisões de cumprimento disponíveis ao público	—	
Queixas dos consumidores	—	
<b>Continuação das Explicações:</b>		
<b>Valores</b>		<b>Escolha</b>
Não aplicável/ Não foi avaliado		
Não existem padrões de desempenho bem definidos para o serviço ao consumidor e a qualidade do fornecimento		Baixo —
Padrões para o serviço ao consumidor e a qualidade do fornecimento existem mas <b>não são obrigatórios</b>		Baixo-Médio —
Padrões para o serviço ao consumidor e a qualidade do fornecimento são obrigatórios, mas satisfazem só <b>um</b> elemento de qualidade		Médio —
Padrões para o serviço ao consumidor e a qualidade do fornecimento são obrigatórios, mas satisfazem só <b>dois-três</b> elementos de qualidade		Médio-Alto —
Padrões para o serviço ao consumidor e a qualidade do fornecimento são obrigatórios, e satisfazem <b>todos os quatro</b> elementos de qualidade		Alto —

<p><b>Nome do Pesquisador e da Organização:</b></p>  <p><b>Fontes de Informação:</b></p>   <p><b>Outras Informações:</b></p>
---

**APÊNDICE I: MODELO PARA O RESUMO DO RELATÓRIO**

**PROCESSO POLÍTICO**

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
<b>INSTITUIÇÕES</b>			
PP1	Capacidade do comitê legislativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso ao conhecimento</li> <li>• Crescimento de conhecimento</li> <li>• Recursos financeiros</li> <li>• Autoridade</li> </ul>	
PP2	Capacidade do comitê legislativo para avaliar questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência relevante</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais</li> </ul>	
PP3	Capacidade do comitê legislativo para avaliar questões sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência relevante</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões sociais</li> </ul>	
PP4	Funcionamento eficaz do comitê legislativo para a eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação de interesses</li> <li>• Comitê ativo</li> <li>• Relatórios fundamentados</li> <li>• Comitê proativo</li> <li>• Consultas públicas</li> <li>• Transparência de documentos enviados ao comitê</li> <li>• Transparência de relatórios do comitê</li> <li>• Relatório do executivo</li> </ul>	
PP5	Regulamentos da escala de trabalho do ministério/ departamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios claros</li> <li>• Direito de posse previsível</li> <li>• Divulgação de interesses</li> <li>• Regras sobre conflito de interesses</li> </ul>	
PP6	Clareza e transparência do mandato ambiental do executivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidades ambientais definidas</li> <li>• Cooperação com outras autoridades</li> <li>• Disponível no site de internet e em repartições locais</li> <li>• Relatórios regulares</li> <li>• Inclusão de grupos mais fracos</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PP7	Clareza e transparência do mandato social do executivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidades sociais definidas</li> <li>• Cooperação com outras autoridades</li> <li>• Disponível no site de internet e em repartições locais</li> <li>• Relatórios regulares</li> <li>• Inclusão de grupos mais fracos</li> </ul>	
PP8	Capacidade do executivo para avaliar questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Acesso à experiência</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais</li> </ul>	
PP9	Capacidade do executivo para avaliar questões sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Acesso à experiência</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões sociais</li> </ul>	
PP10	Relatórios anuais do departamento/ ministério de eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório financeiro</li> <li>• Avaliação de progresso</li> <li>• Fácil disponibilidade</li> <li>• Línguas locais</li> </ul>	
PP11	Comitês consultivos para o ministério/ departamento de energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mandato claro</li> <li>• Composição balanceada</li> <li>• Recursos financeiros</li> <li>• Reuniões regulares</li> <li>• Divulgação pública das atas</li> <li>• Divulgação pública de documentos</li> <li>• Feedback transparente do executivo</li> </ul>	
PP12	Funcionamento eficaz da agência distinta responsável pelo planejamento/ pela política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriedade de consulta com a agência de planejamento</li> <li>• Mecanismo para avaliar a resposta do executivo</li> <li>• Autoridade para buscar informação</li> <li>• Recursos adequados</li> <li>• Transparência no funcionamento</li> <li>• Procedimentos consultivos</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PP13	Capacidade das organizações da sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de análise tecnoeconômica</li> <li>• Envolvimento proativo e capacidade estratégica</li> <li>• Análise de impactos ambientais e sociais pela OSC</li> <li>• Apoio aos grupos mais fracos e relações com grupos populares</li> <li>• Capacidade de aprendizado contínuo</li> <li>• Networking</li> <li>• Credibilidade ampla</li> </ul>	
<b>FORMULAÇÃO POLÍTICA</b>			
PP14	Qualidade do debate legislativo sobre leis referentes à eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duração do debate</li> <li>• Presença de membros</li> <li>• Composição dos discursantes</li> <li>• Disponibilidade de transcritos</li> </ul>	
PP15	Qualidade de cobertura da política e da reforma elétrica pela mídia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume da cobertura</li> <li>• Qualidade da cobertura</li> <li>• Equilíbrio da cobertura</li> </ul>	
PP16	Clareza do processo para a participação pública na criação política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade pela decisão</li> <li>• Horizonte temporal para decisão definido</li> <li>• Horizonte temporal para opiniões e críticas definido</li> <li>• Prestação de contas para opiniões e críticas</li> <li>• Documentação do processo consultivo</li> <li>• Distribuição de informação sobre o processo em tempo adequado</li> <li>• Ampla distribuição de informação sobre o processo</li> </ul>	
PP17	Divulgação pública de informações sobre a base e os objetivos da reforma política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amplitude da disponibilidade de documentos</li> <li>• Facilidade de acesso</li> <li>• Disponibilidade em tempo adequado</li> <li>• Acessível para pessoas envolvidas de diferentes grupos</li> </ul>	
PP18	Eficácia do processo de participação pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de participação</li> <li>• Abrangência da participação</li> <li>• Resumo da participação pública</li> <li>• Resposta à participação pública</li> </ul>	
PP19	Consideração de questões ambientais nas leis e políticas sobre reformas do setor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratado em documentos anteriores</li> <li>• Incluso nas políticas e leis de reforma</li> <li>• Atenuando os impactos diretos do setor energético</li> <li>• Efeitos globais e econômicos de impactos ambientais</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PP20	Avaliação da perda de empregos relacionada às mudanças políticas ou reformas no setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de impactos no desemprego</li> <li>• Avaliação foi conduzida antes da implementação de reformas</li> <li>• Alívio de impactos adversos</li> <li>• Mecanismos para reparações</li> </ul>	
PP21	Transparência na formulação da política para produtores independentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação legislativa</li> <li>• Consultas públicas durante a criação política</li> <li>• Propostas para licitação</li> <li>• Análise adequada de demanda</li> <li>• Divulgação do contrato de compra e venda</li> <li>• Análise do impacto financeiro</li> <li>• Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto</li> </ul>	
PP22	Divulgação pública quanto à contratação de consultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detalhes do acordo de consultoria</li> <li>• Detalhes do relatório final</li> <li>• Período de comentários sobre o relatório dos consultores</li> <li>• Obrigatoriedade de revisão depois dos comentários</li> </ul>	
PP23	Transparência no envolvimento de doadores através de empréstimos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência sobre a postura política</li> <li>• Transparência sobre as condições</li> <li>• Transparência sobre os desembolsos</li> <li>• Transparência sobre os sistemas de avaliação</li> </ul>	
<b>IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA</b>			
PP 24	Transparência no envolvimento de doadores através da assistência técnica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência sobre os detalhes da assistência técnica</li> <li>• Transparência quanto ao resultado final</li> <li>• Ampla divulgação do trabalho</li> </ul>	
PP 25	Processo de implementação da política/ legislação referente aos Produtores Independentes de Energia transparente e com prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propostas para licitação</li> <li>• Divulgação do contrato de compra e venda</li> <li>• Análise adequada de demanda</li> <li>• Análise do impacto financeiro</li> <li>• Consultas públicas adequadas antes da aprovação do projeto</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PP 26	Transparência na seleção de provedores privados de serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência no convite para propostas</li> <li>• Informações passadas aos licitantes estão disponíveis ao público</li> <li>• Transparência nos critérios e no processo de decisão</li> <li>• Justificativa para a decisão</li> </ul>	
PP 27	Transparência na valorização de bens/ reestruturação de balanços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação e justificação da metodologia</li> <li>• Explicações quanto ao uso da metodologia</li> <li>• Estudo independente</li> <li>• Divulgação do estudo à população</li> </ul>	
PP 28	Transparência e prestação de contas quanto à criação e à implementação de subsídios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios transparentes</li> <li>• Justificativa quanto à distribuição</li> <li>• Acompanhamento e relatórios</li> <li>• Avaliação</li> </ul>	
PP29	Clareza sobre a autoridade e a jurisdição quanto à emissão de aprovações ambientais para projetos do setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provisões quanto à autoridade e à jurisdição</li> <li>• Clareza sobre como a autoridade é dividida</li> <li>• Baixo custo ou acesso através da internet</li> <li>• Formato acessível</li> <li>• Disponível em repartições ou bibliotecas públicas</li> <li>• Divulgação das aprovações em tempo adequado</li> <li>• Divulgação abrangente</li> </ul>	
<b>QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS</b>			
PP30	Participação pública na decisão quanto ao padrão mínimo de desempenho ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Base para os padrões</li> <li>• Índícios de consulta pública</li> <li>• Mecanismos variados para a participação pública</li> <li>• Explicações quanto ao uso da opinião pública</li> <li>• Relatórios sobre a observância dos padrões</li> </ul>	
PP31	Participação pública na criação de regulamentações que buscam reduzir o impacto ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferentes abordagens foram consideradas</li> <li>• Índícios de consulta</li> <li>• Esforços sistemáticos para consultar comunidades afetadas</li> <li>• Uso de diferentes mecanismos para a participação</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PP32	Inclusão de questões ambientais no plano nacional para o setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questões ambientais levadas em consideração</li> <li>• Consideração abrangente dos impactos</li> <li>• Mecanismos variados de participação pública</li> <li>• Esforços sistemáticos para buscar as opiniões de diferentes grupos de interesse</li> <li>• Divulgação de comentários</li> <li>• Explicação de como os comentários foram incorporados na decisão</li> </ul>	
PP33	Abrangência das leis, políticas, e procedimentos das Avaliações de Impactos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriedade das EIAs</li> <li>• Consideração abrangente dos impactos</li> <li>• Diretrizes para avaliações estratégicas</li> <li>• Condução de avaliações estratégicas</li> </ul>	
PP34	Participação Pública nas Avaliações de Impactos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação pública no esboço</li> <li>• Vários mecanismos de participação pública</li> <li>• Período adequado para comentários</li> <li>• Relatórios das EIAs disponíveis ao público</li> <li>• Diretrizes para a consulta pública</li> <li>• Divulgação de comentários públicos sobre as EIAs</li> <li>• Comentários públicos inclusos no relatório final da EIA</li> </ul>	
PP35	Espaço para as pessoas afetadas pelos projetos exercerem seus direitos quanto ao licenciamento e à aprovação de projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultas aderem aos procedimentos/ às diretrizes</li> <li>• Esforços sistemáticos para educar pessoas possivelmente afetadas</li> <li>• Mais de um mecanismo de participação pública</li> <li>• Os esforços para obter consulta foram guiados pelo princípio do consentimento prévio, livre, e informado</li> </ul>	
PP36	Participação no processo de decisão sobre o acesso a serviços elétricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indícios de mais de uma consulta</li> <li>• Esforços sistemáticos para consultar grupos socioeconômicos mais vulneráveis</li> <li>• Existem mais de dois mecanismos de participação pública</li> <li>• Opinião pública levada em consideração</li> </ul>	

## PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
<b>ESTRUTURA DE REGULAMENTAÇÃO</b>			

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PR1	Estrutura institucional para decisões de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma agência reguladora independente existe</li> </ul>	
PR2	Autoridade da agência reguladora	<p><b>Autoridade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações e provas</li> <li>• Investigações</li> <li>• Impõe respeito</li> <li>• Penalidades para a violação de ordens</li> </ul> <p><b>Prática</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercício de autoridade</li> </ul>	
PR3	Jurisdição da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clareza sobre a jurisdição</li> <li>• Agência reguladora responsável por todas as funções críticas</li> </ul>	
PR4	Extensão e transparência do mandato ambiental da agência reguladora	<p><b>Extensão do Mandato:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio ambiente incluso no mandato</li> <li>• Responsabilidades específicas</li> </ul> <p><b>Divulgação de Informação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicado no diário do governo</li> <li>• Disponível no site de internet</li> <li>• Baixo custo</li> <li>• Disponível em diferentes formatos</li> <li>• Divulgação ampla</li> <li>• Grupos representando questões ambientais</li> </ul>	
PR5	Extensão e transparência do mandato social da agência reguladora	<p><b>Extensão do Mandato:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Questões sociais inclusas no mandato</li> <li>• Responsabilidades específicas</li> </ul> <p><b>Divulgação de Informação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicado no diário do governo</li> <li>• Disponível no site de internet</li> <li>• Baixo custo</li> <li>• Disponível em diferentes formatos</li> <li>• Grupos representando questões sociais e comunidades oprimidas</li> </ul>	
PR6	Seleção dos reguladores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Independência do processo de seleção</li> <li>• Processo bem definido</li> <li>• Transparência sobre os candidatos</li> <li>• Critérios de composição e elegibilidade</li> <li>• Direitos de posse diferentes</li> </ul>	
PR7	Prevenção de conflitos de interesse por parte dos reguladores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesses financeiros</li> <li>• Período de espera</li> <li>• Re-nomeação proibida</li> <li>• Representação proibida</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PR8	Autonomia da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direitos de posse fixos</li> <li>• Autonomia fixa</li> <li>• Controle sobre os recursos humanos</li> </ul>	
PR9	Mecanismo de apelos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualquer partido afetado pode apelar a decisão</li> <li>• Apelos podem ser feitos em resposta ao processo</li> <li>• Apelos podem ser referentes a questões substantivas</li> <li>• O mecanismo de apelos afetou decisões pelo menos uma vez</li> </ul>	
PR10	Qualidade dos tribunais de justiça ou fóruns administrativos que lidam com questões ambientais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decisões devem ser obrigatoriamente seguidas</li> <li>• Independência</li> <li>• Capacidade para lidar com questões específicas para o setor</li> <li>• Acesso à informação para os partidos</li> <li>• Base para queixas</li> <li>• Reconhecimento dos partidos afetados</li> </ul>	
PR11	Treinamento dos membros e empregados da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certeza</li> <li>• Treinamento multi-disciplinar</li> <li>• Diversidade</li> </ul>	
PR12	Capacidade da agência reguladora para avaliar questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Acesso à experiência</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões ambientais</li> </ul>	
PR13	Capacidade da agência reguladora para avaliar questões sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos financeiros designados</li> <li>• Acesso à experiência</li> <li>• Pessoa encarregada</li> <li>• Crescimento de conhecimento sobre questões sociais</li> </ul>	
PR14	Informações disponíveis ao público sobre a contratação de consultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detalhes do acordo de consultoria</li> <li>• Relatórios e recomendações dos consultores</li> </ul>	
<b>PROCESSO DE DECISÃO</b>			
PR15	Clareza sobre os procedimentos de regulamentação e a base substantiva das decisões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certeza quanto aos procedimentos</li> <li>• Clareza sobre a base substantiva das decisões</li> </ul>	
PR16	Resposta da agência reguladora a questões ambientais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Explicações dadas em resposta à questão</li> <li>• Exercício do mandato ambiental e social</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PR17	Iniciativas proativas da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casos de iniciativa própria</li> <li>• Trabalhos de discussão, estudos, congressos</li> </ul>	
PR18	Divulgação dos documentos em posse da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presunção que os documentos estão disponíveis ao público a não ser que sejam classificados como confidenciais</li> <li>• Procedimentos e regras claras para definir quais documentos podem ser ‘confidenciais’</li> </ul>	
PR19	Procedimento para o acesso público a documentos da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banco de dados dos documentos bem catalogado</li> <li>• Procedimento simples e bem definido para inspecionar/ obter documentos</li> <li>• Custo razoável</li> <li>• Ampla divulgação de informações</li> </ul>	
PR20	Espaço para a participação pública no processo de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussões de regulamentação abertas ao público por lei</li> <li>• O público tem direito a participar</li> </ul>	
PR21	Acesso público aos documentos e às audiências de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de pedidos de documentos feitos pelo público</li> <li>• Quantidade de participações em audiências públicas</li> </ul>	
PR22	Mecanismos institucionais para a representação de grupos mais fracos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes de consumidores</li> <li>• Comentários/ queixas em nome de grupos mais fracos</li> <li>• Representação no governo</li> <li>• Representação no executivo pela unidade de desenvolvimento social</li> <li>• Outros mecanismos</li> </ul>	
PR23	Apoio à capacidade dos grupos mais fracos para participar no processo de regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações destinadas aos grupos mais fracos</li> <li>• Apoio aos grupos mais fracos para que possam representar-se</li> </ul>	
PR24	Intervenções no processo de regulamentação pela sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de organizações da sociedade civil envolvidas</li> <li>• Natureza dos casos trazidos diante da agência</li> <li>• Número de casos trazidos diante da agência</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PR25	Relacionamento do provedor de eletricidade com organizações da sociedade civil e populações possivelmente afetadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Departamento designado</li> <li>• Relacionamento com a comunidade ditado pela política corporativa</li> <li>• Criação e operação de um grupo consultivo</li> <li>• Apoio aos grupos mais fracos</li> <li>• Informações sobre como grupos podem trazer queixas</li> </ul>	
PR26	Ordens e decisões da agência reguladora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A agência é obrigada por lei a justificar suas ordens/ decisões</li> <li>• Qualidade da justificativa na prática</li> </ul>	
PR27	Divulgação das decisões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fácil disponibilidade</li> <li>• Disponibilidade em tempo adequado</li> <li>• Língua local</li> <li>• Vários meios de divulgação</li> <li>• Ajuda na compreensão das ordens</li> </ul>	
<b>QUESTÕES OPERACIONAIS</b>			
PR28	Filosofia tarifária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise detalhada</li> <li>• Alívio de impactos adversos</li> <li>• Facilmente compreensível</li> <li>• Tarifas recentes de acordo com a filosofia/ os princípios</li> </ul>	
PR29	Participação no processo de decisão relacionado aos preços da eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os princípios/ a filosofia tarifária dá atenção ao poder de compra</li> <li>• Participação pública nas revisões</li> <li>• Educação de grupos de baixa renda</li> </ul>	
PR30	Licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos bem definidos para a consideração de pedidos de licenças</li> <li>• Critérios bem definidos para a consideração de pedidos de licenças</li> <li>• Clareza sobre a base das alterações/ revogações/ suspensões de licenças</li> <li>• Resoluções de disputas</li> <li>• Monitoramento da observância e do desempenho</li> </ul>	
PR31	Relatórios periódicos sobre o desempenho dos licenciados e dos serviços de utilidade pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriedade da entrega de relatórios</li> <li>• Fácil disponibilidade</li> <li>• Disponibilidade em tempo adequado</li> <li>• Disponível em línguas locais</li> <li>• Coerência e clareza dos parâmetros dos relatórios</li> <li>• Relatórios abrangentes</li> </ul>	

	<b>Indicadores</b>	<b>Elementos de Qualidade</b>	<b>Avaliação</b> <i>N=elemento não satisfeito</i> <i>S= elemento satisfeito</i>
PR32	Serviço ao consumidor e qualidade do fornecimento	<p><b>Presença de Padrões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrões de serviço ao consumidor e de qualidade do fornecimento</li> <li>• Obrigatoriedade dos padrões de fornecimento</li> </ul> <p><b>Qualidade dos Padrões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento de desempenho</li> <li>• Revisões de cumprimento</li> <li>• Informações/ conclusões das revisões de cumprimento disponíveis ao público</li> <li>• Queixas dos consumidores</li> </ul>	